



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Educação Tecnológica

MYRNNA LORENA FIGUEREDO ALMEIDA

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
UMA DISCUSSÃO À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Belo Horizonte
2022



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Educação Tecnológica

Myrnnna Lorena Figueredo Almeida

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
UMA DISCUSSÃO À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa III: Processos Formativos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Quirino Gonçalves

Belo Horizonte
2022

A447s Almeida, Myrnnna Lorena Figueredo
O serviço social na educação profissional e tecnológica: uma discussão à luz da divisão sexual do trabalho / Myrnnna Lorena Figueredo Almeida. – 2022. 139 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientadora: Raquel Quirino Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Divisão sexual do trabalho – Teses. 2. Discriminação sexual no trabalho – Teses. 3. Identidade de gênero – Aspectos sociais – Teses. 4. Serviço social – Teses. 5. Ensino profissional – Teses. 6. Tecnologia – Estudo e ensino – Teses. I. Gonçalves, Raquel Quirino. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.193



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Myrrna Lorena Figueredo Almeida

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
UMA DISCUSSÃO À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET MG, em 23 de novembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Profª. Dra. Raquel Quirino – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Profª. Dra. Vera Aguiar Cotrim
Universidade de São Paulo - USP

Profª. Dra. Cláudia Maria França Mazzei Nogueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

AGRADECIMENTOS

A construção da dissertação é um momento desafiador e transformador, um processo riquíssimo de reflexões e aprendizados teóricos e de produção de conhecimento, que apesar de ser, em partes, solitária, a realização desta dissertação não seria a mesma sem a contribuição de várias pessoas, as quais agradeço imensamente.

Agradeço aos meus pais Vânia e Zezé, por todas as renúncias que tiveram que fazer para educar e dar o melhor que podiam para mim e meus irmãos, e por todo o amor incondicional.

Aos meus irmãos Douglas, Felipe e Caio por todo companheirismo e irmandade, e por terem me proporcionado a benção de ser tia de duas meninas lindas Yasmin e Helena, e a toda a minha família por todas as conversas, risadas, histórias e experiências de vida que contribuíram de alguma forma em quem sou.

Agradeço ao meu companheiro, amigo e parceiro Rodrigo por toda a cumplicidade, amor e parceria e, sobretudo, por compartilhar comigo um dos maiores desafios da nossa vida, o de conceber um ser humano, nosso filho Lucas, que está sendo gestado e que faremos o que está a nosso alcance para dar todo o amor do mundo e educá-lo da melhor forma possível, buscando uma educação feminista, antirracista e mais humana.

Agradeço a minhas e meus colegas de trabalho, em especial a Fátima, Erica, Juliana, Maiara, Lívia, Mateus e Nelson, que tornaram grandes amigo(a)s e que acompanharam e contribuíram nesse processo dando todo o apoio e força nesse momento.

À(Ao)s minhas colegas do mestrado, em especial Ester, Eloíza, Danúbia, Graciela, Thiago, Glória, Juliana, Cristiane e Kelli, que apesar da escrita da dissertação ser uma trajetória individual foi menos solitária por toda os ensinamentos, trocas e desabafos.

Agradeço às e aos profissionais por toda a disponibilidade de participar e que contribuíram valorosamente para a concretização desse trabalho.

Agradeço a minha orientadora Raquel Quirino por todo apoio, amizade, orientações e pelas discussões e enriquecimento teórico crítico em sala de aula e fora dela. Sempre lembro da sua fala sobre como a escrita de uma dissertação é também um processo gestacional, participar desses processos de gestação

acadêmica e a gravidez do meu filho, simultaneamente, foi transformador e muito desafiador. Obrigada por fazer parte dessa jornada comigo!

Agradeço as professoras que participaram da banca de defesa, Professora Cláudia Mazzei e a Professora Vera Cotrim por aceitarem prontamente o convite, por toda a atenção e disponibilidade e por contribuírem com este trabalho. Ao Professor Ailton Vitor por ter também colaborado com a pesquisa como parecerista do meu projeto e também com suas aulas enriquecedoras e instigadoras.

Às e aos professores(as) e a toda Coordenação do Programa, pelo compromisso no trabalho qualificado e responsável, sempre na busca do aperfeiçoamento do nosso mestrado.

*“A política não se situa no polo oposto ao de
nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia
nossa existência, insinuando-se nos espaços
mais íntimos. ”*

(Angela Davis).

RESUMO

Ancorada no feminismo materialista, tendo como base teórica a Divisão Sexual do Trabalho, a presente pesquisa se insere na Linha III: Processos Formativos em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG e problematiza o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica. Objetiva contribuir com as discussões acadêmicas sobre a divisão sexual do trabalho na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) por meio da compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre profissionais que exercem a função de assistente social em instituições da Rede. As determinações e principais implicações da divisão do trabalho entre os sexos na profissão de Serviço Social na RFEPT é a questão norteadora do presente estudo. Para se chegar à resposta dessa questão, outras indagações perpassam a pesquisa: como as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho se desenvolveram historicamente na formação e atuação na profissão de Serviço Social? Quais os perfis dos/as assistentes sociais que atuam na Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica? Como a divisão sexual do trabalho se materializa nas relações sociais entre os sexos nesses espaços e nessa profissão específica, e como são vivenciadas pelos/as profissionais de Serviço Social? Adotou-se uma abordagem qualitativa, em um estudo de caso e, para uma maior aproximação do objeto de estudo, foram realizados questionário e entrevistas semiestruturadas com profissionais da Instituição *lócus* da pesquisa empírica. A análise dos dados empíricos foi realizada à luz das Teorias da Divisão Sexual do Trabalho de origem francesa, a partir de uma compreensão dialética da prática social oriunda do materialista histórico. Uma das aproximações conclusivas aponta que as expressões da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo das e dos profissionais de Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica evidenciam grandes demandas e desafios para o seu aprofundamento e também para o processo de renovação da profissão, na ruptura das opressões e em busca da “emancipação humana”.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo/gênero; serviço social; educação profissional e tecnológica.

ABSTRACT

Anchored in materialist feminism, having as theoretical basis the sexual division of labor, the presente research is inserted in line III: Formative Processes in Professional and Technological Education of the Postgraduate Program in Technological Education of the CEFET – MG and problematizes the social service in professional and technological education. It aims to contribute to academic discussions on the sexual division of labor in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT) through the understanding of the sex/gender relations that develop between professionals who work as social workers in institutions of the Network. The determinations and main implications of the division of labor between the sexes in the social work profession in the RFEPCT is the guiding question of the present study. To arrive at the answer to this question other questions permeate the research: how have sex/gender social relations and the sexual division of the labor historically developed in the formation and performance of the social work profession? What are the profiles of social workers who work at the Federal Intitution of Professional and Technological Education? How does the sexual division of work materialize in the social relations between the sexes in these spaces and in this specific profession and how are they experienced by social work professionals? A qualitative approach was adopted in a case study and for a closer approximation of the object of study, a questionnaire and a semi-structured interviews were carried out with professionals from the locus institution of empirical research. A analysis of the empirical datas was carried out in the light of the Theories of the Sexual Division of the Labor of French origin, based on a dialectical understanding of social practice arising from the historical materialist. One of the conclusive approaches points out that the expressions of the sexual Division of productive and reproductive work of the social work professionals and Professional and Technological Education show great demands and challenges for its deepening and also for the process of renewal of the profession, in the rupture of oppressions and in search of human emancipation.

Keywords: sexual division of labor; sex/gender social relations; social service; professional and technological education.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABNT – Associação de Normas Técnicas

CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Temas das produções científicas no Serviços Social.....	20
Figura 2 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução – Brasil 2020	54
Figura 3 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades - Brasil 2020.....	62
Figura 4 - Idade da(o)s Profissionais de Serviço Social.....	77
Figura 5 - Profissionais do Serviço Social por cor, raça e etnia.....	78
Figura 6 - Participação em atividades social e/ou política das e dos profissionais de serviço social.....	81
Figura 7 - Informações em relação a filho(a)s da(o)s Profissionais de Serviço Social	82
Figura 8 - Atividade que os Profissionais de Serviço Social executam na maior parte do tempo, quando não estão trabalhando.....	83
Figura 9 - Tarefas domésticas realizadas pela(o)s Profissionais de Serviço Social nos últimos meses.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos participantes da pesquisa.....	85
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado civil dos Assistentes Sociais.....	79
Tabela 2 - Orientação sexual dos Assistentes Sociais.....	79
Tabela 3 - Nível de escolaridade.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA.....	18
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	26
3.1 Trabalho, exploração e opressão capitalista e as subjetividades e particularidades da classe trabalhadora.....	26
3.2 Reflexões sobre o Conceito de Gênero, Patriarcado e as Relações Sociais de Sexo.....	37
3.3 A Educação Profissional e Tecnológica e as Relações Sociais de Gênero.....	46
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	56
4.1 A Divisão Sexual do Trabalho e a feminização das profissões.....	56
5 APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO EM SEU CONTEXTO.....	64
5.1 Indicativos sócio-históricos do Serviço Social e a sua feminização.....	64
5.2 O Serviço Social e a Educação Profissional: atuação e desafios.....	72
6 DETERMINAÇÕES E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS NA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PESQUISADA...76	
6.1 Panorama Institucional: perfil da(o)s Assistentes Sociais da Instituição Pesquisada e primeiros apontamentos sobre as relações sociais de sexo.....	77
6.2 Perfil Geral e Breve Relato sobre a Trajetória Pessoal e Profissional da(o)s Entrevistada(o)s : a escolha da profissão e experiências profissionais.....	85
6.3 Teorias Feministas na Formação, Qualificação e Intervenção Profissional: reflexões sobre as vivências e ausências.....	90
6.4 Reprodução da Divisão Sexual do Trabalho, processos de trabalho relações de trabalho no cotidiano profissional da(os) Assistentes Sociais e o contexto da pandemia.....	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	134
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E VOZ.....	137

1 INTRODUÇÃO

As profissões se inserem em um contexto em que prevalece a divisão social e sexual do trabalho. O estudo da feminização e da masculinização das profissões é imprescindível para se compreender “o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados empregos e ocupações” e, para isso, é preciso se desprender da construção social que vê a mulher como gênero e o homem com uma entidade universal (YANNOULAS, 2015, p. 48).

O Serviço Social, por se tratar de uma profissão hegemonicamente feminizada, traz questões que se tornam urgentes e atuais, uma vez que traduz na prática tal divisão, com o compromisso da área no enfrentamento das relações de opressão e exploração presentes na contradição capital-trabalho e, na qual, as relações de gênero se tornam visíveis. Trabalhadores e trabalhadoras de quaisquer áreas - a classe trabalhadora em geral -, conforme alerta Safiotti (1997), têm dois sexos e pesquisas *gender blind* (HIRATA, 2004) que pensam o trabalhador homem e branco, ignorando questões da divisão do trabalho entre os sexos, não traduzem a realidade que se nos apresenta.

A escolha por esse objeto de estudo, deve-se ao percurso acadêmico e profissional da pesquisadora, uma vez que possui graduação em Serviço Social e pós-graduação *lato sensu* em “Gestão Pública com Foco na Temática de Gênero e Raça”, além de atuar como Assistente Social desde 2011. Trabalhou na Prefeitura Municipal de Nova Lima, Minas Gerais na gestão da política de assistência social, realizando o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços e atuou como conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher nessa mesma cidade. Também trabalhou na Prefeitura Municipal de Rio Acima como Assistente Social nos conselhos de políticas públicas e de direito, nos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, no atendimento de pessoas em situação de risco pessoal e social, como mulheres em situação de violência.

Atualmente, desde 2017, trabalha como Assistente Social na Política de Assistência Estudantil no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), evidenciando na prática se tratar de um trabalho visto pelo senso comum como uma

extensão do cuidado doméstico, de assistencialismo e contando com profissionais quase sempre do sexo feminino.

Problematizar as Relações Sociais de Sexo/Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho nessa área e profissão e, especificamente, na Educação Profissional e Tecnológica, nasceu, não só a partir de sua *práxis* como Assistente Social no CEFET-MG desde 2017, mas também das discussões e estudos realizados na disciplina “Relações de Gênero na Ciência e C&T, no Trabalho e na Educação Profissional e Tecnológica”, ministrada pela Professora Doutora Raquel Quirino, no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, da mesma instituição, cursada em 2019.

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa foi contribuir para as discussões acadêmicas sobre a divisão sexual do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Serviço Social por meio da compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre profissionais com a função de assistente social em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). De maneira específica, objetiva-se apreender como se deram, historicamente, as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho na formação e atuação na profissão de Serviço Social; conhecer os perfis socioeconômico-culturais dos/as assistentes sociais atualmente em serviço nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; e compreender como a divisão sexual do trabalho se materializa nas relações sociais entre os sexos nesses espaços e nessa profissão específica, e como são vivenciadas pelos/as profissionais de Serviço Social.

Para a compreensão teórica desta pesquisa, aprofundamento científico e análise de dados empíricos, foi utilizado um levantamento bibliográfico em mídias escritas e eletrônicas (livros, artigos científicos, dissertações e teses, dentre outros), a fim de se aproximar do objeto de estudo proposto.

No segundo capítulo (o primeiro capítulo se refere a esta introdução), iniciou-se as discussões teóricas buscando o entendimento sobre o conceito de trabalho e suas dimensões no interior do sistema capitalista, e como esse sistema se utiliza da força de trabalho da classe trabalhadora – que se realiza como alienação e desumanização – para sua acumulação de riqueza. Entende-se nesse estudo que essa classe não é homogênea e possui diversas facetas que devem ser

consideradas para se pensar estratégias de resistência e de extinção das formas de exploração, dominação e opressão dos indivíduos dessa classe. A(O)s autoras/es utilizadas/os nessa discussão são Karl Marx (1980), Maria Lúcia Martinelli (2000), Maria Ciavatta (2016), Gaudêncio Frigotto (1997; 2016), José Paulo Netto (2007), Marcelo Braz (2007), Marila Villela Iamamoto (2000; 2005), Raul Carvalho (2005), Heleieth Saffioti (1978; 1985; 1997; 2004), Angela Davis (2013), Tânia Quintaneiro (2002) e Carlos Montanõ (2011).

Ainda no segundo capítulo, considerou-se pertinente trazer reflexões sobre o conceito de gênero, patriarcado e as relações sociais de sexo, trazendo também o conceito de sexagem para melhor compreensão das relações de dominação masculina. Fundamentou-se a partir de autoras como Mirla Cisne (2015; 2018), Raquel Quirino (2015), Rita de Cássia Flores Muller (2005), Adriana Piscitelli (2002; 2009), Ochy Curiel (2014), Jules Falquet (2014) e Colete Guillaumin (2014).

Também se utilizou dos estudos sobre Educação, Educação Profissional e Tecnológica e Relações de Gênero, a fim de possibilitar a discussão especialmente no *locus* escolhido para a pesquisa empírica: Instituições da Rede RFEPCT, e possibilitar o diálogo com o objeto de estudo do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica no qual o presente projeto de pesquisa se insere. Autoras/res como Antonio Gramsci (1982), Paulo Freire (2001), Dermeval Saviani (2003; 2008), Gaudêncio Frigotto (1997; 2016), Ailton Vitor Guimarães (2018), Lindamir Salete Casagrande (2021), Raquel Quirino (2015), Tânia Gracieli Vegas Incerti (2021) e Eleazar Venâncio Carrias (2011).

No terceiro capítulo, foi reservado para o referencial teórico, a partir da teoria de base da Divisão Sexual do Trabalho e as Feminizações das profissões, com seus desdobramentos, interfaces e teorias adjacentes. A escolha teórico-metodológica por estudos de autoras, tais como Danièle Kér goat, Helena Hirata, Jules Falquet (2014), Colete Guillaumin (2014), Elizabeth Souza-Lobo, Heleieth Saffioti (1978; 1985; 1997; 2004), Maria Rosa Lombardi, Raquel Quirino (2015), Silvia Yannoulas (2015), Maria Aparecida Sanches Silva Jorge (2019), Marly de Jesus Dias (2013), dentre outras, vinculadas ao feminismo materialista se deve ao interesse dessa proponente pela discussão dos dados à luz, não apenas dos pressupostos simbólicos e culturais que tais relações assimétricas entre homens e mulheres se dão no interior da área e da profissão, mas, sobretudo, pela sua base material: o trabalho e a prática social.

Para maior aproximação do objeto de estudo e compreender especificamente a área e a profissão de Serviço Social, no quarto capítulo, dados históricos e documentais foram utilizados para se traçar um panorama de sua formação profissional e atuação ao longo do tempo, bem como o seu processo de feminização. Foram realizados diálogos com Manuel Manrique Castro, Marilda Iamamoto (2000; 2005), Raul Carvalho (2005), Maria Carmelita Yazbek, Maria Betânia Ávila, Mirla Cisne (2015; 2018) e Silvia Yannoulas (2015), e outra(o)s estudiosa(o)s.

Destarte, a presente pesquisa, ancorada no feminismo materialista de origem francesa e à luz das teorias da Divisão Sexual do Trabalho, problematiza tal divisão no Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica. A questão norteadora do presente trabalho indaga acerca das determinações e principais implicações dessa divisão do trabalho entre os sexos na profissão de Serviço Social na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para se chegar à resposta dessa questão, outras indagações perpassam a pesquisa: como as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho se desenvolveram historicamente na formação e atuação na profissão de Serviço Social? Quais os perfis socioeconômico-culturais dos/as assistentes sociais atualmente em serviço nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica? Como a divisão sexual do trabalho se materializa nas relações sociais entre os sexos nesses espaços e nessa profissão específica, e como são vivenciadas pelos/as profissionais de Serviço Social?

Com base nesses questionamentos, no quinto capítulo, discorre-se sobre os procedimentos e percursos metodológicos do planejamento, desenvolvimento e conclusão desse trabalho, justificando o *lôcus* da pesquisa, as técnicas de coleta de informação e o tratamento analítico dos dados.

E, por fim, no sexto capítulo são apresentadas as informações produzidas junto ao campo, apontando como se deu a articulação da discussão teórica com os discursos enunciados pela(o)s profissionais, coprodutoras desta pesquisa. Nesta seção, após a apresentação de um panorama institucional da(o)s profissionais de Serviço Social da instituição pesquisada, as análises dos dados qualitativos da(o)s entrevistada(o)s foram, metodologicamente divididas em três eixos: breve relato da trajetória pessoal e profissional dos sujeitos da pesquisa; teorias feministas na formação e qualificação profissional e a formação da consciência e a reprodução da divisão sexual do

trabalho, processos e relações de trabalho no cotidiano profissional da(os) Assistentes Sociais e o contexto da pandemia.

Constatou-se que as expressões da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo das e dos profissionais Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica evidenciam grandes demandas e desafios para o seu aprofundamento, e também para o processo de renovação da profissão, na ruptura das opressões e em busca da “emancipação humana”.

Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

2 METODOLOGIA

De acordo com Gil (1999, p. 23) “a dimensão histórica dos processos sociais, a partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas, etc.) procede à interpretação dos fenômenos observados”. Portanto, a pesquisa se norteou pelo quadro de referência do feminismo materialista de origem francesa de base marxista. Fez-se necessário fundamentar tal quadro de referência para se analisar a divisão sexual do trabalho de forma a romper com a lógica do capital no sistema capitalista que se pauta na manutenção e ampliação das desigualdades de classe, raça e gênero.

O materialismo histórico dialético baliza a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, compreendendo-a a partir da ação humana e *práxis*. Privilegia as transformações qualitativas, contrapondo-se a ordem quantitativa como norma. Busca enfrentar as relações sociais capitalistas que expropriam e alienam o(a)s trabalhadores/as. Não é possível analisar os fenômenos sociais isoladamente, sem considerar as influências políticas, econômicas e culturais. Destaca-se que “não é o único referencial teórico e metodológico que faz a crítica ao capitalismo, mas o único que tem como objeto o sistema capitalista e busca desvelar, pela raiz, seu metabolismo social na perspectiva, pelas *práxis*, da sua superação” (FRIGOTTO, 2016, p. 30).

Para dar conta de tal discussão, as teorias pautadas no culturalismo, pós-estruturalismo e outras vertentes teóricas com base no cultural e simbólico não são suficientes para se estudar a divisão do trabalho entre os sexos. Busca-se ir além da aparência para se encontrar a essência do fenômeno em estudo, evidenciar suas contradições a partir da análise da prática social à luz das teorias já fundamentadas.

Adotou-se na pesquisa uma abordagem qualitativa, que, para Minayo e Sanches (1993), preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. A abordagem qualitativa é mais apropriada para o estudo de grupos menores, uma vez que tem no aprofundamento da compreensão dos fenômenos, a sua mais importante característica. A Pesquisa Qualitativa “trabalha com o universo dos significados,

motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde há um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2002, p. 21-22).

A avaliação qualitativa neste trabalho se dá na avaliação do processo, e não somente nos resultados e no produto. Atenta-se para a interação de diversos fatores no interior dos fenômenos sociais estudados, por meio das observações, das análises feitas e das visões da(o)s profissionais diante dessa realidade vivida pela(o)s mesma(o)s.

Para coleta dos dados empíricos foi realizado um levantamento documental e bibliográfico, com levantamento de documentos oficiais, dados estatísticos, relatórios técnicos e referências teóricas por meios escritos e eletrônicos, constituídos por livros, artigos científicos, dentre outros.

Com o intuito de conhecer os estudos já realizados sobre o tema dessa pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico das teses e dissertações produzidas entre os anos de 2009 a 2020, a partir dos descritores “divisão sexual do trabalho” e “Serviço Social” nas bases da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e pelos repositórios/bibliotecas das universidades federais disponíveis virtualmente. Iniciou-se a coleta dos trabalhos com a BDTD, em que foram consultadas as 45 universidades federais, e foi agregada a presente investigação as produções das 09 universidades estaduais, 08 universidades privadas e 07 universidades católicas presentes na mesma plataforma. Para contemplar todas as universidades federais, 24 instituições foram consultadas individualmente, além dos 02 Centros Federais de Educação Tecnológica.

Após o levantamento das produções científicas deu-se início a leitura exploratória e seletiva dos títulos, folha de rosto, resumos, introdução e conclusão para selecionar as teses e dissertações que abordavam os descritores “divisão sexual do trabalho” e “Serviço Social”. A seleção foi a base para a leitura analítica buscando identificar as bases teóricas utilizadas e os temas abordados, identificando 14 dissertações e 6 teses que se referem aos descritores mencionados abarcando os seguintes temas, apresentados na Figura 1.

Figura 1 - Temas das produções científicas no Serviços Social



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

No que se refere às investigações sobre a divisão sexual do trabalho em relação as/aos profissionais de Serviço Social, tema que a presente pesquisa pretende compreender, foram encontradas as seguintes produções:

- 1) MARQUES, Maria Inez Barboza. Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- 2) TIBURTINO, Lidianne Cavalcante. Relações sociais de gênero e precarização do trabalho: um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio - ocupacionais das/os assistentes sociais na política de Assistência Social. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

Constata-se que, existem debates teóricos sobre a divisão sexual do trabalho nas produções científicas da área, sobretudo nas reflexões das expressões da questão

social nos contextos da atuação profissional. No entanto, ainda necessita de mais estudos sobre o tema referente a compreensão da divisão sexual do trabalho nas relações sociais do(a)s profissionais de Serviço Social, levando-se em conta que é uma profissão que possui o compromisso explícito com enfrentamento das relações de opressão e exploração dentro da contradição capital versus trabalho.

No âmbito da educação, é necessário o aprofundamento desse tema. O estudo que foi encontrado na educação analisa a(o)s profissionais de Serviço Social na atuação como docente. Não foram encontradas teses e dissertações nessas bases de dados que analisem a(o) Assistente Social no cargo de técnico-administrativo na educação profissional e tecnológica, o que se considera a necessidade de pesquisas sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica de cunho analítico, vinculando pensamento e ação, sendo esta conceituada por Marconi e Lakatos (2002) como aquela que abarca toda a bibliografia disponibilizada em relação ao tema de estudo, coloca o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto e possibilita construir novas visões e perspectivas sobre o tema estudado. Utilizou-se nessa análise, bibliografias já analisadas nos capítulos anteriores, resgatando o debate já discutido e o confrontando com a realidade estudada, como também outras bibliografias foram acrescentadas a esse capítulo com intuito de enriquecer a discussão.

A pesquisa também se utilizou do estudo de campo que, conforme Gil (1999) se difere do levantamento de campo, pois se busca muito mais o aprofundamento das questões propostas do que as distribuições das características das pessoas pesquisadas, segundo determinadas variáveis. Foram utilizados questionários e a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações, visto que proporciona maior flexibilidade, pode-se repetir ou clarear as perguntas, elaboração de maneira diferente, oferecendo também maior possibilidade de analisar atitudes e ações.

Devido a pandemia do Coronavírus (COVID-19)¹, as entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência, levando-se em consideração as medidas de distanciamento social recomendadas. O *lócus* da pesquisa empírica foi uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e/ou em regiões próximas. Os sujeitos de pesquisa, profissionais com formação na área de Serviço Social que atuam como Assistentes Sociais nessa instituição. A escolha por não identificar a instituição e o *Campus* foi para garantir o sigilo e privacidade do(a)s entrevistado(a)s, uma vez que, com base em pesquisas empíricas nos sites oficiais das instituições federais da RFEPT, a média de profissionais nesse cargo em cada *Campus* é entre um(uma) a dois(duas) profissionais. Se caso fosse identificado a instituição e *Campus*, poderíamos comprometer o princípio ético da privacidade e sigilo dos dados dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa envolveu seres humanos e seguiu as orientações do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET), as resoluções nº 466/12, nº 510/16 e Norma Operacional Conep 001/13 do Conselho Nacional de Saúde. Foi solicitada previamente a autorização da gestão da instituição para que a pesquisa fosse realizada com seus/as servidores/as. Os servidores que participaram da pesquisa leram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Vide Apêndice A) e o Termo de Autorização de Uso e Voz (Apêndice B), conferindo que estão cientes do conteúdo e objetivos da pesquisa, aceitando espontaneamente a participar. Os nomes da instituição e dos/as servidores/as foram mantidos sob sigilo e substituídos no texto final por um código alfa numérico.

A pesquisa empírica possui duas etapas independentes: a primeira etapa sendo uma investigação geral sobre os perfis socioeconômico e cultural dos sujeitos da pesquisa por meio de questionário *online*, e a segunda etapa foram entrevistas semiestruturadas para melhor compreender a realidade pesquisada. A escolha por realizar a pesquisa empírica em duas etapas, justifica-se pela possibilidade de ter

¹ Foi descoberto em dezembro de 2019 um novo vírus denominado SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19, que se referia a uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Identificou-se primeiramente na cidade de Wuhan, na China, e se proliferou velozmente por todo o mundo. A OMS, em 30 de janeiro de 2020, considerou o contágio dessa nova doença como uma emergência de saúde pública de relevância internacional, a qual é caracterizada como o maior nível de alerta e, no dia 11 de março de 2020, a OMS reconheceu a COVID-19 como uma pandemia.

um perfil prévio dos profissionais, além de obter um quantitativo maior de informações de mais profissionais.

Acredita-se que, devido a dedicação do tempo para respostas ser menor (a previsão de duração de preenchimento do formulário foi de 7 minutos), conseguiríamos um melhor panorama institucional, abarcando um maior número de profissionais com as informações mais gerais e os primeiros apontamentos sobre a divisão sexual do trabalho, o que se comprovou nas aplicações da pesquisa, como será relatado a frente. Vale destacar que a apresentação dessas informações com resultados quantitativos e iniciais se faz importante para se mensurar algumas informações coletadas, porém a pesquisa apresentada visa priorizar a dimensão qualitativa da pesquisa empírica.

Inicialmente solicitamos ao setor de gestão de pessoas os contatos da(o)s profissionais que possuem o cargo de Assistente Social na instituição, incluindo o(a)s que estavam/estão assumindo atualmente funções/cargos de gestão. A busca do(a)s profissionais de Serviço Social nas instituições federais foi por meio do setor de gestão de pessoas. Esse percurso foi necessário para que se buscasse todo(a)s o(a)s profissionais de Serviço Social da instituição e não só um setor que tem o predomínio de profissionais da área, como, por exemplo, a assistência estudantil, que é o espaço sócio ocupacional onde predomina o quadro profissional do Serviço Social nas instituições federais de ensino, com base em pesquisas e debates da categoria. Essa escolha se deu, pensando também, nos profissionais que possuem o cargo de Serviço Social e que estão em cargos de gestão ou similares, ou outros setores que demandam o trabalho do Serviço Social.

Após receber os contatos, foi enviado o seguinte e-mail a(o)s para os profissionais, convidando-os para a primeira etapa da pesquisa:

Prezada (o) Assistente Social,

Você está sendo convidada (o) para participar de uma pesquisa sobre "O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: uma discussão à luz da Divisão Sexual do Trabalho". Essa pesquisa tem por objetivo contribuir para as discussões acadêmicas sobre a divisão sexual do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Serviço Social por meio da compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre assistentes sociais em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCCT).

Este convite se deve ao fato de você possuir o cargo de Assistente Social em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), sua participação seria muito importante para o andamento da pesquisa!

O estudo já foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa e pela Instituição.

Sua contribuição será prestar informações e percepções das relações sociais de sexo/gênero. A pesquisadora responsável pela produção científica sou eu, Myrnn Lorena Figueredo Almeida, mestranda do PPGET-Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o questionário pode ser respondido em até 7 minutos.

No primeiro momento obteve-se 45% de retorno da totalidade dos profissionais. Devido ao envio do convite para a pesquisa ter sido realizado no período de final de ano e ser um período que muitos profissionais poderiam estar de férias, foi enviado um novo e-mail no início do ano para os profissionais que não haviam respondido e, assim, chegamos a 67% dos profissionais que responderam o formulário *online*. Os dados da primeira etapa foram apresentados em porcentagem, com o intuito de garantir a não identificação da instituição devido as justificativas já apresentadas.

Após a finalização da primeira etapa da pesquisa e depois de um período de tempo, enviei e-mail para a(o)s profissionais que participaram dessa etapa da pesquisa agradecendo e convidando para a segunda etapa de acordo com a disponibilidade da(o)s participantes e informando que,

Diante do cenário nacional de pandemia devido ao COVID-19, em conformidade com as orientações de segurança divulgadas por meio dos órgãos competentes, a entrevista será realizada de forma virtual, por meio de vídeo chamada através de plataformas digitais [...].

Ressalto que será garantido o anonimato, o sigilo e a confidencialidade dos seus dados e informações.

Do(a)s profissionais que participaram da primeira etapa, 6 responderam que possuíam interesse, porém cinco (dois homens e três mulheres) deram continuidade e participaram da entrevista. A minha escolha em pesquisar homens e mulheres na profissão de Serviço Social foi por acreditar que trazer um contraponto dos dois papéis sociais nas relações sociais de sexo poderia contribuir com uma reflexão mais ampla da Divisão Sexual do Trabalho e os seus rebatimentos em cada sujeito.

As entrevistas aconteceram em um momento de transição do trabalho remoto, devido ao período de pandemia de Covid-19 para o retorno do trabalho presencial.

Na entrevista semiestruturada (segunda etapa), ressaltou-se, ao iniciar a conversa, a garantia do sigilo das informações, e que poderia informar, caso o(a) profissional considerasse que não gostaria de responder alguma pergunta, e que, em qualquer momento, se considerasse necessário, poderia solicitar a retirada de algum trecho, ou mesmo a íntegra, da conversa, ou solicitar a inserção de alguma informação que julgar importante para a pesquisa.

As transcrições foram inicialmente realizadas por meio de um programa de transcrição automática e posteriormente foram realizadas novas escutas e feitas as correções necessárias, com ponderações e percepções prévias da análise. As análises das entrevistas foram realizadas à luz da teoria de base da Divisão Sexual do Trabalho e por contribuições de teorias complementares.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A inserção das ocupações em determinados espaços de trabalho é submetida a um conjunto de determinações da sociedade capitalista, como o controle da força de trabalho e a subordinação de seu conteúdo aos objetivos e necessidades das instituições empregadoras. Nesse capítulo, discutiremos sobre a categoria trabalho, na perspectiva marxista, e o desenvolvimento do modo de produção capitalista para refletirmos sobre a importância de revelar as interfaces desse modo de produção, suas conexões com a trajetória da profissão de Serviço Social e sua *práxis* profissional, bem como seu lugar na estrutura social e no sistema de opressão, dominação e exploração.

Posteriormente, será apresentado o desenvolvimento conceitual e reflexões sobre termo gênero, patriarcado e as relações sociais de sexo a fim de se compreender os debates teóricos referentes a essas categorias, assim como entender de que forma se processam essas relações sociais, identificando as desigualdades existentes na estrutura societária. Em seguida, faz-se uma discussão sobre a educação e a educação formal, com seus projetos educacionais em disputa, bem como a Educação Profissional e Tecnológica e as relações gênero que a perpassam e a necessidade de construção de um projeto educacional democrático, omnilateral e politécnico, que represente as diversidades da sociedade brasileira e que contribua para abolir as barreiras de classe social, gênero, raça e demais desigualdades.

3.1 Trabalho, exploração e opressão capitalista e as subjetividades e particularidades da classe trabalhadora

Existe uma diversidade de concepções e vertentes sobre o capitalismo, enquanto categoria histórica, que tentam compreender o seu significado, não havendo um

consenso referente a isso, porém há, pelo menos, três grandes vertentes, de acordo com Martinelli (2000).

A primeira vertente de uma concepção idealista, a partir do economista Werner Sombart (1863) que considera o capitalismo uma criação do “espírito capitalista”, um “espírito empreendedor e racional”, ou seja, a origem do capitalismo está ligada ao “desenvolvimento de estados de espírito” que influenciaram toda uma época e que foi produzido pelo protestantismo, como defendido por Max Weber e seus seguidores. No entanto, não há sustentação histórica que permitisse essa conclusão, os registros históricos disponíveis permitiam a compreensão do capitalismo, não como “sistema histórico especial”, mas como “uso aquisitivo do dinheiro” e também muito anterior a Reforma Protestante (MARTINELLI, 2000, p. 27).

De acordo com Martinelli (2000), a segunda vertente, ancorada na Escola Clássica Alemã, situa o capitalismo como um sistema comercial, um método de organização da produção que se movimenta entre o mercado e o lucro, em uma dimensão econômica, contribuindo pouco para a compreensão do capitalismo como “categoria de interpretação histórica” e o desvelamento da sua estrutura social.

A terceira vertente, baseada no pensamento de Karl Marx, parte de novas concepções e amplia consideravelmente a compreensão desse sistema como uma nova estrutura social e econômica vinculado a um contexto histórico e a um sistema de ideias. O capitalismo passa a ser visto como um modo de produção que é definido tanto como um “estágio de desenvolvimento das forças produtivas”, como também relações sociais influenciadas pela posse privada dos meios de produção por uma classe. Deixa de ser visto apenas no seu sentido econômico de trocas monetárias e lucros. Esta é a concepção mais utilizada pela historiografia socioeconômica, a que melhor evidencia e busca explicar a complexidade dessa categoria (MARTINELLI, 2000) e que balizará as reflexões apresentadas nesta pesquisa.

Marx amplia a crítica ao modo de produção capitalista para além do aspecto econômico. Considera-o como parte da vida social, na história da produção da existência humana, em que os indivíduos se reproduzem, se relacionam e fazem

parte de diferentes ideologias, grupos e classes sociais em tempos e espaços determinados (CIAVATTA, 2016, p. 53).

As análises referentes ao paradigma marxista são dinâmicas, estão sempre em mudança e visam sempre a materialidade das relações sociais e seus rearranjos históricos, e dessa forma, permanecem centrais para compreender a natureza do capitalismo e suas reorganizações. Essa análise é realizada por meio do método dialético materialista histórico que entende “a realidade humana como uma totalidade, contraditória e em movimento, unidade do diverso, e que o seu conhecimento implica na apreensão das mediações ou conexões que a constituem em sua particularidade definida no espaço e no tempo” (FRIGOTTO, 2016, p. 33-34)

O trabalho é o elemento constitutivo do ser social, atividade caracteristicamente humana, pois necessita da capacidade de criar meios e instrumentos de trabalho para satisfazer as necessidades humanas e criar outras necessidades. O trabalho é a base da atividade econômica, é uma categoria central para a existência e reprodução social (PAULO NETTO; BRAZ, 2007; IAMAMOTO, 2000).

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construir em cera. No fim do processo de trabalho obtém um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural, realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1980, p.149-150, 153).

O trabalho se define por uma “relação mediada” entre o ser humano e o seu objeto e parte de uma atividade que é antecipada, que possui uma intencionalidade prévia que se objetiva com a transformação da matéria natural na finalidade destinada pelo sujeito. Resulta, indissociavelmente, no plano subjetivo (ideação) e objetivo (ação), que propicia manutenção da sobrevivência da sociedade. O sujeito diferencia-se da

natureza pelo surgimento do trabalho. O desenvolvimento desse ser social e da sua racionalidade aconteceu a partir da diversificação e complexificação do trabalho no processo histórico. “Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 44, 54 e 55).

O sistema capitalista exacerba a contradição presente em todas as estruturas econômico-sociais anteriores. Além de trazer essas incoerências no seu discurso de igualdade – afirmando a liberdade individual e a igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos como finalidade para o desenvolvimento pleno da economia de mercado – e na realização da desigualdade – presentes nas relações de poder e exploração, na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano. Marca a distinção entre o valor de uso² e o valor de troca³ dos produtos do trabalho, que se estabelecem como e enquanto mercadorias e também a própria força de trabalho ganha a mesma determinação (SAFFIOTI, 1978; IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A força de trabalho é uma mercadoria que pode gerar mais riqueza do que seu próprio valor de troca. Essa riqueza é redistribuída de forma distinta para os diferentes grupos sociais através do salário da classe trabalhadora, pelo Estado – através de impostos e taxas, que podem ser repassados para a população, através de serviços públicos, o lucro em suas diferentes formas (industrial e comercial) e os juros para os que detém o capital. As relações de produção capitalista necessitam da existência do mercado, onde também se negocia a força de trabalho por um determinado valor entre o trabalhador livre e o capital. Esse valor que o trabalhador pode produzir durante o tempo de trabalho para aquele que contrata é superior àquele pelo qual vende suas capacidades, esse excedente apropriado pelo capitalista é caracterizado como *mais-valia*, que determina o modo específico de cisão e de expropriação sob as relações sociais capitalistas, resultando em um processo de expropriação da classe trabalhadora e concentração da propriedade (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002; MONTAÑO; DURIGUETO, 2011; IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, FRIGOTTO, 2016).

2 A propriedade de satisfazer as necessidades humanas.

3 A categoria de valor que define a quantidade de um produto que é possível conseguir em troca de uma certa quantidade de outro produto, varia no tempo e espaço.

A força de trabalho possui uma característica única que a diferencia de todas as outras mercadorias, uma vez que ela cria valor, ela produz mais valor do que é preciso para reproduzi-la, o capitalista paga ao trabalhador o correspondente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor gerado por ela na sua utilização (valor de uso). O valor de uso é maior que o valor de troca, e o capitalista se apropria de todo esse valor excedente, extraíndo do trabalhador a *mais-valia*. Posto que o lucro é o que impulsiona o modo de produção, entende-se que o que importa para o capitalista é a produção de mais-valia (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 113-115).

O desenvolvimento do capitalismo, resultante da acumulação privada de capital, promove o acirramento da desigualdade e maior concentração de riqueza em uma relação de exploração e alienação do trabalhador, que, na sua grande maioria, possui na venda da força o único meio de garantir a sobrevivência. A forma em que se realiza o desenvolvimento econômico pelo acirramento dessas relações, viabilizam o amadurecimento político dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe, contribuindo para o avanço da luta de classes. A luta de classes é a forma que o trabalhador possui para tentar reduzir essas desigualdades e diminuir relativamente o poder do capital (MONTANÕ; DURIGUETO, 2011; IAMAMOTO; CARVALHO, 2005). As formas de organização da classe trabalhadora foram exigindo novas respostas sociais. A classe dominante, com o apoio do Estado, buscava conduzir e controlar as lutas sociais a partir concessões e manipulações que tinha como finalidade a reprodução da sua força de trabalho, mas que era maquiada como cuidados às necessidades dos trabalhadores (CASTRO, 2000, p. 45-46).

O processo de desenvolvimento capitalista é a constituição histórica da sociedade de classes vinculadas, intrinsecamente, com as relações antagônicas, conflituosas e as lutas da classe trabalhadora. Esse confronto, que é envolvido por uma luta contínua na defesa de seus interesses opostos, é substância e condição do desenvolvimento do capital e, ao mesmo tempo, “parte do próprio processo vital do trabalhador”, intensifica o processo de trabalho e, conseqüentemente, a exploração da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 105-106; MARTINELLI, 2000).

Nessa perspectiva, para a consolidação da luta de classes é necessário a formação da consciência de classe, para a compreensão dos projetos societários em disputa nas relações de poder, que é dificultada pelo processo de alienação que determina a relação inversa de sujeição do homem às coisas. Para Marx (1977), em contraponto às visões idealistas, não é a consciência que condiciona a vida, mas a vida que condiciona a consciência. “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. ” (MARX, 1977, p. 37-38).

“As objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 57), mistificadas pelas relações entre coisas, produtos, em detrimento das relações entre os seres humanos. Essa alienação é impulsionada pela ideologia dominante, a qual naturaliza as relações de opressão e dominação na sociedade e apresenta um modelo ilusório de igualdade e de um sujeito universal (CISNE, 2018; ÁVILA, 2005, p. 50; IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 106).

Com o trabalho alienado o ser social se coisifica, não se reconhece no trabalho que produz, estranha-o. Assim o ser social se distancia da natureza, fetichizando-o. O trabalho assalariado passa a ser uma obrigação para a sobrevivência e não “ação própria da vida”, ou seja, “é atividade imposta que gera sofrimento e aflição”, portanto “não gera prazer”. Ele é realizado para o outro pela ausência de uma alternativa diferente para garantir sobrevivência, senão por meio da venda da força de trabalho. (CISNE, p. 52, 2018).

No modo de produção capitalista, os grupos dominantes que possuem o poder político, econômico, social e cultural – reproduzem a natureza dos fatores que causam a divisão da sociedade em classes sociais, personificando categorias econômicas as quais determinam seu lugar no processo produtivo. Produzem teorias e ideologias no campo do disciplinamento do controle social, que legitimam a estrutura social e justificam as relações sociais de exploração, dominação e apropriação. Utiliza-se da tradição para explicar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços, para a manutenção da sociedade competitiva na constituição das classes sociais e também na elaboração social do fator sexo e “raça” como requisitos estruturais e

funcionais desse modo de produção (SAFFIOTI, 1969, 1978; ÁVILA, 2018, IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Para o rompimento dos ideais sociais dominantes, os sujeitos coletivos e políticos-na sua complexidade e pluralidade – expõem as relações antagônicas e de confronto das estruturas excludentes e sugerem novas estratégias de resistências e emancipatórias para as lutas contra hegemônicas no campo político e social (ÁVILA, 2018, p.180).

Reconhecer a multiplicidade dos sujeitos inseridos na mesma classe não é isolá-los e fragmentá-los em suas “identidades”, mas percebê-los numa unidade totalizante de classe trabalhadora, abarcando suas particularidades e singularidades na busca pelo fim das desigualdades sociais (CISNE, 2018). O conceito de classe é compreendido, na relação histórica e concreta, corporificada na existência de componentes como sexo e “raça” nas relações sociais.

A desomogeinização da classe trabalhadora e seus desdobramentos políticos estão articulados com as contribuições teóricas e práticas políticas dos movimentos feministas, que interpretam criticamente a realidade social a partir da desnaturalização das relações hierárquicas, lutando contra a opressão e exploração da mulher e apontando caminhos para a sua superação. Buscam um projeto de transformação social, por meio da *práxis*- “trabalho constante da palavra e da ação”, desestabilizando os paradigmas hegemônicos e desmascarando um universalismo aparente e a pretensão de um sujeito universal, que na sua realidade concreta, é o homem branco, ocidental e proprietário (CISNE, 2018; ÁVILA, 2005, 2018).

A heterogeneidade da classe trabalhadora na pirâmide social e a necessidade de uma compreensão crítica e totalizante das desigualdades podem ser exemplificadas através dos escritos da Angela Davis (2013), no seu livro “Mulher, Raça e Classe”. Relata a relutância das mulheres brancas feministas nos Estados Unidos em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas, as quais, em sua grande maioria, eram mulheres negras que, devido ao período da pós-escravidão, foram forçadas pelo sistema produtivo a se tornarem trabalhadoras domésticas. A autora discorre sobre um artigo de 1902 intitulado “um dia de 9 horas de uma criada doméstica” que o autor descrevia uma conversa com uma amiga feminista que solicitava sua

assinatura na petição pedindo aos empregadores o fornecimento de cadeiras para mulheres balconistas.

“[...] as raparigas” dizia ela “têm que ficar de pé dez horas por dia e isso faz meu coração sofrer em ver as suas caras cansadas”
 “Mrs. Jones” disse eu “quantas horas por dia a sua criada fica de pé?”
 “Porquê, eu não sei” ela engasgou “cinco horas ou seis horas eu suponho.”
 “A que horas ela se levanta?”
 “a seis”
 “E a que horas ela termina à noite?”
 “Oh, por volta das oito, penso eu geralmente”
 “isso faz catorze horas...”
 “...Ela pode sentar-se durante seu trabalho”
 “Em que trabalho? A lavar? A passar ferro? A varrer? A fazer as camas? A cozinhar? A lavar a louça? Talvez se sente por duas horas nas suas refeições e ao preparar os vegetais, e quatro dias na semana se ela tiver uma hora na tarde. De acordo com isso, a sua criada está de pé pelo menos horas por dia incluindo as subidas e descidas de escadas. Parece seu caso mais piedoso que o das balconistas”
 Com as faces rosadas e os olhos a brilhar disse: “A minha criada sempre tem o tempo de domingo depois de jantar”.
 “Sim, mas as balconistas têm todo o domingo. Por favor não vá enquanto eu não assinar a petição”. Ninguém estará mais agradecido que eu por ver que as balconistas tiveram a oportunidade de se sentarem...”. (DAVIS, 2013, p. 72-73).

Essas mulheres feministas dificilmente se envolviam na cobrança de melhores condições nos serviços domésticos, não tinham a consciência do seu papel ativo como opressoras, reproduziam a mesma opressão que protestavam, as trabalhadoras domésticas eram desumanizadas e vistas apenas como necessárias para satisfazer seu “mestre/dona”. (DAVIS, 2013).

Embora, as várias opressões possuem suas diferentes formas e características, elas estão enraizadas e são reforçadas por um único sistema social, o capitalismo. É unindo forças para combatê-lo que é possível superá-lo de forma mais efetiva as várias divisões – de cultura, raça, etnicidade, diversidade funcional, sexualidade e relações sociais de gênero – que ele reproduz (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 65).

Com o surgimento do capitalismo, nasce também, o processo de individualização, no qual a mulher é posta uma desvantagem social tanto no nível superestrutural, na subvalorização das capacidades femininas e a supremacia masculina, quanto estrutural, em que a mulher é progressivamente marginalizada das funções produtivas, situando-se periféricamente no sistema de produção. Nessa perspectiva,

que se entende que a efetiva transformação social para as mulheres não é possível dentro de um sistema que possui como base estruturante do seu desenvolvimento às relações sociais desiguais (SAFFIOTI, 1978; ÁVILA, 2005).

Os entraves à integração social da mulher na sociedade de classes variam historicamente de acordo com o período de desenvolvimento social e econômico.

A reorganização social ocorreu muitas vezes na história moderna, sobretudo para beneficiar o capital, reformulando repetidamente o capitalismo para restaurar a lucratividade, reinventa não somente a economia oficial, mas também a política, a reprodução social e a relação dos indivíduos com a natureza não humana (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 35).

O Estado, no centro poder político na reprodução das relações sociais, atua como legislador e controlador das forças repressivas, privilegiando historicamente segmentos da classe dominante, impondo seus interesses de classe como aparente interesse geral. Porém, atende também minimamente algumas demandas da classe dominada, como condição para a sua legitimação e preservação da estrutura capitalista na sua centralidade. Nesse sentido, a noção de Estado é indissociável da de dominação, pelo seu movimento contraditório de proposição de alianças de interesses sociais conflitantes (IMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 81).

No período industrial, cujo trabalho passa a ser assalariado, mulheres e homens foram afetados pela venda da força de trabalho como mercadoria. No entanto, é necessário analisar o grau de exploração e marginalização de que é alvo o trabalho feminino, tanto remunerado como o não remunerado. Foi retirado das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, por meio do processo de proletarização e intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os homens (SAFFIOTI, 1978).

É importante destacar, também, que, a partir do nascimento de um bebê macho, nasce também um futuro sujeito, o qual, se não for proprietário dos meios de produção, precisará vender sua força de trabalho. Porém, esse ser social homem, não necessitará vender sua materialidade e individualidade, ele permanece sendo proprietário de si mesmo. Além disso, poderá adquirir a individualidade material de uma mulher e apropriar-se da sua força de trabalho da forma que o convém (GUILLAUMIN, 2014, p. 28).

A mulher é vista como um obstáculo para o desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que põe obstáculos à realização plena da mulher, por meio de uma ordem social estruturada em uma profunda desigualdade material e imaterial na apropriação do seu corpo, sexualidade e força de trabalho.

As “facilidades” da civilização moderna com a revolução industrial como indústria de eletrodomésticos, a existência de produtos alimentícios semiprontos, a limitação da natalidade, e a antecipação do início da educação das crianças, contribuiu com a institucionalização do trabalho da mulher fora do ambiente doméstico. No entanto, foram disponibilizados em geral como mercadoria, possuindo valor de troca que nem sempre é acessível a mulheres que trabalham com baixos salários (SAFFIOTI, 1978).

Dispor dessas facilidades é insuficiente. Não é possível libertar integralmente a mulher de todos os preconceitos que a discriminam socialmente apenas com a sua “emancipação econômica”, apesar de ser condição *sine qua non* para sua libertação total. É necessária uma intervenção racional na realidade social em busca da igualdade entre os sexos em todas as esferas da sociedade (SAFFIOTI, 1978).

Além disso, a autora salienta também que a condição de classe é crucial para a solidariedade entre os indivíduos de uma categoria de sexo na base da pirâmide social. Se as mulheres da classe dominante, por um lado, não puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada.

Essa naturalização dos processos socioculturais legitima a discriminação da mulher, do negro, do pobre, do homossexual, dentre outros segmentos subalternizados, e constitui o caminho mais fácil e curto para ratificar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos ricos e a dos heterossexuais (SAFFIOTI *apud* Richartz, 2008). Com o aprofundamento dos processos de superexploração da força de trabalho na globalização neoliberal, com a finalidade da intensificação da acumulação capitalista, reconfigura-se incessantemente “ ‘os dentro; os de fora’, ‘os outros’ e as ‘outras’, a partir do sexismo, do racismo e da classe social” (ÁVILA, 2018, p.199).

Angela Davis (2013) relata um acontecimento em 1851 na primeira Convenção Nacional de Direitos das Mulheres em Worcester, Massachusetts, quando um

homem argumentou que “era ridículo que as mulheres desejassem votar, quando não podiam sequer atravessar uma poça de água, ou entrar numa carruagem sem ajuda de um homem”. Truth rebateu esse argumento do homem dizendo:

[...] que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz de trovão, ela disse “olhem para mim, olhem para os meus braços”, e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu uma mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem - quando podia fazê-lo - e suportar o chicote também! E não sou eu uma mulher? Dei a luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu uma mulher?” (DAVIS, 2013, p. 50).

Soujoner Truth derrotou o argumento de naturalização das relações de dominação e opressão masculina, da construção social de que a mulher é submissa e um “sexo frágil”, e o homem é o eixo central da sociedade e que por isso a mulher deve servir e ser dominada pelo mesmo, desvelando as relações de opressão sofridas pelas mulheres negras (DAVIS, 2013).

A ideologia patriarcal-racista-capitalista introduz a naturalização das relações de dominação simbólico e ideológica e exploração na consciência dos indivíduos, produzindo alienação e expropriação da capacidade intelectual e das emoções. Para a superação dessa ideologia dominante é necessário a visão política coletiva e sustentação de um projeto político emancipatório para a transformação social (CISNE, 2018; ÁVILA, 2018). “A consciência crítica deve ser considerada como a base sobre a qual se constroem as formas de mediação e isso nos leva a afirmar a importância da dimensão subjetiva nesse processo marcado pela tensão entre privação e liberdade.” (ÁVILA, 2018, p. 203).

Com base em Castells (2006) quando “o mundo se torna grande demais, para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível ao que podem conceber”, resgatando as suas raízes históricas e tradicionalista. Quando a base patriarcal desmorona, passam-se a reafirmar o valor transcendental da família e naturalizam a dominação, construindo novos códigos culturais a partir da matéria-prima fornecida pela tradição.

Os sujeitos sociais se apoiam em fatores culturais e históricos para construírem suas concepções, seus princípios. Estes são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de seus projetos enraizados em sua estrutura social. A desnaturalização das concepções dominantes é essencial para a compreensão crítica da subordinação dessa classe e para o combate das relações desiguais desse sistema racista e patriarcal.

3.2 Reflexões sobre o Conceito de Gênero, Patriarcado e as Relações Sociais de Sexo

As condições de vida de homens e mulheres são, principalmente, produzidas e construídas socialmente e não somente por determinantes biológicos. As concepções diversas sobre o conceito de gênero, um termo de origem anglo-saxã, ou “relações sociais de sexo”, uma formulação elaborada num contexto francófono, levanta muitos debates teóricos sobre a questão, e principalmente, traz à tona a necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Os estudos feministas trazem muitas discussões sobre esse tema, porém pode se ter uma superficial visão de que há consenso e que todos esses estudos se convergem e consensuam para a mesma compreensão. Apesar de tratarem de um tema comum e pensamento crítico, possuem uma grande pluralidade de práticas e abordagens teórico-conceitual ideológicas distintas e relevantes que muitas vezes passam despercebidas pelos(as) leitores/ras (QUIRINO, 2015; ÁVILA, 2018).

Duarte (2002) aponta a categoria de *gênero* como processos de construção do feminino e do masculino no interior da sociedade e da cultura e o termo sexo liga-se aos condicionantes biológicos. O conceito de gênero apela ao constante trabalho de formulação e manutenção de sentidos e de *papéis sociais*. Denuncia as reflexões masculinas sobre a “verdadeira natureza das mulheres”, como estratégia de infantilização e reificação das mesmas.

O conceito de gênero, de acordo com Muller (2005), teve sua trajetória marcada pela passagem do binômio sexo\gênero. A trajetória do conceito passa, ele mesmo, pela discussão a respeito do pensamento binário que articula sexo à natureza e gênero à cultura.

Esse conceito surge, entre as décadas de 1970 e 1980, sobre a influência de feministas acadêmicas, e difundida com grande força a partir da antropóloga estadunidense Gayle Rubin. Ela inseriu nas discussões a natureza e as causas da subordinação social da mulher que denominou *sistema sexo/gênero*, um grupo de arranjos que uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana. Não estabelece, assim, um rompimento com as bases naturais. Gayle Rubin também articula gênero e sexualidade, como uma dimensão política, percebe também a opressão a homossexualidade como produto do mesmo sistema de opressão (CISNE, 2015, PISCITELLI, 2009).

A inserção do conceito de gênero nos debates da época, busca-se um novo olhar no cerne das hierarquias presentes na sociedade, desestabilizando às tradições culturais, possibilitando um avanço substancial na compreensão analítica da categoria “mulher”. Altera o pensamento de como ela é percebida e construída socialmente, modifica-se o espaço social por elas ocupado. Problematisa as relações desiguais entre homens e mulheres como construções sociais e determinadas pelas e nas relações sociais (PISCITELLI, 2002).

O surgimento desse conceito – apesar das intenções *a priori* serem positivas e importantes para as mulheres, foi marcado por riscos de retrocessos para os movimentos feministas e movimentos da classe trabalhadora ao enfatizar, influenciado pela teoria pós-moderna – a subordinação das mulheres aos homens, em uma análise relacional, em detrimento da busca das determinações da dominação/exploração, limitando a destacar uma forma desigual de um vínculo (CISNE, 2015, p. 86).

O conceito de patriarcado, teve sua utilidade na mobilização política e na reflexão acadêmica, mas também foi problematizado em relação às particularidades da condição feminina em lugares e períodos históricos distintos. O movimento feminista buscou no patriarcado a ideia de uma origem da opressão das mulheres e também a possibilidade de um fim desse sistema (PISCITELLI, 2009, p. 135).

Porém, segundo a autora, não foram analisados aspectos centrais da sua construção e desenvolvimento histórico – nomeando superficial e vagamente a dominação masculina, de forma única e universal – sistemas de poder complexos e diversos em diferentes períodos históricos e lugares. No interior dessas

problematizações que, paulatinamente, foram surgindo hipóteses explicativas para as origens da opressão feminina, construindo ferramentas conceituais mais embasadas e historicizadas (PISCITELLI, 2009, p. 136).

É importante ressaltar que o abandono do conceito do patriarcado poderia representar uma perda para a teoria feminista, por ser um único conceito específico sobre a dominação masculina, o que poderia trazer obstáculos para a sua compreensão e práticas sociais (PATERMAN *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 55).

O sistema patriarcal, historicamente anterior ao sistema capitalista, é resultante de um processo histórico que atravessa toda a sociedade e está em permanente transformação, foi reformulado como parte do próprio desenvolvimento capitalista. A sua utilização, diferentemente da categoria de gênero, pressupõe, necessariamente, em um processo simbiótico, as relações de dominação, opressão e exploração que se configuram em bases materiais e simbólicas de um sistema patriarcal-racista-capitalista e colonizador (CISNE, 2018; SAFFIOTI; BONGIOVANI, 1997; SAFFIOTI, 2004, ÁVILA, 2018).

Reconhecer as conquistas e problematizar os limites de conceitos como gênero e patriarcado são importantes para ampliar as categorias de análise e combater as relações de poder.

O pensamento feminista, referindo-se às especificidades “metodológicas”, segundo Bandeira e Siqueira (1997), introduziu uma outra ética que se diferencia da ética estabelecida não apenas pelo fato de que é construída pelo sujeito feminino que tenta refletir, conscientemente os limites socioculturais que lhes são inerentes, mas sobretudo devido à proposição de um saber crítico em relação a todas as formas de dominação entre os sexos.

[...] a ética feminista não se constitui a partir de um sujeito moral, abstrato e livre, mas a partir de seres humanos existentes nas condições reais de dominação e de subordinação. Parte da realidade vivida, cotidiana, da experiência concreta das mulheres, não como abstração, mas como prática individual e social. Essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos este que constituem e possibilitam um saber inovador. (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997, p. 270).

A ética feminista é construída com base nas experiências individuais e pessoais do indivíduo, atrelada à estrutura social que fortalece a alienação e dominação de segmentos como as mulheres.

Nessa perspectiva, ressalta-se que os movimentos feministas, constituíram-se em uma maneira particular, simultaneamente diverso e plural, de ver e de discutir a realidade social, a ordem estabelecida ou o *status quo*. Trouxe um processo de pertencimento e a transição do individual para o coletivo por meio da construção de uma consciência crítica e consolidação da organização (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997; KERGOAT, 2018; ÁVILA, 2018).

Definiu-se tanto como movimento social e político organizado, que ligou novas perspectivas e que originou novas questões aos campos pesquisa, quanto como um movimento que desencadeou mudanças na ordem social e política; na medida em que demandou uma nova postura sobre as experiências e as práticas concretas da vida (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997).

Nessa perspectiva, as feministas, com a sua prática política e pensamento crítico, foram construindo suas alternativas explicativas para seu objeto de estudo e intervenção, com o objetivo da luta por liberdade e igualdade para as mulheres. Desse modo, é necessário compreender esse movimento político em suas diversas formas de organização dinâmica e dialética (GOLDANI, 1997; ÁVILA, 2005). No entanto, de acordo com Ávila (2005), as propostas teóricas feministas apontaram um padrão recorrente, refletindo, em geral, o ponto de vista das mulheres brancas de classe média dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, enfatizavam falsas tendências universalizantes que eram contra tudo aquilo a que as feministas se opunham desde o início.

A finalidade de se criar um sujeito político, destacando-se a identidade entre as mulheres, pelo movimento feminista fez com que não fosse dada tanta atenção às diferenças entre elas. A partir da década de 80, essa perspectiva foi intensamente contestada, principalmente por feministas negras dos Estados Unidos e do “Terceiro Mundo”. Pontuavam a visão “branca” e imperialista dominante e as diferenças nas reivindicações devido às suas posições sociais e políticas distintas. Elas defendiam que gênero fizesse parte de um *sistema de diferenças* que integrasse além das distinções entre feminilidade e masculinidade, as questões raciais, de nacionalidade,

sexualidade e classe social (PISCITELLI, 2009). O feminismo negro criticou o pensamento hegemônico no feminismo vinculado a experiência de feministas ocidentais e brancas. As feministas dos países do Sul trouxeram a crítica ao pensamento eurocêntrico do feminismo que não refletia às experiências das mulheres e dos movimentos feministas nesses países.

A partir dos anos 70, o feminismo materialista francês de base marxista, desenvolveu um pensamento caracterizado por sua radicalidade e originalidade. As feministas materialistas abordaram formas de criarem novos padrões de crítica social, a partir de uma teoria social feminista, na qual a mulher é vista como uma classe social. Consideraram as estruturas materiais e simbólicas na compreensão da existência social da mulher e questionaram o projeto filosófico dominante para a transformação das relações desiguais entre homens e mulheres. Analisaram a opressão das mulheres como classe social, percebiam a existência de homens e mulheres como um fenômeno de classe (ÁVILA, 2018; CURIEL; FALQUET, 2014, p. 10 e 18)

O pensamento feminista materialista revolucionou as análises, colocando em xeque o poder e o privilégio masculino e a suposta existência “natural” das características ditas femininas e masculinas. Os eixos centrais para o feminismo materialista é a interpretação crítica da realidade social com a desnaturalização da vida social, questionando as definições biologizantes dos atributos rígidos e generalizantes sobre a mulher. Homens e mulheres não possuem essência ou identidade específica, que deve ser defendida pela tradição e ideologias, os grupos sociais são definidos pelas relações sociais. As relações sociais de sexo, em uma base material e histórica de exploração, dominação e apropriação, são estruturadas a partir da Divisão Sexual do Trabalho na produção/reprodução do trabalho. “Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra. ” (ÁVILA, 2018; CURIEL; FALQUET, 2014, p. 14-15).

Enquanto permanecer a exploração material das mulheres, por meio da binaridade da classe social de sexo, a mulher estará sempre abaixo na hierarquia social em relação aos homens, independente da organização de cada sociedade. Essa binaridade não surge dos aspectos biológicos e da natureza, mas sim na organização do trabalho e sua exploração, mesmo que ocorra algumas variantes

territoriais e históricas. A divisão desigual do trabalho entre os sexos, baseiam-se na aquisição distinta das ferramentas, armas e conhecimento pelos homens em detrimento das mulheres (CURIEL; FALQUET, 2014).

As feministas materialistas traziam críticas contundentes ao termo gênero, no sentido de “sexo social”, especialmente pela polissemia e indefinição que sua utilização generalizada, em oposição ao sexo biológico. Mascara “o antagonismo sublinhado na utilização do termo relações (em homologia com as relações de classe do marxismo), com o inconveniente de sugerir a existência eventual de uma complementaridade entre os gêneros”, (QUIRINO, 2015, p. 233), ocultando a dimensão crítica e conflitual dessas relações, podendo limitar a nomear uma forma desigual de um vínculo a conceitos que possibilitem a negociação e a conciliação dos papéis (CISNE, 2018; KERGOAT, 2009).

No entanto, Cisne (2018) pontua que a utilização do conceito de gênero, conservando sua dimensão crítica, é útil para unificar pesquisadoras(es) e o debate sobre as relações entre homens e mulheres, embora considere mais pertinente a utilização do conceito “relações sociais de sexo”, que será também o conceito adotado nesta pesquisa.

As estudiosas francesas do feminismo materialista optaram por utilizar o termo “relações sociais de sexo”, que são determinadas também por relações estruturantes de raça/etnia e classe. Essas relações, a partir da perspectiva adotada, não são compreendidas como superpostas, adicionais e interseccionais⁴, como defendida pela autora feminista estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, mas sim como “consustanciais” e “coextensivas”. (CISNE, 2015, p. 90; CISNE, 2018, p. 78).

O estudo sobre as relações interseccionais de Crenshaw, trouxe importante contribuição para a desconstrução do universalismo das grandes teorias e de apresentar a heterogeneidade dos movimentos feministas, porém, com base em Kergoat (2010), a intersecção pode limitar a compreensão das relações como

4 “A interseccionalidade propõe apreender múltiplas desigualdades por meio de uma ação integrada, rejeitando a hierarquização das formas de diferenciação social como gênero, classe, raça, etnias, idade, deficiências, orientação sexual e outros. (...) busca evidenciar as consequências das discriminações e desigualdades estruturais e dinâmicas da interação entre duas ou mais categorias de subordinação que estruturam as posições que as mulheres ocupam na sociedade e no mercado de trabalho. É através dela que é possível verificar o cruzamento de diferentes opressões e desigualdades que se sobrepõem e com as quais as mulheres são atingidas e o fluxo desse cruzamento é simultâneo e de várias direções.” (JORGE, 2019, p. 120-121).

imutáveis e a-histórica, acarretando-se no risco de invisibilizar alguns aspectos da dominação. As relações sociais são produzidas e reproduzidas simbioticamente pelas práticas sociais e somente com o entrecruzamento de categorias – como proposto por Crenshaw- não é possível evidenciar os processos que fabricam essas categorias e as estratégias que contribuem para o combate a esse sistema de opressão, exploração e dominação.

O materialismo histórico e dialético não desconsidera os aspectos culturais, de representações e suas subjetividades, porém os situam dentro de um contexto histórico e social das relações sociais em um processo dialético e complexo, recusa a possibilidade de simplificação da compreensão dessa realidade a partir de uma teoria totalizante. E partindo da perspectiva feminista materialista, numa análise de experiências na América Latina é necessário considerar o contexto histórico dos países que as compõem acometidos pelo processo de colonização e relações atualizadas de poder (ÁVILA, 2018).

Considerando que o feminismo materialista parte de uma concepção sócio histórica para leitura da realidade, temos como desafio o enfrentamento teórico e político do colonialismo que criou um centro hegemônico a partir do qual se estabeleceu e se estabelece os paradigmas para leitura do mundo, dividindo esse mundo entre o civilizado ocidental e os outros mundos qualificados e hierarquizados de acordo com a supremacia europeia branca.

Foram os países do Norte, como região geopolítica, que instauraram nas regiões que constituem a América Latina, e em outros continentes do Sul, um regime de exploração, dominação e desapossamento que marcou tanto a estrutura social, como as dimensões simbólicas e imateriais. (ÁVILA, 2018, p. 185).

O capitalismo possui como centralidade a acumulação de riqueza, que foi historicamente estruturado a partir de um processo eurocêntrico de colonização baseado na dominação, exploração, escravização e racialização de povos. Esse modo de produção apropria-se da sua força de trabalho e de seus bens materiais e imateriais. Amplia o número de trabalhadoras(es) disponíveis para os mais baixos salários, acirrando, assim, sua capacidade de exploração do trabalho, interferindo concretamente na vida das mulheres (CISNE, 2018; ÁVILA, 2018).

A relação social de sexo, na língua original das feministas francófonas, é nomeada de *rapport sociaux de sexe* – representa relações mais amplas, macroestruturais,

vinculadas, centralmente. Possui a centralidade no sentido amplo da organização social do trabalho, nas relações sociais de classe e na sua tensão antagônica (não se constituindo em guerra dos sexos, nem em complementaridade, mas em uma oposição de interesses). O *rapport sociaux* caracteriza-se pela impessoalidade e invisibilidade, não sendo possível a sua transformação somente por ações individuais. Diferencia-se, assim, do conceito também francês *relations sociales de sexe* – que são relações pessoais, individuais, cotidianas em nível microssocial. O conceito de *rapport sociaux de sexe* elucida as tensões socialmente geradas, deslegitimando a naturalização das regras, normas e representações dos os grupos sociais constituídos, emergindo seu caráter mutável e histórico. A definição da classe social das mulheres por *rapport sociaux* de sexo, variam histórica e geograficamente. A sexagem é amparada pela ideologia da Natureza, que também estão incluídos os *rapports* sociais de “raça” (CISNE, 2018; KERGOAT, 2009; CURIEL; FALQUET, 2014, p. 14-15).

A relação entre a classe social⁵ das mulheres e a classe dos homens é conflitante e contraditória, que, para a sua resolução efetiva e estrutural é necessário aniquilar a exploração e dominação, e, conseqüentemente também o desaparecimento das mulheres e dos homens como classe. A apropriação material e concreta da individualidade corporal da classe das mulheres pela classe dos homens foi denominada pela feminista Colette Guillaumin por “sexage” (sexagem) (CURIEL; FALQUET, 2014).

Na sexagem a mulher é reduzida ao estado de coisa, é uma relação social institucionalizada e reproduzida historicamente pela sociedade. A classe das mulheres é subjugada e utilizada, manipulada como uma ferramenta. Diferencia-se da relação de trabalho assalariado clássico, uma vez que nesta relação o indivíduo vende sua força de trabalho, o que não acontece nas relações de sexagem, pois caracteriza-se pelo não pagamento do trabalho (GUILLAUMIN, 2014).

A pesquisadora faz um paralelo entre a sexagem, “*servage*” (servidão) e “*esclavage*” (escravidão), compara a apropriação física pelos homens do corpo das mulheres e

5 Apesar de assumirmos uma perspectiva marxista para análise histórica das relações sociais e que, para Marx, a sociedade se divide, de maneira dicotômica, em duas classes sociais: de um lado, os detentores dos meios de produção, de outro, os que não os detêm (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002); essa pesquisa também se ancora, com a finalidade de ampliar essa discussão, na perspectiva do feminismo materialista francófono, que, com base em Guillaumin(2014), compreende as mulheres e homens como classe social para demonstrar as especificidades das relações sociais estruturais de sexo.

do(a)s escravo(a)s das plantações do século XVIII, que foram, também, apropriado(a)s como instrumento de produção e reprodução (CURIEL; FALQUET, 2014). “Denominadas ‘escavidão’ e ‘servidão’ na economia fundiária, este tipo de relação poderia ser designado ‘sexagem’ no que diz respeito à economia doméstica moderna, quando concerne às relações de classes de sexo” (GUILLAUMIN, 2014, p. 34).

Quando a exploração das mulheres é analisada e descrita, a noção de “força de trabalho” ocupa um lugar central. Mas, estranhamente, ela é empregada na perspectiva de uma relação social que é justamente aquela em que as mulheres, enquanto classe, estão ausentes: a força de trabalho é, em tal perspectiva, apresentada como “a única coisa que o operário tem para vender, a sua capacidade de trabalhar”. A despeito de ser, de fato, exato para o operário homem atual, isso não se aplica para o operário mulher nem para qualquer outra mulher, nos dias atuais. Tal concepção de força de trabalho como a última coisa de que se dispõe para viver é inadequada para a classe das mulheres em seu conjunto.

Ocorre exatamente o mesmo em relação à força de trabalho nas classes de sexo. Toda uma classe, que abrange cerca da metade da população, sofre não somente o açambarcamento de sua força de trabalho, mas uma relação de apropriação física direta: a classe das mulheres. ” (GUILLAUMIN, 2014, p. 32-33).

Essa apropriação das mulheres ocorre pelo aspecto material – que são as relações de poder – e o aspecto ideológico discursivo – que é a ideia de natureza. As relações de poder estão ligadas a apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens, não somente como força de trabalho, mas também com a apropriação de sua materialidade. Além de ser tratada materialmente como objeto, ela também é considerada como objeto no domínio mental. A ideia de “natureza” é uma construção mental do que é ser mulher, que seria uma categoria empírica autônoma, uma forma mental assumida por algumas relações sociais estabelecidas e que definem as mulheres como elementos, “coisas” da natureza. Em uma visão utilitarista, a ideia de Natureza está associada ao “objeto está sempre em seu lugar e ele sempre servirá à finalidade a que se destina. E essa finalidade perdura nas relações de poder, a Natureza estabelece as regras sociais para os socialmente dominados” (GUILLAUMIN, 2014, p. 31 e 67).

Quais são as modificações que intervieram na configuração do “natural”, o que foi “acrescentado” ao estatuto de “coisas-destinadas-a-serem-coisas”

de certos grupos humanos? Principalmente a ideia: a) de determinismo e b) de determinismo interno ao próprio objeto. Determinismo? Efetivamente, no sentido de que a crença em uma ação mecânica foi introduzida em uma configuração que, até então, era relativamente estática; a intenção finalista do primeiro naturalismo tornou-se, dentro do nosso, uma proclamação de porte científico: o lugar ocupado por um grupo dominado, pelos escravos nas plantations, pelas mulheres nas casas, tornou-se efetivamente prescrito, do ponto de vista da racionalidade científica socialmente proclamada.

Não apenas a) por estar em seu lugar em tais relações sociais, os apropriados deveriam nele permanecer (finalismo da primeira ideia de natureza), mas b) eles seriam, doravante, considerados como fisiologicamente organizados (e não mais apenas anatomicamente) para esse lugar e preparados para tanto enquanto grupo (prescrição do determinismo). Enfim, c) eles estariam em tal lugar nas relações sociais não mais em consequência de uma decisão divina ou de mecanismos místico-mágicos exteriores ao mundo sensível, mas, antes, por efeito de uma organização interior a eles, a qual exprime, em cada um desses indivíduos, a essência do grupo em seu conjunto. Essa programação interna é sua própria auto-justificação, precisamente em função da crença em uma Natureza personificada e teleológica. (GUILLAUMIN, 2014, p. 73).

Nesse sentido, essas relações não são redutíveis entre elas, trata-se de uma imbricação dinâmica e complexa das relações sociais de sexo com as outras relações, que se produzem e reproduzem, demonstrando a complexidade da trama social e sua dimensão tempo-espço, materializadas nas práticas sociais desiguais de classe, raça e sexo/gênero. Essa abordagem e compreensão das relações contribuíram para superação dos debates e polêmicas nos anos 1970 entre teóricas feministas sobre a existência ou não de uma hierarquia nas relações de opressão, dominação e exploração, com base na compreensão do feminismo materialista (ÁVILA, 2018).

Essas relações sociais se sustentam em uma relação hierárquica de poder, de dominação entre os sexos. Essa tensão, que perpassa o campo social, gera certos fenômenos sociais e interesses antagônicos em torno do trabalho e suas divisões, em que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho formam, indissociavelmente, um sistema de dominação e exploração (KERGOAT, 2009, p. 71).

3.3 A Educação Profissional e Tecnológica e as Relações Sociais de Gênero

As transformações dos meios de produção da existência humana foram modificando historicamente novas formas de se pensar e fazer educação, que exerceram influência sobre o processo de transformação do modo de produção correspondente. Para se compreender a educação, deve-se passar pela compreensão da natureza humana. O que diferencia os seres humanos dos outros animais é o trabalho – como uma ação mental e intencional de transformação da natureza-, “é a sua capacidade de produzir, pela atividade vital do trabalho, seus meios de vida” (FRIGOTTO, 2016, p. 27).

A compreensão de que a ação humana modifica a realidade cotidiana vivida, na intencionalidade e direcionamento próprio das necessidades humanas de produzir sua existência e sobrevivência, dá espaço a necessidade essencial de aprender como fazer isso (GUIMARÃES, 2018, p. 99) A educação é, ao mesmo tempo, uma exigência para o processo de trabalho, como é o próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2008).

O processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a consequente produção em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica “trabalho material”. Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria do trabalho não material. (SAVIANI, 2008, p. 12).

A educação se vincula ao trabalho e a produção, porém não significa que deve se submeter a organização do trabalho capitalista, mas sim se vincular ao propósito mais amplo da construção coletiva de uma democracia política e econômica visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, o trabalho educativo produz no indivíduo, de forma intencional e direta, a humanidade, que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto da sociedade (SAVIANI, 2008). As relações sociais e o processo de constituição do ser humano,

possibilitaram o desenvolvimento dos processos educacionais e da educação que deu origem à escola (GUIMARÃES, 2018, p. 100).

Esse processo da educação tem por finalidade identificar os elementos culturais, que devem ser apreendidos pelos indivíduos e descobrir as maneiras mais adequadas para se chegar nesse objetivo, e essas maneiras são organizadas a partir de métodos, procedimentos, conteúdos, espaço e tempo, sendo o ensino, a escola umas das possibilidades para a sua concretização (SAVIANI, 2008).

Esse processo educativo expressa tensões existentes nas relações sociais no contexto social e os projetos societários. A escola reflete essa contradição, uma vez que foram se constituindo modalidades distintas de educação para a classe trabalhadora ligada ao processo produtivo e moldando um “indivíduo conformado” - e para a classe dominante -centradas atividades intelectuais.

A classe hegemônica utiliza-se da educação como estratégia de manutenção do poder e de privilégios. As narrativas presentes são seletivas e reproduzem a estrutura social existente, resultando na escolha de determinados grupos sociais a serem representados e de outros que têm suas representações totalmente, ou em grande parte, excluídas.

Os valores da prática educativa são analisados de ângulos diferentes, de acordo com os interesses de classes ou de grupos em disputa, assim não sendo possível pensar a educação de forma neutra. Para que a conscientização do sujeito seja efetiva, todo método educativo deve inicialmente possibilitar uma reflexão sobre o que será ensinado e como será ensinado, tendo o sujeito papel fundamental nesse processo. Essa conscientização da educação como uma prática de liberdade pode contribuir para o despertar de um desejo de aprender e “receber ativamente um conhecimento que intensifique nosso desenvolvimento intelectual e nossa capacidade de viver mais plenamente no mundo”. (FREIRE, 2001; HOOKS, 2017, p. 58).

Os referenciais teórico-metodológicos utilizados pelo modo de produção capitalista na construção do conhecimento no âmbito econômico e educacional não impediu de que acontecesse as crises e tampouco trouxe soluções, pelo contrário, as crises dentro desse sistema se tornam cada vez mais profundas, afetando negativamente

cada vez mais o futuro do(a)s trabalhadore(a)s e da juventude que almejam melhores condições de vida (FRIGOTTO, 2016, p. 26).

A ciência é agregada ao trabalho produtivo, transformando-se em “potência material”, em força produtiva e, dessa forma, em meio de produção. Nesse sentido, o paradoxo capitalista perpassa também o conhecimento, em que o capital entende que “se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção e se a ciência, como conhecimento, é um meio de produção, deveria ser propriedade privada da classe dominante” (SAVIANI, 2003, p. 137).

A ciência e seus procedimentos metodológicos são produzidas pelos seres humanos e determinadas socialmente. Não há neutralidade na sua produção, a ciência e seus métodos de elaboração estão balizados por relações sociais antagônicas no interior da sociedade, expressando as concepções e interesses de classe. Numa perspectiva histórica positivista e funcionalista a ciência é definida como um “conjunto de saberes particulares - um empreendimento social de domínio da natureza e da sociedade e que se constitui cada vez mais como força produtiva imediata a serviço da reprodução do capital e contra o trabalhador” (FRIGOTTO, 2016, p. 29-30). Essa perspectiva dissimula a concepção de como a realidade social se reproduz.

A compreensão da dialética materialista possibilita-nos analisar a concepção dominante da ciência burguesa em relação a formação profissional do(a)s trabalhadores/ras e as políticas que a reproduzem. Apesar das noções, categorias e conceitos dessa ciência se alterarem, a concepção empiricista e positivista que os balizam não se modificam. Reformulam os argumentos e persistem a ideia de que as relações sociais no modo de produção capitalista refletem à natureza humana e, assim, imutável, mascarando as desigualdades sociais e exploração do capital. Fragmentam o trabalho em especialidades autônomas, formando trabalhadores para a execução de tarefas demandadas pelo mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2016, p. 37; SAVIANI, 2003).

Em toda a sociedade civilizada existem necessariamente duas classes de pessoas: a que tira sua subsistência da força de seus braços e a que vive de renda de suas propriedades ou do produto de funções onde o trabalho do espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operária; a segunda é aquela que eu chamaria de classe erudita. Os homens da classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de

seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo na escola. [...] os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muita coisa a aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. Necessitam de um certo tipo de conhecimento que só se pode apreender quando o espírito amadure e atinge determinado grau de desenvolvimento. [...] concluamos, então, que em todo Estado bem administrado e no qual se dá devida atenção à educação dos cidadãos, deve haver dois sistemas completos de instrução que não têm nada em comum entre si (grifos meus). (DESTUTT DE TRACY, 1917, *apud* FRIGOTTO, 1997, p. 15).

O argumento de que deve existir escolas diferentes que eduquem de acordo com cada origem de classe social, estava alinhado com a ideologia das sociedades escravocratas e feudais, que ainda misturavam com a nova sociedade burguesa. Nos dias atuais, essa defesa é mais velada e se concretiza pelas noções de “qualidade total”, “competência”, “empregabilidade”, dentre outras, as quais naturalizam a desigualdade das classes sociais e as mostram inevitáveis, concebendo a realidade social como a-histórica. De acordo com os argumentos Desttut *apud* Frigotto (1997), trata-se de uma escola para aqueles que necessitam trabalhar e que devem conhecer apenas aquilo que o mercado lhes exige, a aquisição do “hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam”. (FRIGOTTO, 2016, p. 44-45).

O trabalho e a formação humana definem-se dentro de relações de luta e de classe, sendo condicionadas pela dominação e expropriação do sistema capitalista de uma classe sobre as demais, com interesses antagônicas na produção do conhecimento, dos valores, e símbolos. A classe dominante produz e reproduz estrutura social e a apresenta como natural, imutável e determinista. Resulta em uma disputa desigual que no Brasil, carrega o traço escravocrata e subordinado ao grande capital (FRIGOTTO, 2016).

Apesar das concepções e políticas da educação profissional sofrerem alterações nas suas categorias, não houve mudanças no decorrer da história dos conceitos que os embasam no interior de uma sociedade capitalista dependente que concentra, para poucos, a propriedade dos instrumentos de produção e a renda e coloca a grande maioria na pobreza e na miséria. Há uma cisão entre os que planejam e controlam o processo de trabalho e os que o executam. Assim, no campo da educação demandaria não a formação profissional na perspectiva da polivalência,

mas politécnica e/ou tecnológica, que resulta no domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que estabelecem o processo de trabalho moderno, a partir do método materialista histórico, e que busca construir novas relações sociais numa sociedade mais igualitária e justa (FRIGOTTO, 2016; SAVIANI, 2003).

Pode-se observar que, em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de "humanista" (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização [...].

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica se destinava às classes dominantes e aos intelectuais. (GRAMSCI, 1982, p. 117-118).

“Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho” (SAVIANI, 2003, p. 138). A ideia de politécnica, criada por Gramsci nos anos de 1920, a partir dos estudos de Marx, direciona-se para a ultrapassar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre formação profissional e formação geral. Defende que não existe trabalho manual isolado e nem trabalho intelectual isolado, que no processo de trabalho deve ser realizado os aspectos manuais e os intelectuais em uma “unidade indissolúvel”. Se o indivíduo “se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a às suas necessidades, então o exercício da função intelectual já está presente nos trabalhos manuais os mais rudimentares, os mais primitivos” (SAVIANI, 2003, p. 138). A cisão dessas funções e o “adestramento em determinada habilidade” não é absoluta, foi construída historicamente e socialmente (GUIMARÃES, 2018, p. 98).

Se o(a) trabalhador(a) manual pode assimilar as funções para executar essas tarefas, é devido a aplicar a sua inteligência no conhecimento desse processo, se

ele/ela “produzia (e produz) sua própria existência no ato do trabalho que realizava de forma concreta, é de supor que aprendia (aprende) com isso” (GUIMARÃES, 2018, p. 99). Do outro lado, as funções e as profissões consideradas intelectuais denominam dessa forma por se organizar possuindo como base de articulação as funções intelectuais. No entanto, também não se realizam sem o recurso manual, sem a ação prática. A ciência não se efetiva sem manusear a realidade. A politécnica revela a contradição que acontece na sociedade capitalista, e traça um caminho de sua superação, vinculada método materialista histórico, buscando construir novas relações sociais sem a exploração e apropriação de classe do sistema capitalista (SAVIANI, 2003, SAVIANI, 2016).

O “fundamento do trabalho na atividade teórico-prática do ser humano, liberta-o e o fornece a possibilidade de se desenvolver uma concepção histórico dialética do mundo” (GRAMSCI, 1982, p. 130). O método materialista histórico dialético crítica à concepção a-histórica das relações sociais e de natureza humana e das concepções positivistas, empiricistas e funcionalistas que influenciam as políticas de formação profissional. “Diferencia as ações que possuem a intencionalidade de manutenção da ordem vigente das que direcionam a transformações estruturais da sociedade” (SAVIANI, 2016, p. 47-48).

Gramsci (1982) propõe a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que integre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento dos domínios do trabalho intelectual e inserção na atividade social, depois de ter adquirido maturidade e capacidade à criação intelectual e prática, possibilitando os valores fundamentais humanistas, a “autodisciplina intelectual” e a “autonomia moral” necessárias a uma posterior especialização.

A defesa da escola unitária que aglutina a cultura geral e formação politécnica, fundamentais no desenvolvimento omnilateral do ser humano. De acordo com Saviani (2016) essa proposta se aproxima a formação técnica e profissional integrada à educação básica, no ensino médio, balizado na ciência, no trabalho e na cultura. Apresenta-se como uma luta política e estratégica para as Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos sistemas estaduais de ensino, como direito social e subjetivo de uma educação omnilateral e politécnica, possuindo o desafio de enfrentar as barreiras que contribuem para a fragmentação dos dois tipos de formação. Para essa formação omnilateral e politécnica, é preciso além de

considerar as relações sociais mais amplas da estrutura social na formação educacional é preciso incluir também as narrativas, significado e expressões dos segmentos sociais que estão envolvidos no processo educacional.

Em relação a conjuntura atual da política educacional brasileira na educação profissional e tecnológica, as principais mudanças se deram com o início em 2005 com o Plano de Expansão da RFEPECT em todo território nacional. Iniciando em 2006 com um total de 144 unidades e chegando atualmente a um total de 661 unidades (*campi*) em todo o país, sendo constituídas, de acordo com a Lei nº11.892/2008, por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Esse Plano foi elaborado como estratégia para redução das desigualdades sociais e regionais.

Com a criação da RFEPECT, surgiu uma nova identidade institucional com descentralização de recursos financeiros e maior autonomia na gestão, contribuindo para o desenvolvimento de ações substanciais, “como a capacitação dos servidores, ampliação do quadro efetivo de servidores, oferta de novas modalidades de ensino, acréscimo do número de vagas ofertadas, e o fomento da pesquisa e da extensão” (CARRIAS, 2011, p. 20).

As Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica propiciaram a oferta de cursos técnicos, cursos superiores, licenciaturas, mestrados e doutorados. Possibilitaram aos(às) estudantes construir “um itinerário formativo que se aproxime de suas expectativas e necessidades”, por meio de uma formação de qualidade, com interlocução de atividades de pesquisa, ensino e extensão (INCERTI; CASAGRANDE, 2021, p. 4).

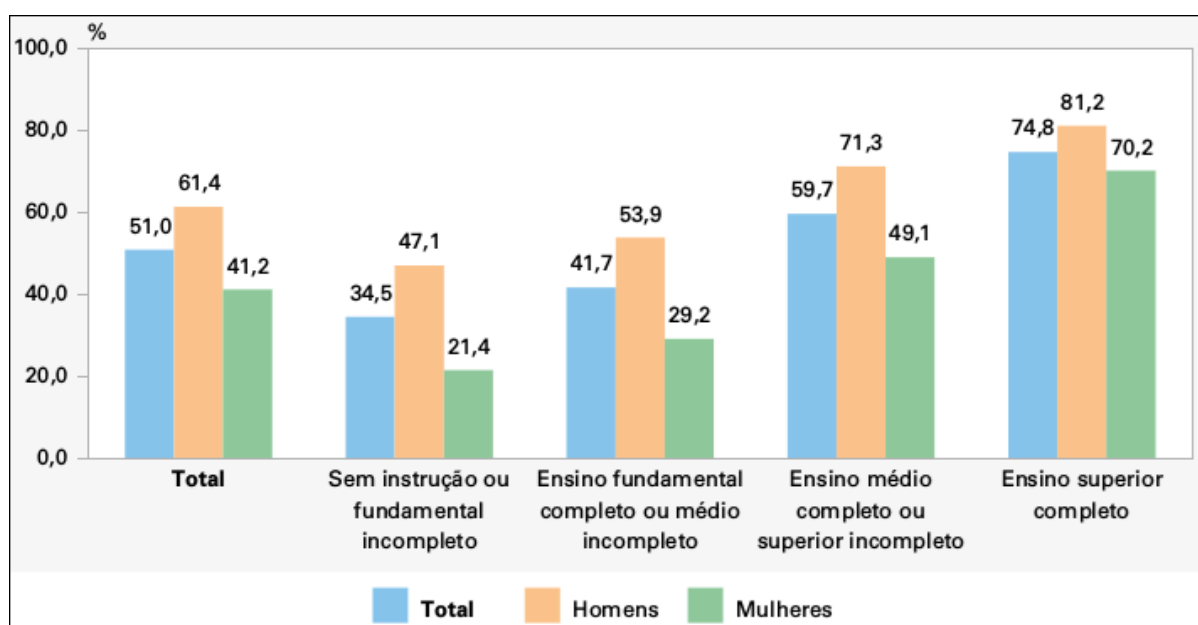
Dessa forma, a instituição educacional pode contribuir com o sistema de discriminação e exclusão, reforçando, por exemplo, valores e estereótipos que definem o que é ser homem e/ou mulher, a partir das influências de instituições sociais como a família e Igreja. Os projetos educacionais podem refletir a organização social e reproduzir a estrutura social.

É necessário repensar os modos de conhecimento e epistemologias distintas e enfrentar a dominação que se reproduz no contexto educacional, para que os

projetos educacionais representem a diversidade social e cultural existentes. A pretensão de buscar a diversidade nos processos educativos não é uma substituição de ditaduras de conhecimento, significa abranger todas as dimensões dessa diversidade num contexto efetivamente democrático (HOOKS, 2017).

As instituições educacionais estão em permanente mudança, por ser um dos espaços onde acontecem as relações sociais e que, por isso, sinalizam grandes desafios para o processo educacional e para a inserção no mundo do trabalho. Apesar das mulheres, atualmente, no sistema educacional, constituírem-se a maioria nos níveis de ensino médio e superior, possuindo maior escolaridade, constata-se, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados no ano de 2020, que a mulher ainda possui o menor nível de ocupação em todos os níveis de instrução, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução – Brasil 2020



Fonte: IBGE (2021a).

Os dados apresentados na Figura 2 refletem as desigualdades de gênero sofridas pelas mulheres, que mesmo possuindo escolaridade superior à dos homens, enfrentam barreiras na obtenção e permanência em uma ocupação profissional. Isso pode ocorrer devido a tentativa de conciliação do trabalho remunerado e a

necessidade de qualificação, com o trabalho doméstico e as atividades de cuidados que foram determinados socialmente como responsabilidade da mulher.

No interior da Educação Profissional e Tecnológica ocorrem fenômenos sociais que estão inseridos na reprodução social como as assimetrias de gênero. Dessa forma, além de propiciar espaços formativos com mais equidade e representatividade é necessário criar políticas públicas que ampliem a participação e permanência qualitativa da mulher no mundo do trabalho.

A construção de identidades de gênero, são atravessadas por intervenções de grupos, indivíduos e ideologias reproduzidas em instituições sociais inseridas em seu contexto, ratifica-se a importância do papel da escola em não perpetuar papéis sociais preestabelecidos. A escola pode se estabelecer tanto como um mecanismo de “emancipação” e transformação, como um dificultador para relações de igualdade e respeito, perpetuando ações discriminatórias e excludentes.

O reconhecimento do papel produtivo da escola não determina que somente nela ocorre a produção de identidades, mas sim que é parte integrante de uma sociedade e que pode tanto reproduzir como transformar as relações sociais entre os indivíduos (CARRIAS, 2011). Incerti e Casagrande (2021) demonstram, nos seus estudos, o quanto as mulheres na educação profissional e tecnológica sofrem desrespeito, questionamentos em suas habilidades por falas machistas e misóginas, em espaços ocupados pela maioria masculina.

Para a permanência da/o estudante na educação profissional e tecnológica a participação efetiva da(o)s professores e de toda a comunidade escolar é primordial para contribuir com uma observação qualificada das percepções das(os) estudantes em suas interações intermediadas pelas relações de gênero. Além disso, essa participação é importante para apoiar e promover um tratamento igualitário, propor e participar de ações que favoreçam a permanência e conclusão nos cursos e sua inserção no mundo do trabalho.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo busca-se elucidar sobre a Divisão Sexual do Trabalho, categoria analítica central deste trabalho, no intuito de compreender o objeto de estudo dessa pesquisa, fundamentando-se na perspectiva do feminismo materialista. Analisando a base material da opressão masculina em relação às mulheres, relacionando com a vida cotidiana da reprodução social e o trabalho produtivo. Em seguida, problematiza-se o processo de feminização que ocorrem com algumas profissões, que possuem como características, a assimilação das atividades do “cuidado”.

4.1 A Divisão Sexual do Trabalho e a feminização das profissões

O feminismo materialista, influenciado pela tradição da teoria crítica do materialismo histórico, possui a centralidade da sua base teórica no trabalho e sua reformulação epistemológica, que direciona o conceito de divisão sexual do trabalho, como um fundamento estruturante das relações sociais de sexo/gênero, a partir da esfera produtiva e reprodutiva e seus tensionamentos e contradições no campo social (ÁVILA, 2018).

O termo divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizado por etnólogos, para nomear uma separação “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que analisavam como o método explicativo da estruturação da sociedade em família. Posteriormente, as antropólogas feministas materialistas deram o valor de um conceito analítico, compreendendo-o não como

complementaridade de tarefas, mas como uma relação de poder, dominação masculina sobre as mulheres (KERGOAT, 2009, p.67).

A categoria de análise da divisão sexual do trabalho, entende as relações entre homens e mulheres como vivenciadas e pensadas como gênero masculino e feminino construídas historicamente nas relações sociais e nas práticas de trabalho que moldam o mundo do trabalho, nas quais estão presentes as relações de poder. As relações de trabalho se processam na binaridade dos sexos como um dos elementos centrais do sistema capitalista (QUIRINO, 2015; ÁVILA,2018). Para se compreender empiricamente como essa divisão ocorre na prática social é necessária, antes, a compreensão do que vem a ser a “divisão sexual do trabalho”.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), no termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se duas definições de conteúdos distintos. Primeiro, trata-se do princípio da separação, que estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações temporais e espaciais dessa distribuição, ou seja, definem que existem distintamente os trabalhos que são de homens e os que são de mulheres. Analisa também como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos, na restrição das mulheres ao espaço doméstico da vida privada.

Existe uma separação do trabalho produtivo e reprodutivo no seu espaço-tempo, em que o trabalho reprodutivo passa a se limitar a unidade doméstica e o produtivo ocupa um espaço próprio e externo, construindo as designações e categorias que definem as relações sociais hierárquicas e os espaços da vida social das relações de sexo (ÁVILA, 2018, p. 189).

A segunda definição (princípio hierárquico), trata-se de mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articula a descrição do real como uma reflexão sobre os processos, mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, criando um sistema de gênero que estabelece que o trabalho do homem vale mais que o da mulher, introjetando esses atributos de inferioridade na existência social da identidade feminina.

A divisão sexual do trabalho é permeada pelo caráter multidimensional do trabalho, não devendo limitá-lo exclusivamente ao trabalho assalariado e profissional, deve-se considerar, simultaneamente, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho

assalariado. O trabalho doméstico, localizado na esfera reprodutiva, está inserido no processo de acumulação capitalista e deve ser considerado também como trabalho na perspectiva sexuada (KERGOAT, 2009).

Guillamium (2014) explicita que no trabalho doméstico dentro de uma união conjugal, e que esteja presente as relações de sexagem, o tempo da esposa é apropriado pelo “contrato” de casamento”, que estabelece uma relação cotidiana e privada entre duas pessoas. Nessa relação não existe nenhuma medição monetária e de tempo do seu trabalho, como ocorre nos contratos tradicionais de trabalho assalariado – por exemplo, o estabelecimento de carga horária diária e semanal, dias de descanso e férias. Apesar de não existir um contrato individual, ocorre também essa apropriação de tempo, com outras mulheres como irmãs, avós, filhas, tias, entre outras do gênero feminino, as quais são atribuídas as responsabilidades de limpeza e organização da casa, preparação de alimentos e cuidados diretos de pessoas dependentes. Essas “obrigações” são justificadas pela apropriação geral da classe das mulheres, que ocorre quando um grupo de uma classe está a serviço da outra.

Falar de manutenção material de corpos é dizer pouco, pois se trata de evidências enganosas que acreditamos conhecer. De fato, o que quer dizer “manutenção material física”? Em primeiro lugar, uma presença constante. Não há relógio de ponto aqui, mas uma vida na qual todo o tempo é absorvido, devorado pelo cara a cara com os bebês, as crianças, o marido; e também com pessoas idosas ou doentes. Cara a cara, pois seus gestos, suas ações retêm a mãe-esposa-filha-nora ao redor deles. Cada um dos gestos desses indivíduos é repleto de sentido para ela e modifica sua própria vida a cada instante: uma necessidade, uma queda, um pedido, uma acrobacia, uma partida, um sofrimento a obrigam a mudar sua atividade, a intervir, a preocupar-se com o que é preciso fazer imediatamente, com o que será preciso fazer daqui a alguns minutos, a tal hora, esta noite, antes de tal hora, antes de partir, antes da chegada de Z... Cada segundo do tempo – e sem qualquer esperança de ver essa preocupação acabar em uma hora estabelecida, mesmo durante a noite –, ela é absorvida por outras individualidades, desviada para outras atividades diferentes daquelas que estão em curso.(...) O confronto com a apropriação material é a despossessão da sua própria autonomia mental; a qual é mais brutalmente expressa no encargo física dos outros dependentes do que em qualquer outra forma social que a apropriação tome: quando somos apropriadas materialmente, somos despossuídas mentalmente de nós mesmas. (GUILLAMIUM, 2014, p. 45-46 e 47).

Essas atribuições são legitimadas por uma “ideologia naturalista” que reduz o gênero ao sexo biológico e relega as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados.

Em contraponto a essa ideia de Natureza, a teoria da divisão sexual do trabalho afirma que as relações e práticas sexuadas são construções sociais. Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um determinismo, mas sim analisar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas nas relações do trabalho produtivo e reprodutivo que reconfiguram o mundo do trabalho pelas relações hierárquicas de classe, gênero e raça, bem como a emergência de novas configurações que podem possibilitar a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, ÁVILA, 2018).

Repensar o trabalho a partir de diversas categorias, com suas inter-relações e multiplicidades, deslocou o foco “para outras diferenças como as referentes a rendimentos, à dupla jornada, ao trabalho em tempo parcial, precário, informal, ao acesso a cargos de chefia e a tantas outras desigualdades no mercado de trabalho entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres” (JORGE, 2019, p. 125).

A seleção de caracteres raciais e de sexo são e foram utilizados com a finalidade de hierarquizar os grupos sociais marginalizados segundo uma escala de valores de uma sociedade historicamente dada e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços (SAFFIOTI, 1978). A Divisão Sexual do trabalho é “inextricável da divisão racial do trabalho e da relação corpo, produção/reprodução e sexualidade” (ÁVILA, 2018, p. 183).

Nas dimensões ideológica, filosófica e religiosa da construção da divisão sexual do trabalho, no interior das relações hierárquicas – além do gênero, a raça e classe, o trabalho reprodutivo doméstico foi vinculado ao corpo das mulheres, que eram considerados pertencentes ao privado, naturalizando como características femininas as “virtudes” de se doar, esperar e cuidar (ÁVILA, 2018).

Nesse contexto, problematizar a divisão sexual do trabalho é pensar a dialética entre os fenômenos da reprodução social, seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, p. 68).

Para compreender melhor a complexidade dessas relações, o conceito da coextensividade e consubstancialidade foi trabalhado por feministas materialistas como a Danièle Kergoat. A coextensividade é caracterizada pelo dinamismo das relações sociais, que se produzem mutuamente. Para a autora, a

consustancialidade é um modo de leitura da realidade, é ter a perspectiva de que as relações de gênero, raça, classe são relações de produção que se entrecruzam (de forma dinâmica e complexa, envolvidas intrinsecamente umas com as outras) pela exploração, dominação e opressão.

A consustancialidade é uma forma de leitura da realidade social (KERGOAT, 2010), e para que seja apreendida em toda a sua totalidade é necessário “incluir no entrecruzamento entre gênero, classe e raça, a divisão sexual do trabalho, com o foco na exploração e apropriação, para uma compreensão crítica e transformadora” (JORGE, 2019, p. 123). A coextensividade das relações significa pensar que cada uma dessas relações é substância comum e extensiva da outra, uma alimenta a outra de forma mútua e indissociável, estando presente em todas as relações e fenômenos sociais (CISNE, 2015).

Há, permanentemente, uma reatualização das categorias de gênero e de raça, dependendo do contexto histórico do trabalho e da necessidade do capital de ampliar seus processos de exploração, dominação e apropriação, regulando o processo produtivo e reprodutivo. “Reelaboram a produção dos significados dessas relações sociais, que estão diretamente articuladas à definição clássica e ocidental” (ÁVILA, 2018, p. 193).

A divisão sexual do trabalho articula as relações de trabalho com as relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais, além de dividir entre os sexos as funções e tarefas, corporificam as ditas ‘qualidades’ naturais, como representação de qualidades nas variadas relações sociais, sejam elas de gênero, classe ou raça. “Desqualifica o que é trabalho dito feminino, assimilado a dons naturais, e supervaloriza o trabalho masculino, produzindo e reproduzindo a dominação de gênero em diferentes esferas da prática social” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 157).

Há no trabalho a dimensão ontológica do ser social, estruturado nas relações sociais dos sujeitos de forma objetiva e subjetivamente, corporificando a exploração na prática social do trabalho e o controle e apropriação da sexualidade e da reprodução. “A emancipação das mulheres passa necessariamente pela superação da exploração, da dominação e da apropriação dos seus corpos e vivência do trabalho como uma atividade plena de sentido para si” (ÁVILA, 2018, p. 194).

É necessário se compreender a presença predominante das mulheres de forma mais abrangente nas relações sociais de gênero, e não deslegitimar o feminino nessas profissões como se para “avançar” na profissão a solução seria a ampliação da participação masculina. Essa perspectiva equivocada pode perpetuar ações e orientações com base na reprodução da sociedade machista, sexista e patriarcal.

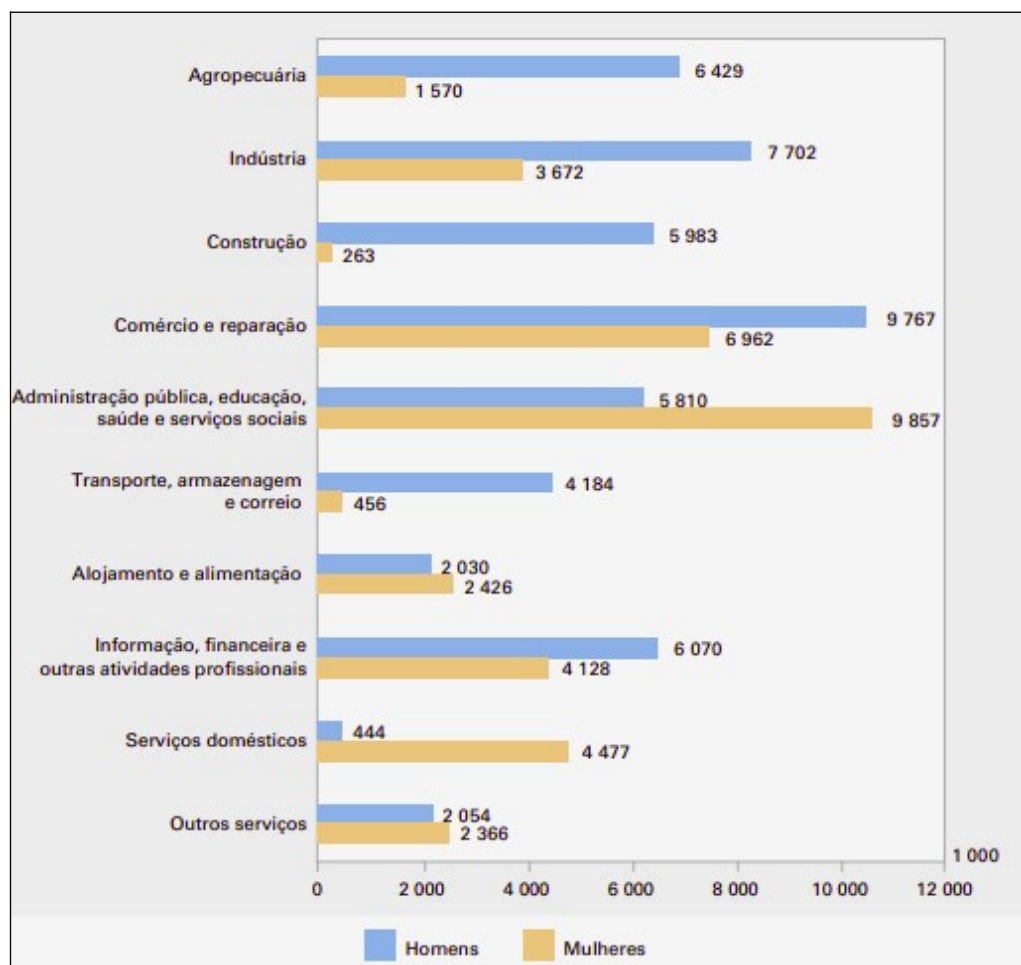
Apreender a estreita relação do processo de feminização de algumas profissões com as relações sociais de sexo/gênero, está além da mensuração da elevada proporção de mulheres (denominada como feminilização) em determinados espaços, mas, também, reflete sobre seu viés qualitativo com o propósito de entender as razões que têm levado à atual requisição do mundo do trabalho pela força de trabalho da mulher, questionando, se certa profissão é de mulher porque elas exercem, ou as mulheres exercem porque ela é tida como feminina. Além disso, é necessário analisar esse processo em diversas áreas da vida social para se entender essas relações sociais desiguais historicamente construídas, contribuindo na reflexão da participação das mulheres no mundo do trabalho e a feminização dos processos sociais, como a feminização da pobreza (DIAS, 2013; YANNOULAS, 2015).

Questionar os lugares centrais que as mulheres ocupam no mundo do trabalho constitui-se em uma tarefa urgente e atual, até para que se possa fomentar um debate e reflexão do sistema de dominação-exploração (a opressão de gênero e a exploração de classe, enquanto mulheres trabalhadoras) a que elas estão submetidas e, também, promover estratégias de inclusão mais igualitária da mulher para o conjunto do mundo de trabalho (SAFFIOTI; BONGIOVANI, 1997; YANNOULAS, 2015).

Por isso, estudar o trabalho e as profissões na perspectiva de suas divisões entre os sexos exige que seja considerado não apenas o trabalho produtivo, gerador de mercadorias ou serviços, de valor de troca e mais valia. É imprescindível trazer também para o debate acadêmico o trabalho reprodutivo, invisível, exercido no âmbito doméstico, no espaço privado e executado majoritariamente por mulheres, sem valor de troca, mas com considerável valor de uso, uma vez que objetiva atender às necessidades internas da família e criar as condições de existência social, e que, frequentemente, é desconsiderado no sistema capitalista (LOMBARDI, 2005).

Retrata-se essa divisão social do trabalho entre os sexos, a partir dos dados da PNAD, do IBGE realizada no ano de 2020, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades - Brasil 2020



Fonte: IBGE (2021a).

As mulheres são maioria massiva nas ocupações dos serviços domésticos (aproximadamente 4,5 milhões das mulheres *versus* 400 mil dos homens) e também nas ocupações da Administração Pública, Educação, Saúde e Serviços Sociais (aproximadamente 9,9 milhões de mulheres *versus* milhões). E ainda, se analisarmos com o recorte racial, com base também nesse banco de dados, permanecem as assimetrias históricas na sociedade brasileira, na qual a presença de pretos ou pardos é maior nas atividades de Agropecuária (60,7%), na Construção (64,1%) e

nos Serviços domésticos (65,3%), que são as atividades que possuem menor remuneração e prestígio ao longo da história. Nesse sentido, pode-se compreender à luz das teorias estudadas nessa pesquisa, que a realidade socioeconômica brasileira ainda reproduz e reforça as desigualdades sociais de gênero, raça e classe (IBGE, 2021b).

No Brasil, o trabalho doméstico, remunerado e gratuito reflete a imbricação de raça, classe e gênero nas relações sociais, tornando-se indissociáveis. As mulheres da classe dominante, que pela divisão sexual do trabalho lhes são atribuídas a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidado em suas casas, contratam e delegam a outras mulheres para realizarem esse trabalho. A maioria das trabalhadoras domésticas são as mulheres negras, constituindo-se, assim a consubstancialidade da divisão racial do trabalho, na divisão de classe e na divisão sexual do trabalho (ÁVILA, 2018).

Com base em Lombardi (2005), produção é o trabalho remunerado, principal responsável pela sustentação econômica da família; enquanto a reprodução é o trabalho não remunerado que objetiva atender as necessidades internas da família, como a educação dos filhos, a limpeza da casa, atividades estas que procuram a reprodução social da família. As atividades ligadas a reprodução possuem um caráter de invisibilidade, visto que esse trabalho da mulher não possui valor econômico, esses afazeres são frequentemente não considerados dentro da esfera capitalista.

5 APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO EM SEU CONTEXTO

O Serviço Social foi historicamente situado como um trabalho especializado dentro da divisão social do trabalho no desenvolvimento da sociedade industrial, integrado especialmente ao setor público e envolvida na implementação das políticas sociais e também, dentro da divisão sexual do trabalho, como uma profissão feminina. Entender as implicações históricas e a trajetória dessa profissão é relevante para desnudar as relações sociais da *práxis* profissional e compreender como elas repercutem nos dias atuais, suas limitações e os direcionamentos para novos caminhos a serem percorridos. Trazer algumas reflexões sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica, é importante para tanto contribuirmos no entendimento dessas práticas sociais no sentido macro, como também no *lócus* da presente pesquisa.

5.1 Indicativos sócio-históricos do Serviço Social e a sua feminização

O desenvolvimento do sistema capitalista amplia e diversifica as intervenções que possibilitam a defesa e a ampliação do capital, e é a partir desse processo que está inserido o desenvolvimento da profissão. Assim, para pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais é necessário investigar além da atividade profissional as organizações institucionais que estão vinculadas e suas relações de poder. O Serviço Social é uma das categorias profissionais envolvidas na implementação das políticas sociais, assim, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005; CASTRO, 2000).

Para conseguir estabelecer uma estratégia e um projeto profissional alternativo é importante a compreensão que o Serviço Social participa, desde sua origem, como

um colaborador do processo social contraditório que reproduz e reforça no exercício profissional interesses contrapostos do capital e do trabalho. Atua na busca de um equilíbrio de interesses sociais conflitantes e inconciliáveis da classe dominante e da classe trabalhadora, intervindo tanto no sistema de dominação e exploração como do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, CASTRO, 2000).

O nível da exploração do trabalho é alterado a partir do desenvolvimento das forças produtivas, da divisão social do trabalho e do posicionamento e intervenção da classe dominante e do Estado nas expressões da questão social⁶. Essas expressões passam por alterações mais substanciais nas conjunturas de crise econômica e de hegemonia do poder dominante, como, por exemplo, na situação objetiva da classe trabalhadora – modo de produção e apropriação do trabalho excedente-, e na capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos. A classe trabalhadora organiza-se – influenciada pelas ideias socialistas, impulsionadas pela vitória da Revolução Russa em 1917 – e reivindicavam do poder estatal e da classe dominante, respostas às demandas sociais que surgiam devido ao modo de produção capitalista. O Estado, em aliança com a classe dominante, respondia a essas demandas com ações repressivas e algumas concessões à classe trabalhadora, destinando gastos para a melhoria das condições da reprodução da força de trabalho, com ações mínimas para a sobrevivência desses grupos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, CASTRO, 2000).

A implantação do Serviço Social no Brasil está diretamente vinculada às grandes transformações econômicas e sociais que o país passou e a participação de grupos e organizações religiosas nesse processo, no qual “o capitalismo é exorcizado de seu conteúdo liberal; em que este capitalismo transfigurado e recristianizado aparece como concorrente do socialismo, na luta pela conquista com o enquadramento das classes subalternas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 214). A profissão surge no Brasil como uma “prática assistencialista, com posicionamento moralizante e conservador, fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja Católica” (CISNE, 2015, p. 62).

6 É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

Está intrinsecamente ligada as estratégias ideológicas de uma quase que monopolização na qualificação dos agentes sociais especializados. No desenvolvimento dos movimentos de Ação Social e Ação Católica – intelectualidade laica vinculada à hierarquia da Igreja Católica – especialmente de sua parte feminina, “moças e senhoras da sociedade”, de setores privilegiados. Estes núcleos possuíam o intuito de ampliar às suas ações junto à classe mais vulnerabilizada, prioritariamente a família operária, com a finalidade de manutenção de seus interesses e privilégios corporativos, e a reafirmação de sua influência normativa na estrutura social. A Ação Católica possuía uma visão messiânica, de recristianização da sociedade, com base em um projeto de reforma social, por meio da restauração da hegemonia ideológica da Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, CASTRO, 2000).

As instituições religiosas absorvem socialmente as mulheres nas ações sociais e as direcionam, sem assalariamento, ao trabalho em instituições filantrópicas no cuidado com os doentes, crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis. A definição desse papel social à mulher assemelha a aspectos do casamento, “casando-as com Deus”, em troca de seu reconhecimento social, institucional e espiritual. Percebe-se que, quando são homens que participam dessas instituições religiosas, em geral, eles não são direcionados a essas tarefas de manutenção do cuidado de pessoas (GUILLAUMIN, 2014, p. 44-45).

Surgem as primeiras escolas de Serviço Social no continente europeu, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o surgimento da primeira nação socialista e o crescimento de muitos movimentos operários, emergindo para a sociedade a existência e estratégias de resolução ou diminuição da “questão social”. No Brasil, a forte influência europeia determina características na origem da profissão como o autoritarismo, paternalismo, doutrinário e a ausência de base técnica. As instituições que interviam junto ao proletariado como as “Obras Sociais” - que traziam uma diferença crítica da caridade tradicional – e os movimentos do apostolado social – no interior do Movimento Laico, viabilizaram, por meio dos recursos humanos e organizacional, o surgimento da profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A influência concreta de ideias e propostas profissionais da Europa para o Serviço no Brasil e na América Latina, não se limitava à profissão em si, tratava-se de uma

vinculação estrutural do país que perduram ao longo da história. Assim, essa influência não pode ser visualizada de forma fragmentada e pontual, faz parte de um processo complexo de uma relação enraizada em diversos setores e grupos, como os da classe dominante, do Estado, e da Igreja. “A Europa era a fornecedora de mercadorias e especiarias desejáveis, mas, sobretudo, impulsionadora de ideias e estratégias” (CASTRO, 2000, p. 39).

Porém, é importante destacar que o comportamento e discurso das pioneiras do Serviço Social, não são apenas moldados pela influência europeia, faz parte do próprio pensamento da classe dominante. Seus princípios religiosos e privilégios conectam aos objetivos político-sociais da Igreja e da sua classe, atribuem ao seu discurso uma superioridade social e moral referente às populações pobres e a legitimação de uma intervenção paternalista e autoritária. Ao pretender se dedicar ao serviço à classe subalterna, retirando-os da situação de pauperismo e redução dos antagonismos de classe, estão efetivamente mantendo e reforçando o domínio de sua própria classe e dos grupos que se aliam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Reconhecida como expressão original do Serviço Social no Brasil, em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com o incentivo e sob o controle da classe privilegiada. Objetivava-se efetivar e ampliar as iniciativas e obras filantrópicas e a formação técnica especializada para a ação social pela classe dominante paulista sob a influência da Igreja e do laicado. O “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” realizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, que nos registros demonstram que pretendiam intervir, numa perspectiva ideológica e homogênea, nas grandes transformações sociais ocorridas naquele período (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

[...] E foi em 1932 que a mulher resolveu retomar parte ativa e direta na luta que se está travando pelos destinos de nosso Estado e do Brasil. À causa que abraçou ela deu, na guerra, tudo o que podia dar: os seus entes mais caros, toda a sua dedicação e atividade, o seu ouro e as suas joias. Na paz ela aceitou o voto feminino, compreendeu o seu alcance exerce-o a bem de seu ideal.

A mulher paulista de hoje conhece o seu dever cívico e sabe cumprí-lo “para o bem de São Paulo.

E no campo social? Também desse lado, largos e novos horizontes se abriram, em 1932, para a atividade feminina.

[...] não tem a mulher, na sociedade a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da

mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe de sociedade. ” (Tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEASna sessão que se realizou no dia 13 de maio de 1933. (SÃO PAULO, ARQUIVO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 170 e 172).

As mulheres da classe privilegiada, na idealização vocacional da natureza da mulher para educar e praticar a caridade a partir das suas convicções, assumiam a posição de classe, superioridade e tutela em relação ao proletário na conservação da ordem moral e social. As intervenções realizadas por elas com a população, relacionam-se ao modo de educação familiar e religiosa que receberam como, por exemplo, a recusa dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização e rigidez com o que consideram irracional ou imoral no seu ponto de vista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 172 e p. 217).

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; (...)Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 221).

Por se constituir originariamente por influência do humanismo cristão e representações dos setores e classe que lideravam essa corrente ideológica, na carreira do Serviço Social exigia-se atributos naturais dos ditos comportamentos femininos. Essa feminização da profissão fica clara na identificação do trabalho do *care* na origem da profissão. As profissões consideradas de mulheres são, em alguma medida, extensivas às atividades domésticas e estão vinculadas às práticas do cuidado, cuidado do outro.

A associação, pelo senso comum, ao “cuidado” de algumas profissões, atribuídas como profissões femininas e ligadas a reprodução social, como o Serviço Social, sofrem com a desvalorização e desprestígio pela sociedade. O “mundo do trabalho, apenas se valoriza o trabalho produtivo, que é o que cria diretamente valor,

considera essas profissões feminizadas como uma obrigação feminina, e não um trabalho especializado” (CISNE, 2015, p. 66).

O discurso atual direciona-se para a ampliação de atuação profissional da mulher na sociedade. Porém, na realidade concreta acontece associação das funções domésticas a trabalhos estabelecidos como inerentes à sua natureza, no intuito de não prejudicar o “bom funcionamento do lar, bem como seu trabalho não interviesse nas funções tidas como masculinas” (FREITAS, 2011, p. 43).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), São Paulo e o Rio de Janeiro, foram as primeiras cidades a surgirem as escolas de Serviço Social. Em 1936 é criada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social, com base em uma formação doutrinária do apostolado social, por meio de iniciativas do Movimento Católico Laico e do Estado. A ação estatal começa a assumir os encargos sociais produzidos pelas desigualdades sociais e econômicas existentes, atenuando suas consequências, porém não suprimem os conflitos e antagonismos sociais que estão instalados na própria estrutura da sociedade. O conteúdo doutrinário não se constitui um impedimento pelo Estado e empresas, pois se apresenta como funcional às suas demandas.

No Rio de Janeiro, de acordo com a autora, essa formação técnica especializada surgiu de diversas iniciativas. Nesse período, o Rio ainda era a capital federal (deixando de ser em 1960), sendo o principal polo industrial e comercial concentrava os principais aparatos da Igreja e possuía um grande quantitativo de proletariados. Existia, diferente de São Paulo, uma grande participação das instituições públicas de diversos setores e um grande apoio da Igreja Católica e do movimento católico laico, surgindo, em 1937, o Instituto de Educação Familiar e Social, que englobava as Escolas de Serviço Social (Instituto Social) e Educação Familiar. Em 1938, o Grupo de Ação Social (GAS) cria a Escola Técnica de Serviço Social e, em 1940, o Juízo de Menores insere o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery e a partir da década de 40, surgem diversas escolas de Serviço Social no país.

A “tecnificação” da assistência, passa atuar nos “problemas sociais” não somente de forma curativa, mas preventiva, buscando o conhecimento do contexto social, identificando os problemas a serem atendidos, buscavam o “reajustamento” do

indivíduo de forma moralizante e disciplinar, na reordenação do proletariado do conjunto da sua vida social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O discurso dessas escolas era doutrinário, conservador e de direita, sob forte influência do pensamento católico europeu. Era referenciado pelas encíclicas papais, que não traziam propostas efetivas para o enfrentamento e resolução da exploração e pauperização da classe subalterna e se opunham fortemente ao comunismo totalitário. Possuíam uma intervenção de infantilização e tutela do proletariado, reduzindo a exploração capitalista em uma questão educacional, moral ou assistencial, que procurava complementar a subsistência da família operária que não era suprida pela venda da sua força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O direcionamento da profissão, para o atendimento das novas configurações do desenvolvimento capitalista, demandou a qualificação e sistematização da sua *práxis* profissional no intuito de atender às exigências de um Estado que começou a implementar políticas na área social. Nesse aspecto, a legitimação da profissão, manifestada em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, resultou no suporte da matriz positivista no Serviço Social brasileiro com a finalidade de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, mediado pelas Ciências Sociais, estabeleceu o chamado “arranjo teórico doutrinário”, determinada pela aliança do discurso humanista cristão e a base técnico-científico da teoria social positivista, reforçando uma trajetória do pensamento conservador na profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005; YAZBEK, 1992).

Esse suporte teórico-metodológico para a profissão e a sua modernização, por meio das teorias positivistas, trouxe uma apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Abordam as relações sociais, como fatos, como dados, os quais se apreendem em sua objetividade e imediaticidade. Esta perspectiva, de orientação funcionalista, é utilizada pelo Serviço Social, voltado para o aprimoramento dos instrumentos e técnicas de intervenção, com as metodologias de ação, “seguida de uma crescente burocratização das atividades institucionais” (YAZBEK, 1984, p. 71).

O método positivista procura a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis intervêm nas relações aparentes dos fatos, limitando-se a esfera do verificável, da experimentação e da fragmentação, por meio de ajustes e conservação. Não admite outra realidade que não os fatos que possam ser observados e conhecidos. “Este conhecimento objetivo do dado, alheio a qualquer traço de subjetividade, eliminou qualquer perspectiva de colocar a busca científica ao serviço das necessidades humanas, para resolver problemas práticos” (TRIVIÑOS, 2011, p. 34 e 46).

O questionamento a esta perspectiva se inicia nos anos 1960 no contexto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. As novas configurações determinadas pelo avanço do capitalismo mundial impõem um estilo de desenvolvimento excludente e dependente. A categoria profissional começa a assumir inquietações e insatisfações do momento histórico, questionando o Serviço Social tradicional a partir de um amplo movimento de revisão teórica, metodológica, operativa e política. Este movimento de renovação nasce no Serviço Social da América Latina incumbe aos assistentes sociais a luta para a construção de um novo projeto comprometido com as demandas da classe trabalhadora, com as primeiras aproximações com o marxismo, porém sem o contato direto aos escritos de Marx.

A partir da década de 1970, a reformulação e profissionalização do Serviço Social traz um processo de superação de princípios conservadores, buscando o compromisso com a análise crítica da contradição capital-trabalho. Associa-se a fundamentos éticos dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da “emancipação” do sujeito, conferindo ao mesmo tempo uma dimensão intelectual (teórica) e uma dimensão interventiva na formação e *práxis* desse profissional.

No início da década de 80, efetiva-se a interlocução do Serviço Social com a teoria social de Marx, que passa a ser referência analítica e hegemônica na profissão no país. Essa abordagem passa a compreender a profissão na organização da sociedade e na dinâmica complexa das relações sociais e no processo de reprodução dessas relações. Permeada por ações direcionadas à formação de assistentes sociais na sociedade, a partir de eventos acadêmicos e profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Na passagem dos anos 80 para 90, ocorre a organização e representação profissional, caracteriza-se amadurecimento teórico, metodológico e político, por meio da ruptura com a perspectiva conservadora. Apesar que “essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional”, ela se atualiza e permanece presente ainda na atualidade. Mesmo que houve uma renovação da profissão, persiste algumas características desde o seu surgimento, como a profissão ser majoritariamente feminina, a reprodução da naturalização de qualidades atribuídas às mulheres e a sua responsabilização pelas expressões da questão social, determinada, como já discutido anteriormente, pela divisão sexual do trabalho (PAULO NETTO, 1996, p. 111; CISNE, 2015, p. 64).

5.2 O Serviço Social e a Educação Profissional: atuação e desafios

Como já explanado anteriormente, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pela classe dominante é devolvido, por meio de uma parcela mínima, para a classe trabalhadora, sob formas de serviços públicos, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários, de saúde, educacionais, dentre outros. Foram apropriados pelo instrumento político do discurso aparente de benevolência ou doação direta do poder político ou do capital, fortalecendo o seu poder e hegemonia nas relações sociais vigentes e assegurando as condições necessárias ao domínio do capital. Porém, esses serviços públicos e políticas sociais são na verdade “a expressão de conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 92).

A conquista dos direitos sociais e a incorporação da noção de cidadania ainda enfrenta o estigma do assistencialismo. Começa-se a mudar essa perspectiva a partir do desenvolvimento da escola pública e se expande, principalmente, à medida que o liberalismo vai se enfraquecendo e o Estado assume progressivamente os encargos sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 90).

O Serviço Social no Brasil, apesar de reconhecido legalmente como uma profissão liberal e possuir alguns traços como o caráter dinâmico da intervenção e certa autonomia no exercício de suas funções institucionais, não possui características próprias das profissões liberais, como um profissional autônomo, com condições materiais e técnicas para o exercício independente do seu trabalho, flexibilidade de jornada de trabalho e remuneração. Porém, a definição jurídica do Serviço Social como profissão liberal possibilita uma certa autonomia no seu exercício devido a relação direta com o(a)s usuários e a flexibilidade na sua intervenção e orientação na *práxis* profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O Estado, é apropriado pela classe dominante como aparato privilegiado no exercício de controle social, através do controle governamental, institucional e das relações diretas sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, expressando o poder de influência de determinados agentes institucionais, como o(a) profissional de Serviço Social, reforçando a internalização ideias legitimadas socialmente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 108).

O projeto ético-político profissional do Serviço Social tem como fundamento central a liberdade como valor ético central e a ruptura com o conservadorismo e, balizado pelo Código de Ética do/a Assistente Social (1993), pela Lei de Regulamentação (8.662/1993) e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996). Possui o desafio de decifrar e intervir na realidade social, buscando o desenvolvimento de um trabalho pautado na qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, e compromisso ético-políticos com a população usuária.

A/O assistente social atua em diferentes espaços sócio ocupacionais, como na política de assistência social, saúde, previdência social, segurança pública, educação e no campo sociojurídico, podendo atuar também em instituições e empresas privadas.

A partir da intervenção direta e estreita com a população usuária dos serviços, possibilita apreender as diferentes expressões da vida cotidiana, contribuindo para a aquisição de uma bagagem científica e a superação do caráter pragmático e empirista de possíveis intervenções superficiais. Permite adquirir um entendimento

crítico e totalizante da realidade que trabalha (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 115)

O processo sócio histórico da sociedade brasileira permeia e contorna o cotidiano do exercício profissional do Serviço Social, interferindo nas suas condições e relações de trabalho e na de vida da população usuária dos serviços sociais. As expressões da questão social é o objeto de intervenção do Serviço Social. Essas expressões são consequências da apropriação privada dos frutos da produção social coletiva, monopolizada por uma classe da sociedade, que fazem crescer o abismo entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria e da pauperização que atinge a maioria da sociedade. “É no centro dessa tensão que o Serviço Social atua e que não é possível abstrai-la ou desconsiderá-la por ser um fenômeno social estruturante da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2000).

É importante destacar que apesar dessa pesquisa buscar compreender a divisão sexual do trabalho na profissão de Serviço Social na educação profissional e tecnológica, é importante sempre ter como análise central essa profissão inserida na totalidade histórica da divisão social do trabalho. Nesse sentido, é importante entender que a “totalidade não significa todos os fatos e os fatos reunidos não significam uma totalidade, [...] essa é uma categoria básica para apreender o real nas suas múltiplas faces, na sua complexidade que não se esgota no objeto singular” (CIAVATTA, 2016, p. 67).

Apesar da profissão não desempenhar funções diretamente produtivas, podendo ser, geralmente entendida como trabalho improdutivo, atua, como outras profissões, na implementação de condições essenciais ao processo de reprodução do seu conjunto, integrada a divisão social e técnica do trabalho. “A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que não sendo diretamente produtivas são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 86).

A atuação da profissão de Serviço Social na política de educação é permeada pela complexidade e diversidade dessa política. É composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços ocupacionais, legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos. Além disso, a categoria ainda não dispõe de muitas produções de

conhecimento sobre a amplitude da atuação e experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação (CFESS, 2012), necessitando, dessa forma, de mais investigações sobre o tema.

No ambiente educacional, configuram-se a coexistência de projetos educacionais divergentes e estão relacionados aos interesses em disputa na sociedade, aos diferentes projetos societários que refletem e revelam as contradições próprias da sociedade capitalista (ABREU, 2017). Contudo, é um desafio que a profissão enfrenta de adquirir condições teóricas e políticas para compreender o alcance das estratégias educacionais empreendidas sob a hegemonia do capital e contribuir para reorientar a direção política de sua atuação, exercendo sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade (CFESS, 2012).

As ações afirmativas para democratização do acesso às Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação e a expansão da Rede Federal de Educação, endossa o caráter eminentemente inclusivo e social dessa política. Garante a necessidade de investimento em ações direcionadas para o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional, apontado como um dos fatores que tem contribuído para ampliar a requisição do Serviço Social no âmbito educacional (ABREU, 2017).

O trabalho do/a assistente social nesse campo de atuação, envolve não somente o segmento estudantil e as abordagens individuais, mas também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, às redes que compõem as políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais e aos demais estabelecimentos públicos e privados. São pautadas em ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2012).

De acordo com Abreu (2017) a função da(o) Assistente Social no campo da educação profissional é não apenas de contribuir na garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes, mas também de investir em ações que buscam a melhoria da qualidade da política educacional (tanto em âmbito institucional como a nível macro) e balizar a sua atuação na compreensão que o

resultado obtido no processo de educação e profissionalização deverá contribuir como um mecanismo para inclusão do estudante no mundo do trabalho e na vida social.

6 DETERMINAÇÕES E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS NA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PESQUISADA

O presente capítulo é o cerne desse trabalho acadêmico e tem por finalidade compreender a dinâmica das relações de sexo e as principais determinações e implicações da divisão sexual do trabalho, que envolvem a(o)s profissionais de Serviço Social na Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica pesquisada. Num primeiro momento, apresentar-se-á o panorama institucional do campo de pesquisa, buscando um perfil geral da(o)s profissionais e os primeiros apontamentos sobre informações relacionadas a divisão sexual do trabalho. Participaram dessa primeira etapa, 67% da(o) profissionais que possuem o cargo de Assistente Social dessa instituição.

Em seguida, tratou-se especificamente da(o)s profissionais que aceitaram participar da segunda etapa da entrevista, que se referia as entrevistas semiestruturadas,

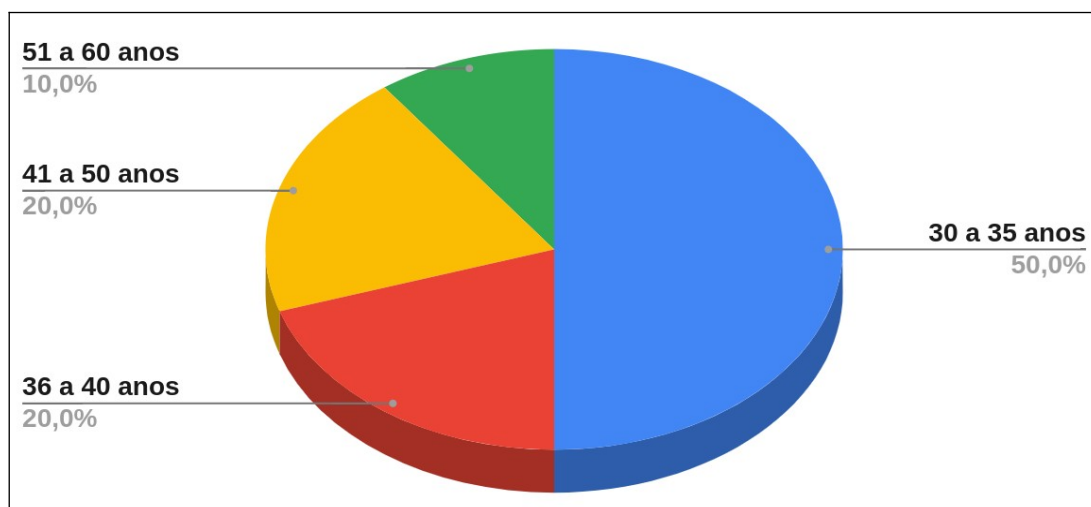
trazendo um breve relato sobre a trajetória pessoal e profissional da(o)s sujeita(o)s da pesquisa, identificando os motivos da escolha da profissão e experiências profissionais que tiveram. No terceiro momento, discutiu-se sobre as formações (ou não) em temas relacionados às teorias feministas e seus rebatimentos. Busca-se também uma reflexão sobre a necessidade ou não, de aproximações às teorias feministas no processo de formação profissional.

Por fim, discutiremos, mais sistematicamente as vivências e percepções da(o)s entrevistada(o)s em relação a reprodução da divisão sexual do trabalho, tanto nos processos e relações de trabalho do cotidiano profissional, como nas suas relações externas ao seu ambiente de trabalho. Procura-se identificar os lugares que a(o)s profissionais ocupam nesse contexto e estabelecer uma relação entre as funções exercidas e os papéis sociais que lhes são atribuídos tradicionalmente. Também foram abordados assuntos que extrapolam (ou ampliam) os objetivos propostos, mas que foram necessários, devido ao período atípico que foram realizadas as entrevistas, no momento de pandemia de Covid-19.

6.1 Panorama Institucional: perfil da(o)s Assistentes Sociais da Instituição Pesquisada e primeiros apontamentos sobre as relações sociais de sexo

Conforme dados institucionais referentes ao quantitativo de profissionais, 67% da(o)s profissionais de Serviço Social da instituição responderam a primeira etapa da pesquisa (Figura 4). Em relação a solicitação de informações sobre gênero da(o)s participantes foram disponibilizadas no questionário as seguintes opções: feminino, masculino, transgênero, não-binário, outro e prefiro não dizer; 70% responderam ser do gênero feminino e 30% do gênero masculino. Apesar de ainda ser um quantitativo majoritário de mulheres, o percentual masculino ainda é maior que o panorama nacional, que, de acordo com Abreu (2017) o percentual de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica são de 6,73% para homens e 93,27% para mulheres.

Figura 4 - Idade da(o)s Profissionais de Serviço Social

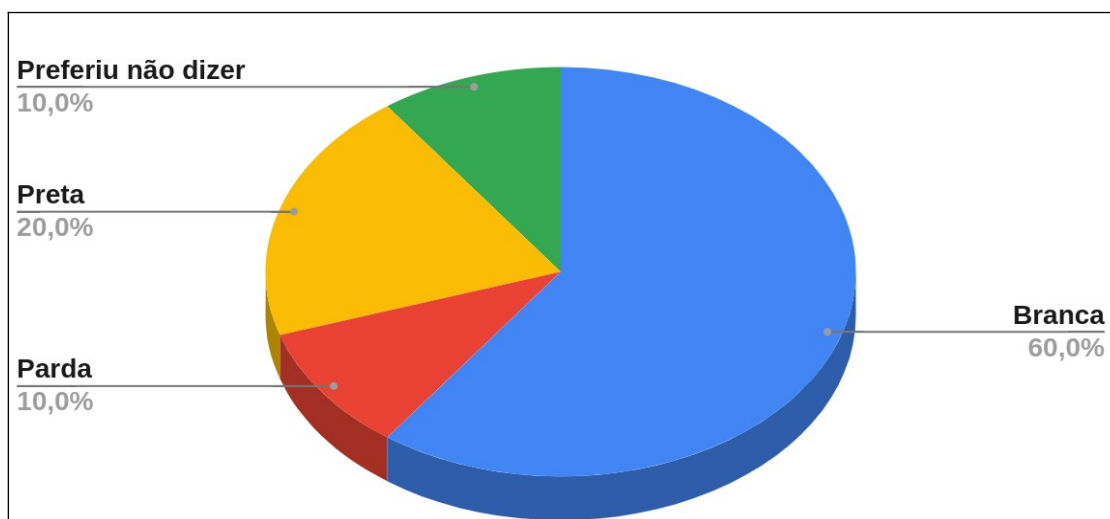


Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Os dados confirmam a identidade profissional histórica do Serviço Social, na qual a profissão possui o selo profissional de ser majoritariamente ocupadas pela população feminina. Essa presença marcante de mulheres na profissão, é socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho, naturalizando o que é “papal” de mulheres e homens na sociedade.

Do quantitativo total dos profissionais que participaram da pesquisa, 50% possuem idade de 30 a 35 anos, 20% de 36 a 40 anos, 20% de 41 a 50 anos e 10% de 51 a 60 anos. Referente ao sexo/gênero, 33% dos homens possuem de 30 a 35 anos e 77% de 36 a 40 anos. Em relação as mulheres, 57,14% possuem idade de 30 a 35 anos, 28,57% de 41 a 50 anos e 14,28 de 51 a 60 anos. O maior percentual da(o)s profissionais estão na fase adulta entre 30 a 40 anos (70%), isso pode ser pelo fato de que a expansão da RFEPCT tenha ocorrido a partir de 2006, que, conseqüentemente, aumentaram significativamente o número de servidores e servidoras técnico-administrativos e docentes.

Figura 5 - Profissionais do Serviço Social por cor, raça e etnia



Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Os dados referentes a cor/raça/etnia (Figura 5), demonstram que 60% da(o)s profissionais se declaram da raça/cor branca, 20% preta, 10% parda e 10% preferiu não dizer. Em relação ao sexo/gênero, 71,42% das mulheres se declaram branca, 14,28% parda e 14,28% preta. Referente aos homens, 33,33% se declaram da cor/raça branca, 33,33% preta e 33,33% preferiu não dizer. Nenhum dos participantes se declarou da cor/raça/etnia amarela e indígena. Com base nos dados do IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012 - 2019 a população brasileira é constituída por maioria da população negra 56,02% (preta(o)s e pardos). Na instituição pesquisada, a participação da população negra é de 30%, percentual similar à última pesquisa perfil realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social em 2005, a qual 24,32% dos profissionais de Serviço Social se declararam da raça/cor preta ou parda. Para conquistarmos uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário que as instituições públicas e privadas sejam espelho e representem a diversidade da população brasileira. Nesse sentido, constata-se a necessidade de se ampliar políticas públicas para a participação da população negra nessa categoria profissional.

Referente ao estado civil da(o)s Assistentes Sociais, 28,57% das mulheres e 33,33% dos homens estão solteira(o)s, 14,28% das mulheres e 66,66% dos homens estão

casada(o)s ou em união estável e 57,14% das mulheres estão separadas/divorciadas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - *Estado civil dos Assistentes Sociais*

Estado Civil	Mulheres	Homens
Separada(o)/Divorciada(o)	57,14%	0%
Solteira(o)	28,57%	33,33%
Casado(a)/União Estável	14,28%	66,66%
Viúvo	0%	0%
Outro	0%	0%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Referente a orientação sexual, 100% das mulheres e 66% dos homens responderam ser heterossexuais, e 33,33% responderam ser homossexuais. Não houve respostas com as opções bissexual, outro e prefiro não dizer (Tabela 2).

Tabela 2 - *Orientação sexual dos Assistentes Sociais*

Orientação Sexual	Heterossexual	Homossexual	Bissexual	Prefiro não dizer	Outro
Mulheres	100%	0%	0%	0%	0%
Homens	66,66%	33,33%	0%	0%	0%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Há uma busca da(o)s profissionais dessa instituição que participaram da pesquisa em se qualificar, pois 10% possuem apenas o nível de escolaridade de graduação, exigência mínima para o exercício profissional. Em contraponto, 90% dos profissionais estão buscando e/ou buscaram novos níveis de qualificação profissional, sendo que 10% estão cursando a pós-graduação *lato sensu*, 20% possuem a pós-graduação *lato sensu* completo, 20% estão com a pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado – em andamento, 40% possuem Mestrado completo. Esse dado é coerente com a realidade nacional, que de acordo com Abreu (2017), o percentual de profissionais de Serviço Social nos Institutos Federais de Educação

Profissional que estão se qualificando ou se qualificaram por meio de pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu* é de 96,12% contra 3,88% dos profissionais que não possuem ou não estão cursando nenhuma pós-graduação (Tabela 3).

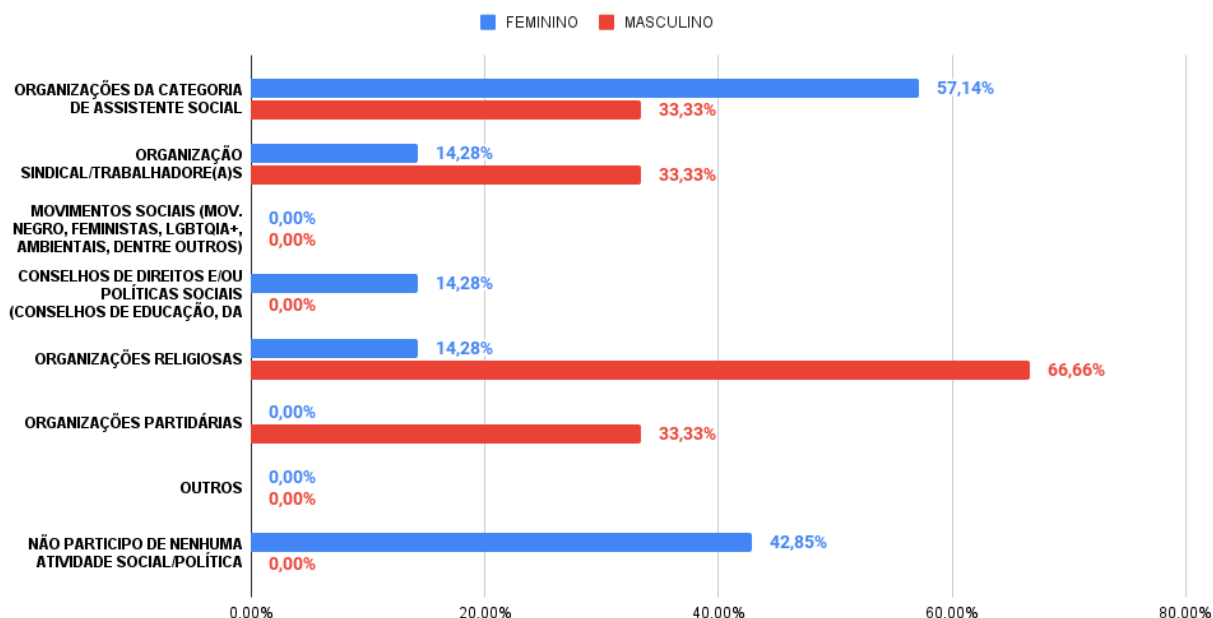
Tabela 3 - *Nível de escolaridade*

Nível de Escolaridade	Feminino	Masculino
Graduação	14,28%	0%
Pós-graduação lato sensu – em andamento	0%	33,33%
Pós-graduação lato sensu – completo	14,28%	33,33%
Pós-graduação stricto sensu – Mestrado – em andamento	14,28%	33,33%
Pós-graduação stricto sensu – Mestrado – completo	57,14%	0%
Pós-graduação stricto sensu – Doutorado – em andamento	0%	0%
Pós-graduação stricto sensu – Doutorado – completo	0%	0%
Outro	0%	0%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Referente a análise da qualificação profissional na relação entre os sexos, percebe-se que as mulheres possuem nível de escolaridade mais elevado, 71,42% estão cursando o mestrado ou já concluíram, enquanto 33,33% dos homens estão com o mestrado em andamento, e nenhum homem veio a concluir o mestrado. Esse dado converge com a tendência nacional de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens. De acordo com o IBGE (2021c) no seu estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” as mulheres brasileiras atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens, porém essa realidade nacional não reflete no mundo do trabalho, pois, em 2020, o nível de ocupação – que equivale ao número de pessoas ocupadas sobre a população em idade ativa – da mulher (41,21%) foi inferior ao dos homens (61,40%), demonstrando assim, que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados na desigualdade de gênero no país.

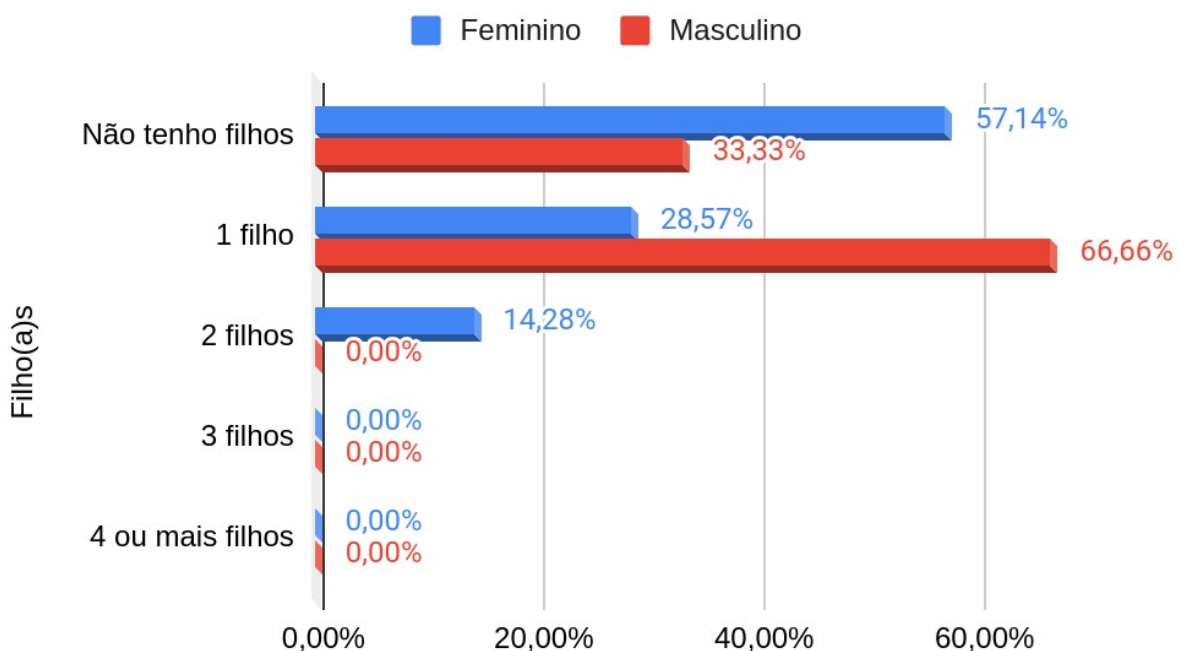
Figura 6 - Participação em atividades social e/ou política das e dos profissionais de serviço social



Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação a participação em atividade social e/ou política das e dos profissionais de Serviço Social (Figura 6), 42,85% das mulheres dizem não participar de nenhuma atividade social e/ou política, 57,14% das mulheres e 33,33% dos homens dizem participar de organizações da categoria de assistente social, 14,28 das mulheres e 33,33% dos homens participam de organização sindical/trabalhadores. Sobre as organizações religiosas, 14,28% das mulheres e 66,66% dos homens responderam que estão inseridos(as) nessas organizações. Somente as mulheres, (14,28%) disseram que atuam em conselhos de direitos e políticas sociais e somente os homens (33,33%) atuam em organizações partidárias.

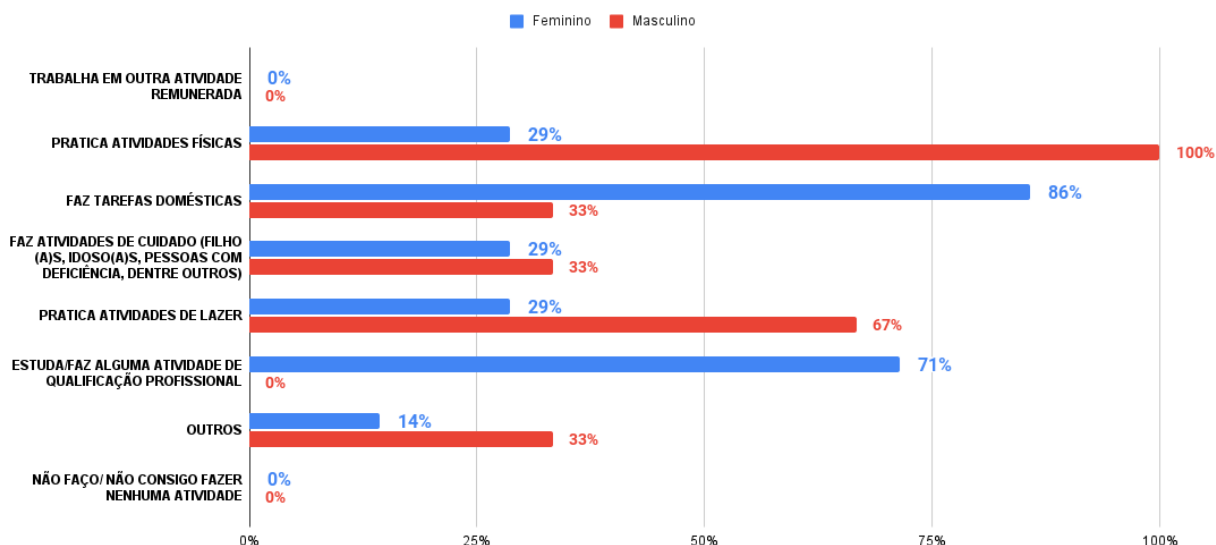
Figura 7 - Informações em relação a filho(a)s da(o)s Profissionais de Serviço Social



Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Sobre as informações relacionadas a filho(a)s (Figura 7), 57,14% das mulheres e 33,33% dos homens responderam que não possuem filhos, 28,57% das mulheres e 66,66% dos homens responderam que possuem 01(um) filho e 14,28% das mulheres responderam possuírem dois filhos, nenhum(a) entrevistada(o) responderam que possuem 3, 4 ou mais filhos.

Figura 8 - Atividade que os Profissionais de Serviço Social executam na maior parte do tempo, quando não estão trabalhando



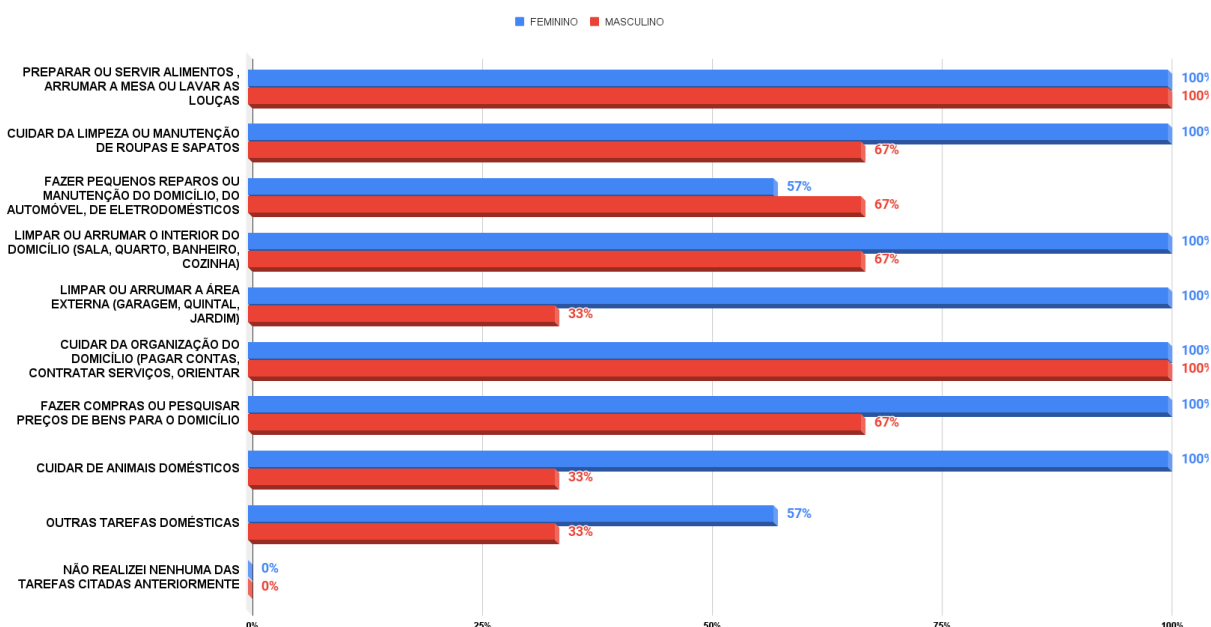
Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico

Em relação as atividades que a(o)s profissionais executam na maior parte do tempo, quando não estão trabalhando (Figura 8), todos os homens responderam que praticam atividades físicas em contraponto a 29% das mulheres que praticam. No que se refere as tarefas domésticas, 86% das mulheres e 33% dos homens fazem tarefas domésticas, 29% das mulheres e 33% dos homens fazem atividades de cuidado, 29% das mulheres e 67% praticam atividades de lazer. 71% das mulheres estudam ou fazem alguma atividade de qualificação profissional na maior parte do tempo quando não estão trabalhando, nenhum dos homens responderam essa opção. Nesse sentido, percebe-se que as maiores discrepâncias em relação a ocupação do seu tempo fora do trabalho é que a maioria massiva das mulheres executam tarefas domésticas e estudam durante esse tempo e os homens fazem atividades físicas e de lazer. Esses dados podem sinalizar uma dificuldade das mulheres para utilizar o seu tempo no cuidado da saúde física e a prática de lazer devido às responsabilidades domésticas e profissionais.

Ao perguntar às/aos profissionais se realizaram alguma atividade de cuidado, nos últimos meses, de tarefas de cuidados de familiares que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência 28,57% das mulheres e 66,66 % dos homens responderam que não realizaram nenhuma atividade de cuidado. Sendo que 85,71% das mulheres e 33,33% dos homens responderam que realizaram algumas das

atividades de cuidado, a citar: auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); auxiliar em atividades educacionais; ler, jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; outras tarefas de cuidados de familiares. Consta-se que as desigualdades referentes às responsabilidades de cuidado ainda são determinadas em grande parte para as mulheres.

Figura 9 - Tarefas domésticas realizadas pela(o)s Profissionais de Serviço Social nos últimos meses



Fonte: Gráfico elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

As atividades elencadas nas pesquisas são referenciadas a partir das pesquisas do IBGE do que é considerado tarefas domésticas. Em relação as tarefas domésticas (Figura 9) toda(o)s os profissionais disseram “preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças” e “cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados”. Todas as mulheres entrevistadas, afirmaram executar todas as tarefas domésticas citadas, exceto “outras tarefas domésticas” que 57% das mulheres e 33% dos homens executaram. A única atividade que tivemos percentual maior de homens (67% homens e 57% das mulheres) executando foi o “fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel e de eletrodomésticos”, atividade que é socialmente atribuída como papel do homem.

6.2 Perfil Geral e Breve Relato sobre a Trajetória Pessoal e Profissional da(o)s Entrevistada(o)s : a escolha da profissão e experiências profissionais

A(O)s participantes da pesquisa, devido ao sigilo e privacidade da sua identidade pela pesquisa, foram identificados por códigos alfanuméricos, sendo que, para facilitar a leitura e assimilação de que participantes estamos falando no decorrer da pesquisa, utilizar-se-á a Letra “H” para os homens e “M” para mulheres e a numeração será determinada de acordo com a ordem da trajetória que será relatada nesse capítulo e a cronologia que foram realizadas as entrevistas.

Quadro 1 - *Identificação dos participantes da pesquisa*

Entrevistada(o)	Gênero	Idade	Estado Civil	Orientação Sexual	Filhos	Raça/Cor
M1	Feminino	52 anos	Solteira	Heterossexual	Não possui	Parda
M2	Feminino	35 anos	Separada/ Divorciada	Heterossexual	Não possui	Branca
M3	Feminino	34 anos	Casada/União Estável	Heterossexual	2 filhos	Branca
H1	Masculino	35 anos	Casado/União Estável	Heterossexual	1 filho	Branco
H2	Masculino	39 anos	Casado/União Estável	Heterossexual	1 filho ⁷	Preferiu não responder

Fonte: Quadro elaborado com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A profissional M1, trabalha há 16 (dezesesseis) anos como Assistente Social e há 12 (doze) anos na RFEPC. Fez o curso de Serviço Social em uma faculdade particular de Belo Horizonte, onde morou por 20 anos. Mora há 14 anos em uma cidade do interior, a qual possui aproximadamente 17.000 (dezesete mil) habitantes, onde atua na instituição de educação profissional e tecnológica. Antes de ingressar na

instituição pesquisada, M1 trabalhou em uma prefeitura no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Finalizou seu mestrado há mais ou menos três anos e estudou sobre ações afirmativas e programas de assistência estudantil.

M2 trabalha há 10 (dez) anos como Assistente Social e há 1 (um) ano e 10 (dez) meses na RFEPECT. Fez o curso de Serviço Social em uma faculdade particular na região do Vale do Aço, onde sua família reside. Fez duas especializações em duas universidades federais, uma sobre gênero e raça e outra em gestão municipal. Trabalhou em prefeituras na região do Vale do Aço no SUAS desde 2011 até o ano de 2020, quando ingressou na instituição pesquisada. No SUAS trabalhou no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no Cadastro Único do Programa Bolsa Família, no Centro de Referência de Assistência Social, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e atuou durante um ano na gestão como secretária municipal de assistência social. Relata também, que no período que trabalhou como profissional da assistência social, participava dos conselhos municipais de direitos e de políticas públicas. Atualmente trabalha na educação profissional e tecnológica em um município que possui aproximadamente 338.000 (trezentos e trinta e oito mil habitantes).

M3 trabalha como Assistente Social há 8 (oito) anos e há 7 (sete) anos na RFEPECT. Atualmente, além de trabalhar como Assistente Social na instituição, assume o cargo de gestão do setor em que trabalha, desde final de 2019. Coursou Serviço Social em uma faculdade particular na sua cidade natal na região oeste de Minas Gerais, fez estágio na secretaria de assistência social em um município próximo a sua cidade. Fez uma especialização em saúde mental em uma faculdade particular e mestrado em administração em uma universidade federal. Antes de atuar na instituição de educação profissional e tecnológica, trabalhou em um serviço de atendimento a pacientes oncológicos.

H1 trabalha como Assistente Social há 10 (dez) anos e atua na educação profissional e tecnológica há 9 (nove) anos. Coursou Serviço Social em uma universidade federal do Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou por 1 (um) ano em uma entidade sem fins lucrativos na região do sul de Minas Gerais, e, posteriormente começou a atuar na RFEPECT. No período da graduação participou do movimento estudantil e atualmente é diretor sindical no sindicato que representa os técnico-

administrativos e docentes da instituição de educação profissional e tecnológica que trabalha.

O profissional H2 trabalha como Assistente Social há 2 (dois) anos e há três meses na RFEPECT. Fez o curso de Serviço Social em uma faculdade particular na região do norte de Minas Gerais. Atuou como Assistente Social do Tribunal de Justiça, depois trabalhou em um município no setor de política de assistência social na região do norte de Minas Gerais, posteriormente, atuou na secretaria de saúde e secretaria de defesa social em um município do triângulo mineiro. Após essa experiência resolveu sair da área para morar mais próximo da família, trabalhando como agente socioeducativo na Secretaria de Defesa Social no Estado de Minas Gerais. Recentemente, foi nomeado no cargo de Assistente Social na instituição de educação profissional e tecnológica pesquisada.

Ao perguntar às/aos entrevistada(o)s sobre como ocorreu a escolha da profissão responderam que:

[...] eu não sei não [risos]. Na época eu trabalhava e estudava, eu escolhi a [universidade privada] porque a [universidade pública], na época que eu estudei, era uma escola muito elitizada sabe?! Então, assim, só podia estudar na [universidade pública] quem não trabalhasse fora né, quem tivesse outros meios de se sustentar. E na época eu trabalhava e estudava. Então eu fui fazer cursinho e tudo, e nisso eu vi ...eu ia para a área do direito, só que o direito a mensalidade estava muito cara e o serviço social ele tinha só de manhã na [universidade privada]. Aí no ano que eu tava estudando, fazendo cursinho, eu fiquei sabendo que o serviço social ia abrir turma à noite, o curso ia passar a ser à noite. Aí eu falei assim “Ah então eu vou fazer para serviço social já que a mensalidade tava mais em conta” [risos] ... e foi por isso. [risos]. (ENTREVISTADA M1).

Então, eu sempre quis fazer direito, até hoje quero né, eu não desisti não. [risos] Até hoje eu quero, eu gosto muito. Mas na ocasião, foi uma junção de fatores. Primeiro financeiro, era uma mensalidade que era mais acessível, era área mais inerente com direito, que eu tinha ali nas opções né, na época. É... mais é a questão de... eu fui por eliminação né, acaba que é um curso, é uma universidade particular, uma faculdade particular, tem muitos cursos, é a maior aqui da região. Então a gente, eu tinha várias opções né, e aí quando você vai lá... direito não dá, não cabe no meu bolso, aí a pedagogia ...não quero ser pedagoga, administração... talvez... E aí veio o serviço social, e na época também, eu fui da quarta turma, então era algo novo, era uma profissão nova, eu achei que o mercado de trabalho também poderia ser interessante por ter poucos profissionais. (ENTREVISTADA M3).

As entrevistadas M1 e M3 disseram ter escolhido o curso como uma segunda opção por, na época, não terem condições financeiras para arcar com a mensalidade do

curso pretendido (que, no caso delas, seria o curso de Direito). M2 optou pelo curso de Serviço Social devido às opções disponíveis próximo a sua cidade.

Na verdade, eu cai um pouquinho de paraquedas no serviço social, eu fui bolsista do ProUni e eu tinha muita dúvida sobre tipo de faculdade que eu queria fazer e quando eu fui fazer as minhas opções de escolha, eu optei pelos cursos que tinha na faculdade que era próxima da minha casa, porque ia facilitar o transporte. E aí o serviço social foi um curso que me chamou atenção, eu entrei sem saber muito o que que era, o que era um Assistente Social, eu fui conhecer depois que já estava no curso. (ENTREVISTADA M2).

Os entrevistados H1 e H2 relataram sobre as opiniões de outras pessoas, que diziam que tinham “perfil” para o curso de Serviço Social.

Geralmente as pessoas comentam isso no início da faculdade, partindo de uma experiência de alguém próxima, então, assim, a pessoa geralmente sabia, mais ou menos o que o Assistente Social fazia, “A amiga minha, a vizinha, prima né, falou que faz isso”, “achei interessante”... “Ah eu vi.. fiz uma visita, fiz um teste vocacional”... sei lá... tem outras formas aí, mas o meu foi muito assim, muito de repente mesmo, porque eu queria na verdade, tava muito decidido para psicologia. E aí uma colega da minha mãe falou que eu tinha cara de assistente social, gente, isso nunca na minha vida, até hoje, alguém fala que eu tenho cara de assistente social. [risos] essa mulher falou para minha mãe, que a minha mãe passou para mim, minha mãe chegou falando, e falou “porque você não procura para saber o que é isso?”, minha mãe também não sabia. E aí eu fui, pesquisei na área, nas ementas e ali foi um crivo, porque eu gosto muito mais das humanas genuínas mesmo assim né, e a psicologia, eu sei que o fazer profissional já é diferente, mas mesmo na ementa eu já queria garantir que fosse algo que eu tivesse mais interesse. (ENTREVISTADO H1).

Eu lembro que eu ainda não sabia o que fazer. Assistir na [universidade pública] a apresentação dos cursos, a explicação de como funcionava, de como se trabalhava, de qual era o público-alvo e identifiquei com serviço social. Eu lembro que na época que eu escolhi exatamente foi com esse pensamento de trabalhar com algo que não era só gerar lucro para mim, é algo que pudesse contribuir com a sociedade no geral também, era essa minha intenção. Por isso eu me identifiquei com serviço social, que eu considere que era possível contribuir com a sociedade como um todo, é lógico, resguardadas as devidas proporções, do que sou eu, do que eu consigo fazer, mas ali no meu círculo de trabalho, de convivência, o que era possível aglutinar algo a mais. Alguns que falaram “é sua cara, [Entrevistado H2]”. Parece mesmo com você”. E tem aquelas falas bem conhecidas “é um curso lindo” [risos], quase me confundindo com a Mary Richmond⁸...mas eram falas mais nesse sentido que é “era um curso que engrandece, que ia a fazer o bem”, essas coisas eram essas as falas “um curso para fazer o bem, é um curso bonito” “é um curso que combina com você. (ENTREVISTADO H2).

8 Pioneira do Serviço Social americano, é considerada a criadora do trabalho social profissional por meio do método de caso social.

Em relação a escolha da profissão, de acordo com Cisne (2015) ela não acontece de forma aleatória. Para a autora a mulher é educada ao longo da sua vida para adquirir determinadas qualidades, “aptidões” que foram naturalizadas e definidas pela ideologia dominante patriarcal como “papel” de mulher, essas determinações estão contidas no interior da divisão sexual do trabalho, sua base material central.

Interessante observar que, nos relatos das entrevistadas mulheres não houve opiniões de terceiros atribuindo um perfil para a profissão, porém nos entrevistados homens, eles relatam essa atribuição por outras pessoas de possuírem “características” necessárias para ser assistente social. H1 disse que foi a única vez que falaram que ele tinha “cara de assistente social” e achou engraçado essa atribuição, por não ser comum essa referência aos homens. Ele complementa que acreditava que essa percepção da amiga da sua mãe pode ter sido pelo fato que ele participava de ações sociais filantrópicas, o que se percebe os estereótipos sociais de equiparar o trabalho profissional do Serviço Social a ações filantrópicas.

[...] eu acho que é por isso que ela, a amiga da mãe que disse que tinha cara de assistente social, falou que eu tinha cara de assistente social, aí eu vou explicar ...na escola tinha um negócio que é um grupo de reflexão, não era um grupo de religião, era um grupo reflexão sobre as situações da vida, era uma coisa mais genérica assim, até chamava de “alunos em Ação” não era toda turma aqui se interessava eram um pouco ali né, de uma turma, e aí fazia ações sociais, tudo mais. E além disso também eu fiz meu ensino médio quase que todo fazendo, eu era jovem aprendiz numa instituição, numa entidade filantrópica. Eu acredito que deve ser por isso que ela fala que eu tinha cara de ser assistente social. Apesar de que essa entidade não era uma entidade essencialmente de assistência social, não era uma, eu acho que é ali que a pessoa confunde né, que liga uma coisa com a outra, era uma entidade com pessoas com deficiência, mas, mesmo assim, ela teve uma visão de que eu tinha cara de assistente social. Talvez por esse meu envolvimento e aí, e também eu tinha participação também grande na igreja, então eu não sei né, tinha coisas... muito...que talvez me diferenciasse ali do conjunto dos jovens que ela conhecida nesse ponto aí, então acho que foi pouco nesse sentido. (ENTREVISTADO H1).

Considerando a realidade apresentada e a tese da autora Cisne, podemos inferir, como uma das hipóteses, que as “características” postas como necessárias para ser Assistente Social, atribuídas como inatas às mulheres e a influência dessas percepções biologizantes na escolha do curso para as entrevistadas mulheres, podem ter ocorrido de forma implícita e naturalizada na sua construção social como mulher, fazendo a optar, por exemplo, por cursos das áreas que possuem uma maior

participação feminina, em detrimento de cursos de áreas como exatas, que há uma maior participação masculina, como explicado pela teoria do labirinto de cristal, na qual se educa socialmente os papéis predeterminados.

O labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional. Por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostos no labirinto, os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados. Assim, as contribuições presentes na metáfora do labirinto são: a) o entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo da trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar; b) a compreensão de que a inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores; c) a concepção de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área.(LIMA, 2013, p. 886)

O conceito do labirinto de cristal, indica que os obstáculos encontrados pelas mulheres, perpassam o seu percurso acadêmico e laboral, e antes disso, a sua escolha profissional, através de um caminho difícil, complexo e com muitas barreiras discriminatórias a serem enfrentadas pelas mulheres. “Apesar de sua concretude, os obstáculos do labirinto também são transparentes como um cristal e podem passar despercebidos, já que suas armadilhas são construídas na massa cultural” (LIMA, 2013, p. 886).

6.3 Teorias Feministas na Formação, Qualificação e Intervenção Profissional: reflexões sobre as vivências e ausências

O selo profissional do Serviço Social de uma profissão majoritariamente feminina e seu processo de feminização, moldado pela divisão social do trabalho entre os sexos, trouxe implicações de um sistema patriarcal que se alimenta da exploração e dominação das mulheres e que exerceu, historicamente, um processo de ideologização na formação profissional do Serviço Social. Nessa perspectiva, traz-se um grande desafio para a categoria profissional de trazer para a formação

profissional a perspectiva feminista, buscando a desconstrução social dessas práticas conservadoras e patriarcais hegemônicas. Neste contexto:

AABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), também, passa a incorporar em sua pauta questões relativas à diversidade humana, de forma mais orgânica, a partir da criação do grupo temático de pesquisa (GTP) em Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Na Assembleia da ABEPPSS, em 2014, aprovamos a indicação de inserção de uma disciplina obrigatória no currículo do Serviço Social sobre o mesmo tema desse GTP. Há, todavia, uma grande demanda de debate e aprofundamento teórico no próprio campo da produção crítica voltada para essas temáticas, o que dificulta o enfrentamento do pensamento conservador e dos preconceitos presentes nas relações sociais, e que rebatem na formação e no exercício profissional do Serviço Social, à revelia do nosso Código de Ética. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 150).

Foi perguntado as/aos entrevistada(o)s se tiveram no curso de Serviço Social alguma disciplina ou abordagem nas temáticas referentes a teorias feministas. M1, M2 e H2 relatam que não houve no seu curso disciplinas que tratassem diretamente sobre o tema, mas que em alguns momentos no decorrer no curso foram abordadas algumas discussões referentes às questões de gênero.

A gente escuta um pouco quando a gente vai tratar do histórico do serviço social como que começou, a gente fala um pouco né, que era uma profissão predominantemente feminina, fala um pouco das primeiras-damas, de onde que surgiu... (M2).

Não, não que eu me lembre. Entretanto, dentro das temáticas estudadas em cada período, uma outra abordava a questão de gênero, disciplina específica para gênero não...não ocorreu, não que eu me lembre. (H2).

M3 relata que a grade curricular do seu curso não contemplava uma disciplina específica sobre o assunto, porém que houveram seminários temáticos sobre o assunto, mas que a temática não foi tão discutida. Afirma ainda que, quando era abordado era por iniciativa do professor, não existia na ementa do curso temáticas relacionadas às teorias feministas. Já H1, afirma que no seu curso houve disciplina sobre o assunto e que abordava também outras temáticas.

E era muito interessante. Porque meu professor ele não ficava só na questão teórica, ele ia um pouco na intimidade mesmo, ele queria trazer uma reflexão, para ver né, até que ponto que aquilo que tava aprendendo,

tava realmente sendo introjetado nos estudantes. Aí tinha realmente filmes, textos relacionados à questão de gênero, principalmente falando as experiências assim, eu lembro de um texto específico que falava de uma tribo, assim falava que tinha, que tinha um acordo diferente em relação às outras tribos, mostrando assim que as possibilidades de um grupo se organizar mediante as tarefas por diferenciação sexual ali, pode ser muito diferente de um lugar para o outro né. Fazendo uma reflexão na comparação com hoje, uma coisa assim eu lembro um pouco desse texto que abordava questão do gênero feminino e masculino, mas também essa questão da diversidade, da orientação sexual, a construção de gênero mesmo né, social assim, como que acontece, nessa linha. (ENTREVISTADO H1).

Segundo Cisne e Santos (2018), apesar de que tenha tido avanços nos últimos anos, quando o Serviço Social crítico passou a inserir nas pautas profissionais temas sobre as lutas históricas contra o conservadorismo do(a)s sujeito(a)s político(a)s, contra as diferentes formas de violência material e imaterial, ainda persiste o desafio de aprofundamento teórico-metodológico e técnico operativo da profissão das perspectivas feministas.

A ABEPSS ressalta que para resistirmos a essa conjuntura atual, influenciada por ideologias conservadoras, reacionárias, fundamentalistas, racistas, misóginas, e lgbtqfóbicas, no Brasil, é necessária uma formação profissional vinculada a uma consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista e às lutas dos movimentos sociais negras/os, indígenas, feministas, LGBTQIA+, dentre outros. Nesse sentido, é imprescindível uma renovação profissional para um Serviço Social crítico e pela ampliação direitos de toda a população brasileira em prol da “emancipação humana”. A ABEPSS sugere que essas temáticas devem estar incluídas não somente em um componente obrigatório, mas sim em toda a formação profissional e também recomenda que:

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal.
- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação-CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.

- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.
- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico. GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade. (Deliberação da Assembleia da ABEPSS no XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social- ENPESS, 2014).

É por meio do processo educativo que são formadas as consciências, como forma de “representação mental (subjétiua) de uma realidade concreta e externa (objetiva), [...] através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. O fenômeno da consciência deve ser entendido em um processo em movimento e não como algo estático. O processo de formação da consciência é múltiplo e ao mesmo tempo uno. “Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo a outras vive subjetivamente a trama de relações que compõem a base material de sua concepção de mundo”. Assim, a partir da multiplicidade de manifestações particulares, pode ser construída uma linha universal por meio da formação de uma consciência de classe (IASI, 2007, p.13-14).

Ao perguntar às/aos profissionais que tiveram algum contato referente às relações sociais de sexo/gênero se consideram que teve algum impacto, ou fez alguma diferença o contato com a discussão na formação profissional, os participantes responderam que:

Eu acho que fez diferença sim. Vamos pensar mesmo assim né, acho que não dá nem para a gente comparar com cursos que a gente faz, porque o curso ele tem um início, meio e fim de forma muito isolada né. Agora quando você está dentro da faculdade, embora a gente percebe que não tem as vezes uma... não, com certeza tem uma relação de uma disciplina com a outra, mas, assim, a gente que assimila mesmo tudo isso, não existe uma certa, uma liderança profissional, um docente, alguma coisa assim, que vai fazer essa construção, ligando-as, mas a gente vai sentindo que vai, então a gente sente que cada disciplina é um avanço nesse ponto e acaba que o texto conversa com outro de cada disciplina. E aí gente vai tendo a sensação de formação e crescimento profissional, visão crítica né, do que acontece, superação do senso comum, tento conhecimento teórico, sobre situações né, principalmente, a questão de gênero, por exemplo né. É uma desconstrução de algo que você sempre teve, que nem parou para pensar, na verdade. É um momento que aquela pessoa que está fazendo aquele curso precisa de fato ter um conhecimento mais crítico, até para diferenciar e se diferenciar em relação aos demais profissionais da sociedade em geral na hora de uma intervenção profissional. (H1).

Muita coisa, muita coisa, muita coisa. A pessoa depois de... não só essas discussões, a pessoa depois de entrar no serviço social, e ir em Marx aí, e

outros, você não sai a mesma pessoa. Não tem como você sair do curso de serviço social tendo o mesmo pensamento de quando você entrou né. Eu acho que se você sair, tem alguma coisa errada, você não fez direito, faltou uma coisa aí na sua graduação. Então, assim, contribuiu muito, mudei sim, muito meu modo de pensar, a gente passa a ter uma forma mais crítica né, sobre o arranjo da sociedade mesmo, não só em questões de gênero, mas em questão de desigualdade mesmo, questão socioeconômica. Então assim, foi muito bom, foi muito produtivo. Eu considero que essas experiências que a gente discutia, mesmo que você não vivenciasse, quando isso vem surgir para a gente, no nosso fazer profissional, você tem pelo menos um norte, “ah, pera aí, mas isso aqui, há anos atrás eu fiz uma discussão nesse sentido e esse encaminhamento é essa atitude é melhor” “esse não é”. Então assim tudo ajudou. (M3).

M2 que, apesar de não ter cursado disciplinas da graduação sobre a temática, fez uma das suas especializações sobre relações de gênero e raça, e considera que seria importante que fosse abordado esse tema no curso de Serviço Social. Diz também, que a sua aproximação às teorias feministas na especialização trouxe mudanças para sua formação profissional e pessoal.

Ah sim, mudou bastante a minha perspectiva, inclusive de entender esse contexto que a gente vive hoje né, principalmente do mercado de trabalho, do campo político, do social mesmo né. Eu tinha minhas opiniões, mas eram era uma questão particular, assim, era uma opinião minha, aí quando você começa a estudar, você percebe que não é uma questão pessoal, é uma questão coletiva, é uma questão de luta mesmo, é uma questão cultural, é um fenômeno social que a gente precisa conversar sobre isso, a gente precisa trazer sempre em discussão ... para mim clareou bastante, foi muito interessante, muito bacana. (ENTREVISTADA M2).

Pode-se inferir da fala de M2 que a sua aproximação às teorias feministas a fez perceber que as relações sociais que ainda eram naturalizadas e individualizadas passam a tomar outras formas, a percepção de que são construções sociais que devem ser combatidas de forma coletiva.

Ainda precisamos construir e avançar mais na articulação das pautas referentes aos feminismos e o Serviço Social, tanto em sua dimensão teórica e investigativa, quanto em sua dimensão política. A compreensão sobre a divisão sexual do trabalho articulado “à luta feminista, em torno da constituição da categoria profissional das e dos Assistentes Sociais, contribui para o processo de renovação do Serviço Social na ruptura com a subordinação e desprestígio de uma profissão ‘feminina.’” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 150).

A formação de uma consciência livre e crítica no interior das relações sociais de sexo passa pela superação da ideologia de naturalização dos sexos e a formação de uma consciência coletiva, a partir das lutas feministas e de uma educação emancipatória contra as formas de opressão e dominação, buscando a transformação social.

A dominação da classe das mulheres nas relações de sexo reproduz a forma de tratar e pensar a mulher como coisa e que certas características definem sua especificidade. No discurso sobre a inteligência da mulher determinam uma ausência ou forma específica que é chamada como intuição, uma inteligência de coisa, afastada da reflexão intelectual. “[...] não são criadoras no domínio do cérebro e, tampouco, se lhes reconhece um senso dedutivo, de lógica [...] como a encarnação do ilogismo, elas são capazes, a rigor, de se virar, mas, para chegar a tal resultado, elas aderem à realidade prática”. Trata-se a inteligência da mulher como afeitas e limitadas ao mundo das coisas materiais, “uma afinidade de coisa com coisa”, considerada uma inteligência “prática”. (GUILLAUMIN, 2014, p. 70).

O universo das mulheres seria, antes, as roupas, as batatas, os assoalhos, louças em geral e datilografias; e as formas de organização técnica que esses domínios implicam são isso facto desclassificados e remetidos ao mundo da nulidade tecnológica, senão ao da pura e simples inexistência.

Finalmente, a intuição (tão especificamente “feminina”) classifica as mulheres como expressão dos movimentos de uma pura matéria. De acordo com essa noção, as mulheres sabem o que elas sabem sem razões. As mulheres não têm que compreender, visto que sabem. E o que elas sabem, elas o alcançam sem compreender e sem acionar a razão: esse saber é entre elas uma propriedade direta da matéria da qual são feitas.

A assim chamada “intuição” é muito significativa da posição objetiva dos oprimidos. Na verdade, só lhes resta fazer análises muito rigorosas (ao contrário do que se pretende), servindo-se do mais ínfimo elemento, o mais sutil, que se pode obter do mundo exterior, uma vez que lhe são vetados o acesso a e a ação em tal mundo. Ora, esse exercício de ordenação de detalhes fragmentados é glorificado e chamado de inteligência dedutiva, quando se trata dos dominantes (e é nesse caso extensamente desenvolvido nas ficções policiais), mas perde toda característica intelectual, quando se manifesta no universo das mulheres, onde ele é sistematicamente esvaziado de sentido compreensível e assume a forma de característica metafísica. (GUILLAMIUM, 2014, p. 70-71).

A partir desses discursos de inferiorização e dominação das mulheres, diversas pesquisas indicam essas desigualdades de gênero no âmbito também da educação,

reveladas nas diferenças de trajetórias educacionais entre meninos e meninas, por meio das escolhas de carreiras e nas relações entre escola e família.

Nesse sentido, a pesquisa busca evidenciar as percepções das e dos profissionais de Serviço Social sobre essas relações que são ensinadas as diferenciações de papéis sociais entre os sexos, as quais contribuem para a formação de um contexto generalizado, que expressa a alienação, tal como pode ser compreendido por Iasi (2007). A alienação da consciência impede a percepção da opressão e exploração sofrida pelas mulheres e por outros segmentos excluídos e subalternizados.

As áreas da Educação Profissional Técnica em que as mulheres ainda permanecem sendo maioria, são os espaços que são extensivas de algum modo as habilidades das tarefas desenvolvidas no âmbito doméstico, como, por exemplo, o cuidado materno e a organização do tempo e do espaço. Também são as mesmas áreas em que as mulheres se concentram no mundo do trabalho, como saúde, gestão, imagem pessoal, serviços sociais, dentre outras (BONFIM, 2009, p. 83-84).

[...] informática é mais homens [...]. Mas nutrição é um curso mais para mulheres, são poucos homens. Mas informática e agropecuária são mais homens. Eu vejo mais isso no de agropecuária e nutrição. (ENTREVISTADA M1).

Administração geralmente tem mais mulheres, e o de eletroeletrônica tem mais meninos. Hoje, a turma está um pouco mista, mas a gente percebe que a maioria é homens. (ENTREVISTADA M2)

Nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica, ocorrem também representações de gênero, principalmente, em relação a discriminação e não reconhecimento das mulheres em cursos vistos como “masculinos”, atravessando não somente as relações entre o(a)s estudantes, mas também por toda a comunidade escolar.

Porque assim, a agropecuária parece ser um curso mais pesado na prática sabe, mexer com animais, máquinas pesadas, com tratores, essas coisas assim, porque vai para aula prática, numa horta... e aí eles atribuem mais essa característica para homens e foi, historicamente, ele é voltado para homens. Pouquíssimas... igual tem uma amiga que fez agropecuária há muitos anos atrás, ela fala que ela era a única mulher na sala, então assim, as salas de aula do curso de agropecuária tinha duas, três mulheres, enquanto a nutrição é o contrário, nutrição são dois homens e o restante mulheres. Agora não, aumentou esse número. Às vezes tem várias

mulheres, uma turma aí de 30 deve ter umas 10, 12 mulheres, já aumentou bastante de alguns anos para cá, no curso de agropecuária. Mas antes era basicamente masculino o público. (ENTREVISTADA M1).

[...] eu tive uma conversa recente com algumas meninas e elas disseram que a dificuldade que elas têm às vezes é de se fazer ouvir, às vezes ela tem que pedir para calar a boca para poder falar, às vezes o professor tem que intervir, mas isso no curso da área elétrica que é muito homem né... (ENTREVISTADA M2).

Das meninas de agrárias, por exemplo, “ah, mulher não dá conta disso”, agronomia, por exemplo. Técnico agropecuária, “não, mulher não dá conta, é um serviço muito pesado”. Aí tem uma disciplina lá da agropecuária que é você cavar covas de tantos centímetros, para poder colocar as mudas né, “Não, as meninas não dão conta disso”. É assim sabe, até hoje a gente tem alguns professores mais... esses que trabalham há muito tempo na instituição, a gente tem professor que tem 40 anos que dá aula aqui. Mas assim, até eles já mudaram, se eles têm aquele preconceito, eles disfarçam até bem, sabe. Então, por exemplo, a gente tem um curso técnico em manutenção automotiva, que é principalmente mecânica de trator, poucas mulheres conseguem concluir esse curso, ingressar e concluir, mas elas sofrem um peso ali, mas elas dão conta. Eu acredito que assim, devem ouvir algumas piadas, algumas brincadeiras de mau gosto, algumas coisas preconceituosas, mas não abalam elas não. (ENTREVISTADA M3).

Agora sempre vai ter uma reunião, por exemplo, num conselho de classe, algum professor, algum docente que faz uma piadinha machista. Ele não faz em relação a gente, mas faz em relação a estudante, às vezes, entende?! “Ah, mas aquela menina ali também, oh, tá namorando muito”, coisas assim, acontece também. Mas aí assim, eu acredito que eles não demonstram disso em sala de aula não, porque senão teria chegado até a gente né. Igual eu te falei, a ouvidoria é muito... ela é muito ativa no Campus. (ENTREVISTADA M3).

Ao fazer a análise da participação feminina na educação profissional, evidencia-se que progressivamente as mulheres ampliaram a sua participação e conquistaram novos espaços que eram ocupados exclusivamente por homens. No entanto, apesar das conquistas femininas na educação profissional técnica, nota-se ainda a manutenção de espaços e papéis determinados como feminino.

A condição das mulheres na Educação Profissional revela também as relações sociais de gênero em toda a sociedade. A participação feminina na Educação Profissional está intrinsecamente vinculada ao movimento de “emancipação” da mulher e sua inserção nas diferentes esferas públicas. A formação profissional técnica da mulher brasileira se relaciona, também, com questões complexas no interior de instituições sociais como a família, a escola, igreja e sua situação frente aos papéis socialmente determinados, que influenciam substancialmente a escolha da formação profissional da mulher e na sua inserção no mundo do trabalho. (BONFIM, 2009, p. 143). Ainda em relação a percepção das e dos profissionais

sobre as relações sociais de sexo no seu cotidiano profissional e pessoal, a entrevistada M1 relata um contexto social da sua região interessante para se analisar.

As mulheres aqui na região, quando eu faço avaliação socioeconômica, eu até brinco lá no núcleo de assistentes sociais, às vezes, porque assim, aqui as mulheres são mais... elas sobressaem mais que homens sabe, nessa região aqui, porque elas são professoras, a maioria professora e ganham mais que homens, porque na região não tem emprego, então o emprego que tem é na escola né, municipal, estadual. Então, muitas vezes elas ganham mais que os homens, aí o trabalho dela sobressai, então elas têm mais... os maridos ganham menos normalmente. Eu não sei se é por isso também que vem como responsável do grupo familiar a mulher. As mulheres ganham bem mais que os homens, [...] elas sobressaem mais. Por exemplo, carro quem compra é a mulher, porque elas é que trabalham né, tem o salário, a casa, quem compra os móveis é tudo é a mulher. É a realidade dessa região aqui. (...) ela que ganha dinheiro dela, porque ela é professora né, ela que faz faculdade, os homens normalmente têm ensino médio, no máximo ensino médio, porque a maioria tem ensino fundamental, e as mulheres têm curso superior. Isso aí é muito comum aqui. (ENTREVISTADA M1).

Elas continuam fazendo todas as tarefas domésticas, [risos] ganhando mais, e os homens mandando e desmandando sabe, mas a renda maior é delas, mas elas continuam com as tarefas domésticas sem a divisão de tarefas. Porque aqui tem essa questão do machismo também né. O que a gente vê é que o homem manda, ele é que dirige o carro, mas quem paga é a mulher. Engraçado isso né, essa questão de gênero, quando você vai estudando, aprofundando-se, a mulher ainda está em segundo plano ainda né. [risos] (ENTREVISTADA M1).

Para compreendermos melhor esse contexto, é necessário resgatar um fato histórico, segundo Guillaumin (2014), que, no decorrer do século XIX, a remuneração do trabalho das crianças e das mulheres eram entregues para o marido ou pai e a ele pertencia. Somente em 1907 as mulheres adquiriram o direito de receber seu próprio salário, porém mesmo possuindo o direito pessoal de trabalhar, quem decidia onde e com o que trabalhar era o marido, possuindo, assim, a propriedade da força de trabalho. “O salário que elas recebiam não lhes pertencia legalmente, mas ao possuidor do instrumento-de-trabalho-mulher. ” (GUILLAUMIN, 2014, p. 51). Compreende-se nesse sentido, que o contexto descrito pela entrevistada carrega resquícios históricos dessas relações de poder que demonstram que é fundamental além da inserção da mulher no trabalho produtivo a sua libertação de todas as amarras patriarcais que as limitam.

A Educação Profissional e Tecnológica, assim como outras instituições sociais, atua no processo de manutenção e/ou resistência às construções sociais do “ser homem” e do “ser mulher”, contribuindo ou evitando a permanência do fenômeno da sexualização das carreiras e das diversas desigualdades sociais existentes. A(O) profissional de Serviço Social, que intervém nas diversas expressões da questão social assume um papel importante, juntamente a outra(o)s profissionais da educação, na desnaturalização de construções sociais pré-determinadas pela sociedade machista, racista e classista.

Quando perguntado às/aos profissionais se realizam ações coletivas que trabalham sobre temáticas feministas e outras relacionadas aos direitos humanos. O entrevistado H1 relata que já trabalhou, porém atualmente está trabalhando dando suporte aos *campi* que estão sem profissionais ou não conseguem atender toda a demanda somente com os profissionais do *Campus*. As entrevistadas M2 e M3, disseram que realizam algumas atividades coletivas nos *campi* de atuação. A M3 que atualmente não está participando por estar também assumindo a gestão do setor que trabalha, mas que existem vários coletivos no campus que fazem essas discussões.

Agora que a gente retornou, nós retornamos agora em fevereiro, que a gente tá começando a reestruturar o trabalho e pensando em algumas formas de intervir. Nesse mês da mulher a gente fez algumas abordagens com os meninos, nós tratamos de violência contra mulher, nós conversamos com eles sobre o que é ser mulher nessa sociedade, falamos um pouco do preconceito, falamos um pouco das divergências no emprego, nas divergências nas carreiras. Tratamos um pouco da questão de gênero mesmo... quarta-feira agora a gente fez um encontro de um grupo que a gente chama de “Despidos”, que é um grupo que fala de sexualidade... e aí a gente trouxe uma mulher trans para falar para eles desse lugar na sociedade, do que que ela vive, da experiência de vida dela. Então agora que a gente voltou para o presencial que a gente tá conseguindo estruturar alguma coisa, mas ainda tá bem no começo né...(Entrevistada M2).

A existência das relações sociais de poder no processo educativo tradicional, expressa, historicamente, conhecimentos e ideologias em uma perspectiva, que reforçam a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo. Essa parcialidade e hegemonia distorce a educação e a direciona para uma formação de consciências e experiências nas relações preestabelecidas, que influenciam as percepções dos sujeitos para que seja uma realidade dada, naturalizando seu

contexto histórico e cultural. É partir da materialização das vivências entre os homens e as mulheres, as relações sociais e as intersubjetividades que se constroem as representações mentais de consciência (IASI, 2007; HOOKS, 2017).

O resultado é instantâneo, é incrível. No dia que a gente falou de violência doméstica, na mesma semana a gente já teve alunos nos procurando, alguns porque consegui identificar casos na família, outros porque se colocaram no lugar de agressor e aí começaram a pensar se eles não estavam sendo agressores com as parceiras...é instantâneo, a gente saiu dali a gente já pode esperar que já vem demanda. (ENTREVISTADA M2).

A construção de uma sociedade e educação emancipatória passa pela compreensão das relações de classe, raça, sexo, dentre outras expressões da questão social. Essas ações podem possibilitar a transformação das relações sociais de sexo a partir da compreensão crítica da construção social em torno dos significados da feminilidade e masculinidade, os quais hierarquizam e reproduzem a dominação masculina.

Outro aspecto que evidencia as contribuições das teorias feministas para o Serviço Social é a particularidade do público usuário, que, também, é predominantemente feminino, e que foi também confirmado no campo de pesquisa pelas/pelos profissionais entrevistada(o)s. A categoria profissional possui um compromisso ético-político pela população usuária, à qual é majoritariamente feminina, e “como desconsiderar, então, as relações de sexo para o entendimento da nossa profissão, do nosso público usuário e de suas demandas? Impossível!” (CISNE, 2015, p. 67) Na entrevista questionou-se quando é necessário chamar algum(a) responsável pelos estudantes, se comparecem mais o público feminino ou o masculino, e os entrevistados responderam que a grande maioria são mulheres.

Nos anos de 1950, os documentos e pesquisas acadêmicas do Serviço Social, determinavam como causas das mazelas sociais “a ausência do colo da mãe”, culpabilizando as mulheres mães. Cisne (2015) questiona se essa concepção foi totalmente superada no exercício da profissão.

“[...] muitas vezes, sem perceber, acabamos reproduzindo essa ideologia dominante sobre a concepção conservadora de família, dos papéis de gênero imputados, aparentemente como naturais, à mulher.” É necessária uma perspectiva crítica e

feminista das e dos profissionais de Serviço Social para não reforçarmos a responsabilização das mulheres e contribuirmos para desresponsabilização do Estado pela reprodução social, o que pode acarretar a “despolitização da questão social, à medida que a moralizamos e responsabilizamos os indivíduos, mais precisamente as mulheres” (CISNE, 2015, p. 65). As entrevistadas M1 e M3 relataram o porquê é realizado na grande maioria o contato com a mãe, e a percepção delas sobre a predominância do comparecimento das mulheres quando a escola precisa chamar algum(a) responsável.

As mães elas estão mais à frente da educação dos filhos sabe, elas é que se preocupam mais. Então, muitas vezes, elas que insistem para os filhos ficarem na escola. Os pais se o filho quiser ficar bem, se não para ele não tem problema, mas a mãe ela insiste mais. E muitos adolescentes aqui que querem embora sabe, e a mãe insiste para eles ficarem até formar. Então eu vejo mais a preocupação disso com as mães, bem claro isso, porque elas passam né pelo Núcleo de Assistência Estudantil que é o NAE, tem o coordenador do NAE, que normalmente ele que atende mais essas mães, principalmente em caso de indisciplina, de algum problema de saúde, alguma questão assim, aí ele que atende, o coordenador, junto com o assistente de alunos e muitas vezes, eu, o psicólogo, a gente fica de apoio ali no atendimento do estudante. E sempre, na maioria das vezes é a mãe que vai. (ENTREVISTADA M1).

[...] ela também assina a questão da matrícula sabe, ela que se coloca como responsável por aqueles estudantes. Nas avaliações também, normalmente, porque a gente pede para dentro do núcleo familiar, colocar o responsável pelo grupo né, a maioria é a mãe, a responsável. [...] quando eles entram na ficha de matrícula coloca o telefone do responsável, aí normalmente tá o telefone na mãe, a gente pede o telefone dos dois, mas aí a pessoa fala assim “não, pode entrar em contato comigo”, aí a gente já deixa separado o telefone lá. (ENTREVISTADA M1).

O que acontece geralmente a gente chama mais... eu vou te falar um pouco mais de moradia, porque são meninos que eu tenho mais contato né. Em geral, quando eles fazem o cadastro, eles já indicam ali para quem a gente pode ligar se acontecer alguma coisa né. Então, primeira coisa, se acontecer alguma coisa grave, por exemplo, que vai precisar mandar levar para o hospital, a gente vai ligar no contato que ele indicou ali no cadastro, em geral é a mãe, grande maioria é a mãe. (ENTREVISTADA M3).

Pelas falas das entrevistadas não se percebeu a responsabilização das mulheres por parte das profissionais, mas sim que relataram o contexto profissional que vivenciam. Evidencia-se essa questão, quando as profissionais sobre esse fenômeno e quando se questiona o porquê chamam mais as mulheres nos contatos da escola e relatam que é a própria família que insere como contato do(a) responsável a mulher, revelando assim, que ainda existe uma construção social no

interior da sociedade e da família como a mãe que possui a responsabilidade pelos cuidados e responsabilidades do(a)s filho(a)s.

6.4 Reprodução da Divisão Sexual do Trabalho, processos de trabalho relações de trabalho no cotidiano profissional da(os) Assistentes Sociais e o contexto da pandemia

Toda(o)s profissionais também relataram que quando cursaram a graduação de Serviço Social a grande maioria eram de mulheres, possuindo poucos homens no curso. H1 e H2 disseram que entraram no curso sem saber que possuía essa marca social de ser majoritariamente feminina.

[...] eu nem cogitava se era uma profissão de mais homens mais mulheres, nem passava por minha cabeça. Na hora que eu entrei na sala que eu levei um susto né, (risos)” gente, só tem três homens aqui, eu mais uns três ou quatro, não sei, na época...eu falei “gente tem uma coisa estranha aqui, não sabe disso não” [risos] aí depois, é lógico que a gente vai entendendo... (ENTREVISTADO H1).

Não, nem tinha imaginado. Eu basicamente descobri na faculdade mesmo, não só na minha turma, mas em todas as turmas a grande maioria era de mulheres que escolheram esse curso para estudar aí ter como forma de trabalho. (ENTREVISTADO H2).

Já M3, diz ter escolhido o curso justamente por saber que tinha essa marca feminina e devido a relação conjugal que estava na época.

Na época eu era casada com outro marido. Aí um pouco que influenciou é que eu pensava assim, porque eu era casada com filho já, eu fui para faculdade um pouco mais velha. Não terminei ensino médio e fui né, fui mãe na adolescência. Então eu tinha aquela coisa também, eu tenho que procurar um curso que tenha menos homens, que não seja tão masculino, porque o marido tinha ciúme e tal, naquela época. (ENTREVISTADA M3).

Percebe-se nessa fala de M3 que a escolha para cursar Serviço Social foi influenciada também pela relação de sexagem do casamento anterior, quando relata que teve que procurar um curso “que não seja tão masculino, porque o marido tinha ciúmes e tal, naquela época” (M3). De acordo com Guillaumin (2014), essas

relações hierarquizadas e desiguais controlam o corpo da mulher e as decisões sobre sua vida, tira-se da mulher a possibilidade de fazer suas escolhas livremente a partir de suas vontades e habilidades.

As expressões particulares das relações de sexagem passam pela relação de apropriação do conjunto do grupo de mulheres e também do corpo material individual de cada mulher. A apropriação social de uma classe, como propriedade material, é uma forma particular das relações sociais (GUILLAUMIN, 2014).

O Serviço Social originou-se como profissão marcada por processo de alienação, antagonismo e contradição, engendradas em um projeto de hegemonia capitalista, atribuindo-se historicamente uma identidade ilusória de servir, e “os destinatários de sua prática na ilusão de que eram servidos, a classe dominante procurava mascarar as reais intenções do sistema capitalista, impedindo que este se tornasse transparente”. (MARTINELLI, 2000, p. 67). Para compreender como a marca histórica da profissão repercute atualmente na atuação dos profissionais, questionou-se às/aos participantes da pesquisa sobre como as pessoas viam a profissão de Serviço Social.

Na verdade, quando eu formei, eu que eu fui trabalhar no interior, gente, eu achei difícil demais (risos). Para mim, era um outro mundo sabe, foi muito difícil. Hoje em dia, eu ainda acho difícil, a nossa profissão eu acho muito difícil, porque, assim, não é claro ainda sabe, o que que faz um assistente social. Na visão principalmente do interior, que eu tenho mais contato, é muita essa questão ainda de ... daquele trabalho quase que voluntário sabe...de que você tem que ser o bonzinho, resolver o problema dos outros, ainda tem essa vida aqui, e que todo mundo sabe fazer o trabalho da gente, a gente não tem uma ...esqueci a palavra agora, não tem uma característica da profissão assim, você não é reconhecido, só você pode fazer aquele trabalho, como outro. (...) todo mundo que intervir porque a gente não sabe, quem sabe são os outros, quem conhece a realidade dos outros... todo mundo assim conheceeu acho que falta esta personalidade [correção: identidade] mesmo na profissão até hoje, a gente não tem essa personalidade [correção: identidade] bem definida sabe de uma profissão [...]. (ENTREVISTADA M1).

As características conferidas historicamente à natureza feminina a profissão Serviço Social, faz parte também da estratégia do capital para controlar e eufemizar os conflitos sociais. A bondade, compaixão, docilidade são atribuídas às mulheres, por meio de uma educação sexista e que reproduz a segregação horizontal, são “úteis” para manipular e alienar a classe trabalhadora, como mecanismos de pacificação,

dos conflitos de classe por intermédio de uma intervenção arcaica moralizante e tuteladora.

Nesse sentido, a *práxis* profissional do Serviço Social passa a não ser valorizada, pelo senso comum, como um trabalho, passa a ser vinculado ao “dom” ou mesmo um papel social feminino. “Esses componentes ideológicos fizeram parte do processo de formação profissional de Serviço Social e correspondiam ao interesse da classe dominante em dar conta das expressões da questão social”, no intuito de controlar e dominar a classe trabalhadora e os conflitos sociais (CISNE, 2015, p. 63; CISNE; SANTOS, 2018, p. 153).

O modo de viver e trabalhar são determinados socialmente, no cotidiano da vida, através da reprodução das relações sociais, que são também interligadas a reprodução da totalidade do processo social, sendo “totalidade concreta em movimento”, em processo de construção e reconstrução, expressando-se em diversas dimensões da vida como no trabalho, na família, no ambiente escolar, na política e na profissão, dentre outros. Nesse sentido, a profissão deve ser analisada, tanto como realidade vivida pelos sujeitos profissionais que expressam o discurso teórico-metodológico da profissão através da sua consciência e também “como uma atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à *práxis* profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade de seus agentes individuais”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 74).

Eu percebo assim a questão de status né, se falar que é Assistente Social, o fato de ser aparentemente jovem, tô botando minha idade lá para baixo agora[risos], as pessoas...não sei... eu tenho comigo que as pessoas sempre esperam outra coisa né, eu lembro muito bem quando eu fiz uma disciplina que era cidadania, direitos e espaço sociopolíticos acho que era isso, e essa disciplina era opcional para o serviço social mas era obrigatória para engenharia [...] e quem dava a disciplina era professora de serviço social na Escola de Serviço Social. Era obrigatório para a engenharia [...], eu cheguei a fazer essa disciplina e a professora ficou o semestre inteiro achando que eu era da engenharia [...], mesmo eu estando junto com o pessoal do serviço social, fazendo umas perguntas, às vezes, um pouco diferenciadas e tal e ela encasquetou de que eu era realmente da Engenharia [...]. E geralmente quando as pessoas falam, acham que sou da área de t.i. , comentam alguma coisa né, não imaginam realmente que sou um assistente social com a minha aparência e assim eu noto é isso, que é uma quebra de expectativa né, a pessoa não espera, imaginava outra coisa, e de repente é assistente social né, enfim, aí algumas pessoas falam “ai que bonitinho” “ai que legal” [risos], sei lá né, as vezes solta uma coisa mais

preconceituosa né, sei lá né, se distribui sopa como é que é isso, quando solta essas coisas. (ENTREVISTADO H1).

O relato do entrevistado demonstra os estereótipos sociais e os estigmas que a profissão de Serviço Social sofre. O Serviço Social por ser considerado socialmente uma profissão feminina e do cuidado, conseqüentemente, sofremos com o desprestígio social e os baixos salários, assim como outras profissões que também foram atribuídas características similares, incumbindo a carga de subalternidade social das mulheres, corrobora-se essa construção social no campo de pesquisa a partir da fala do entrevistado H1.

É a questão do profissional de cuidado isso é um ponto, acho que a ideia dos profissionais do cuidado praticamente, as profissionais do cuidado melhor dizendo, é muito feminina mesmo assim, do cuidado, da visão da sociedade, uma construção histórica né. A enfermagem, por exemplo, técnico de enfermagem, assistente social, também se for para o lado da estética, considerando um certo cuidado também acontece. Então isso é um ponto, outro ponto que pesa muito é a questão das visões, que se tem né, da construção do gênero masculino e feminino, é a visão que se tem, por exemplo, da remuneração do Assistente Social, nessa construção a gente percebe que muitas mulheres, na verdade, assim... é o inverso né, os homens eles acabam procurando de modo geral, profissões melhor remuneradas. A média da remuneração do Serviço Social ela é muito baixa. E como acontece, por exemplo, é comum de se ver, eu não sei se intencional, mas é comum de se ver, por exemplo, professoras da Educação Básica do estado, dos Municípios também são mulheres, a maior parte é mulher e na verdade a gente percebe uma certa complementação da renda, eu não tô falando que algo intencional, com certeza as mulheres gostariam de ser melhores remuneradas, muitas são realmente principal renda da família, mas nota que não é uma preocupação principal. Talvez uma realização profissional pega mais na hora de decidir. Muitas mulheres às vezes, sei lá, dona de casa ou resolve fazer uma graduação ou resolve tem uma profissão por uma questão para melhorar a qualidade de vida da família, mas a gente percebe que não é, não tem uma pretensão de substituir talvez o arrimo da família ali né, é uma espécie de complementação... não quero ser mal interpretado, não estou falando que as mulheres não querem bons salários, não é isso. Mas numa comparação do que o homem espera de uma profissão e do que com uma mulher espera dessas mesmas profissões, a gente percebe-se a diferença né. Geralmente os homens eles procuram profissões que tem um talvez mais status, maior remuneração, mais sólida e as mulheres, têm uma construção social né, boa parte das mulheres né, tem uma construção social de não ter esse mesmo tipo de preocupação que muitos homens acabaram sendo educados dessa forma e as mulheres acabaram sendo educadas de outra. Então não tem essa mesma situação. É claro que, nós estamos falando de várias gerações né, tem muita gente do serviço social e assim as vezes a explicação também tem a ver com essas gerações né, as gerações mais jovens podem ter visões mais diferentes das gerações anteriores, mas tem um pouco disso né, é o reflexo da sociedade nesse sentido né. (ENTREVISTADO H1).

O Serviço Social passa por um movimento de desprofissionalização, não é considerado pelo senso comum como trabalho técnico especializado, marca comum em profissões consideradas de mulheres, desconsidera a relevância profissional e a sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, mas sim “uma atividade desenvolvida pelos atributos e qualidades consideradas naturalmente femininos”. (CISNE, 2015, p. 63).

A característica de predominância feminina na profissão foi socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho ao responsabilizar às mulheres, por meio de uma cultura e educação sexista, pela reprodução da força de trabalho, através de atividades remuneradas e não remuneradas, ligadas ao “cuidado”, ao trabalho doméstico e as extensivas a ele. Naturalizava o que é “papel da mulher” e “papel do homem”. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151).

As mulheres ao resistirem às determinações sociais da divisão sexual do trabalho, passam por diversos preconceitos e obstáculos, principalmente quando exercem profissões consideradas masculinas. Os homens também sofrem preconceitos em profissões vistas como femininas, porém, mesmo nessas profissões, os homens ainda são prioridades nos espaços de chefias de setores e representações políticas. (CISNE, 2015, p. 62). O entrevistado H1 participa de espaços sindicais e relata algumas vivências sobre as relações sociais de sexo e o envolvimento de assistentes sociais nesse ambiente.

[...] eu vou falar no da situação atual tá. Atualmente tem quatro homens e quatro mulheres. Mas por que disso, porque no Regimento, isso na Direção Nacional, no congresso estatuinte que aconteceu, foi deliberado que todas as direções de todas as seções sindicais deveriam ter paridade, 50% e 50%, então isso contou, evidentemente, para incentivar a participação. Porque se deixar naturalmente, vamos dizer assim né, não é natural isso, mas se deixar assim livre, sem uma exigência inicial, realmente acabava tendo uma certa dominação masculina né, então é dessa forma a gente tem um equilíbrio de fato né. Salvo engano, os 4 ou 5 anos atrás, mais ou menos. Tinha, só que a paridade era um pouco diferente, não sei se era 20 ou 30%, uma coisa assim. E aí dificilmente chegava aos 50% né, acabava ficando ali naquela faixa mínima mesmo, e isso principalmente falando de um modo geral né. No caso [da instituição pesquisada] a gente tem uma certa tradição feminina, mas, curiosamente, até do Serviço Social né. Já teve uma chapa, por exemplo, que tinha quatro assistentes sociais a chapa e eram dois homens e duas mulheres. Então, chegou uma fase que teve tivemos quatro né mas a gente percebe que há uma certa predisposição mesmo. Assim, é uma categoria mais atuante nesse ponto né de Sindicato,

antenada. Por exemplo, tem uma colega nossa, ela não teve nenhum envolvimento oficial com o sindicato, mas ela sempre procurou saber, sempre tava envolvida, então acontece isso também, então tem uma certa característica assim de organização né, seja do lado da própria profissão, às vezes buscando né, as mulheres no caso. (...) então a gente para percebe que uma categoria, por exemplo, em relação à greve dificilmente fura uma greve, geralmente quando se tem há uma adesão geral e também participação em atos, percebo isso também. (ENTREVISTADO H1).

H1 considera que os(as) profissionais de Serviço Social possuem, em comparações com outras profissões na instituição pesquisada, uma participação política mais efetiva, isso pode ser fundamentado pela trajetória sócio-histórica do projeto profissional da categoria que assume o compromisso ético-político com a classe trabalhadora e na defesa dos direitos e liberdades.

A dimensão política do projeto profissional do Serviço Social afirma nitidamente seu compromisso com a autonomia, “emancipação” e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, destacando a defesa de projetos societários que buscam a construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de opressão, exploração e dominação. Esse objetivo só será potencializado pela articulação “com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores”. (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

A ação coletiva sindical é um instrumento político fundamental para promover reflexões sobre as relações de poder no campo político e também discutir sobre os mecanismos de opressão de gênero e as possibilidades de resistência e transformação na esfera produtiva. Para compreendermos melhor como as relações sociais se concretizam nessas práticas sociais, não somente através do âmbito individual, mas também coletivo, questionou-se ao entrevistado H1 se ele percebe alguma diferenciação nas relações entre homens e mulheres no ambiente sindical.

Olha, o ambiente sindical é um ambiente complicado né, é um espaço que pode ter avanços, novidades, iniciativas, em relação do diálogo para a sociedade, em relação a essas questões. Mas, principalmente as mulheres militantes, elas muitas vezes fazem denúncias políticas nos espaços sobre alguma situação de machismo. Às vezes mesmo sem fazer a denúncia, a gente percebe uma certa... um sentimento muito negativo né, por alguma fala mais grosseira, de imposição, feito por algum homem. Então tem algumas questões né... é um ambiente assim, vamos dizer, em tese, é um ambiente hostil sim, por conta de posicionamentos políticos, de falas enérgicas, mas a gente sabe que quando essa fala ela é feita com muita

emoção né, acaba parecendo certas expressões e questões relacionadas a mesma a reprodução né, a opressão de gênero e... e... e aí acaba reverberando de uma forma muito mais pesada né. Então, assim, a gente percebe uma luta de ganho de espaço das mulheres, que aquelas que desejam participar no movimento sindical elas, estão sempre em luta buscando esse espaço interno e sendo, de certa forma... é uma ação muito árdua né. De modo geral, para as mulheres acaba que elas sempre estão relatando é que tão cansada de falar as mesmas coisas, que sempre acontece alguma situação repetida. Por exemplo, não se deixa falar né, às vezes numa fala e interrompe, ou então não se tem a mesma atenção... enfim esses tipos de ações são recorrentes. Não fala assim de uma pessoa específica para outra pessoa específica, mas no meio Sindical, de modo geral, acaba acontecendo muito isso né gente vai vendo essa situação. E é lógico que... é... por exemplo, eu não tive essa denúncia em relação a mim né, mas em uma situação dessa a gente reflete, claro né, porque se está passando por vários e vários momentos, e começa a reparar mesmo né, você fala “nossa essa pessoa tá... a menina ou a mulher, tá sempre reclamando que ela tá sendo interrompida né”, aí você começa a ter uma vigilância maior. “Será que eu interrompo mais mulheres do que homens? ”, eu não sei se eu faço isso, mas eu tento evitar. (...) não falo que eu sou perfeito né, mas eu acho que por eu ter tido a experiência de observar isso muito, acaba que eu vou tendo um cuidado maior nisso também né, se eu vou percebendo que é necessária uma reflexão mesmo sobre isso tudo. (ENTREVISTADO H1).

“As relações de exploração secretam violência; esta violência pode ser parcialmente reinvestida pelos homens no próprio interior do universo de trabalho através das lutas – individuais e/ou coletivas” (KERGOAT, 2018, p. 123). A descoberta da mulher como parte de um grupo pode possibilitar a formação de consciência coletiva, e “o ‘eu’ pode começar a se apoiar sobre o ‘nós’ e o coletivo no indivíduo”. Essa identificação com o coletivo pode auxiliar do combate as relações de exploração no mundo do trabalho e também nas relações sociais de sexo. “A simultaneidade da luta contra a exploração e a opressão, quanto a luta pela expressão positiva do eu e do nós são necessidades incontornáveis para a própria sobrevivência desta luta”. (KERGOAT, 2018, p. 125-126)

As formas de opressão e exploração refletem também na construção coletiva das organizações de trabalhadoras e trabalhadores. Apesar de ter tido avanços nas lutas feministas, o caminho ainda é longo para a superação das desigualdades de gênero. Nenhuma das entrevistadas mulheres relataram participar das lutas sindicais, não sendo possível trazer essa vivência e o olhar feminino nesse espaço no campo de pesquisa. Porém, apesar de entender que a compreensão da totalidade desse fenômeno não poderá se efetivar sem a voz das próprias mulheres, considerou-se importante trazer a percepção através de um sujeito social homem, para abarcamos

algumas faces dessa prática social. H1 trouxe os desafios ainda vivenciados por muitas mulheres no campo da luta política que precisam ser transpostos. No entanto, identifica-se também na sua fala o entendimento, *a priori*, do seu lugar de poder e privilégio nesse espaço político e uma certa sensibilidade para a existência do problema e de se refletir sobre as atitudes que possam intensificar a opressão das mulheres nas relações de trabalho e nas lutas sindicais.

Para problematizar e qualificar a participação das mulheres na profissão de Serviço Social, foi averiguado a participação da(o)s profissionais em cargos de gestão. A entrevistada M1 e os entrevistados H1 e H2 não tiveram experiência em cargos de gestão e H1 e M1 justificaram que até o momento não possuíam interesse em assumir por diferentes motivos que serão explanados a frente, H2 disse que poderia ser uma possibilidade, caso houvesse o convite.

Não tenho interesse, eu acho, é... apesar de que, eu já falei que eu pretendo dá uma recuada na questão sindical, mas é uma recuada justamente para ter mais tempo em relação aos estudos e de certa forma também ajuda nessa questão da família sabe, por que atividade sindical ... eu vou te contar um negócio, precisa às vezes viajar essas coisas e é ruim né, nessa questão da sobrecarga né. Ela [esposa] fica mais sobrecarregada, eu aviso com antecedência, procuro dar uma diminuída no impacto, fazer algumas coisas a mais, antes de viajar e tal, mas a gente sabe que acaba sendo muito pouco isso, diante de ter uma tarefa de cuidar sozinho de uma criança. Enfim, mas assim a questão também envolve a questão de estudo e o motivo também é justamente mais por causa da minha pegada mais sindical. (ENTREVISTADO H1).

Olha, eu não tenho interesse, e nem desinteresse... eu vou trabalhando, agregando conhecimento... se no momento qualquer houver um convite e eu me senti com conhecimento suficiente a respeito da situação, eu aceitaria numa boa, mas ficaria muito feliz também continuar da mesma forma se o convite não existisse. Não é aquela coisa que é o meu desejo de projeto de vida, mas eu não fujo disso também [...]. Eu sei que existem muitos conflitos com a chefia, com direção e se eu considerasse que houvesse possibilidade de não permitir tem que trabalhar da maneira que eu considerasse que deveria trabalhar, aí seria um entrave vindo de terceiros, sim. Eu basicamente para coordenar, para chefiar, para dirigir, eu entendo que deveria seguir certa direção, e se essa direção não fosse permitida pelo sistema de trabalho, ou pela chefia simplesmente por um desejo politiqueiro ou pessoal eu também sairia fora, eu não continuaria. Se fosse uma questão simplesmente de que...se considerassem que o meu jeito não era correto, não ia dar certo e virem expor para mim, eu ia considerar, iria avaliar e entender que era uma questão mais para o bom desenvolvimento do trabalho, mas se fosse da forma que eu falei anteriormente, se fosse uma questão apenas politiquera ou pessoal, eu também fugiria. Eu não, eu não consigo trabalhar com esse tipo de situação não. (ENTREVISTADO H2).

Eu nunca quis. Eu já até fui chamada principalmente para esse [setor que trabalha atualmente] sabe, não que eu fosse chamada assim, não me

ofereceram um cargo não, mas me perguntaram se eu tinha interesse... aí eu falei que não, aí eles passaram para outra pessoa. (...) até hoje eu não tive interesse não, eu acho assim, salário que a gente tem, ah, o que a gente ganha a mais você vive bem com ele, mas você vive bem também com salário que você tem normalmente, essa questão só de acumular salário, eu acho que não é ...não é tão importante assim para sua qualidade de vida não sabe, você tem que viver com o que tem normalmente. Eu não tenho essa ambição de querer ser rica, de querer ter mais dinheiro, de querer ter um poder aquisitivo maior não, para mim tá tranquilo assim...(...). Aí eu procuro fazer o meu trabalho, que é de atribuição minha, de competência minha também né, e dentro do que eu faço, fazer bem feito, mas não ficar querendo me promover... Eu acho que é muito questão de status também que as pessoas têm de ser alguém dentro daquela instituição sabe, ter o nome de coordenador, como diretor, não quero isso para mim não. (ENTREVISTADA M1).

O não interesse de H1 de assumir cargo de gestão está relacionado a priorizar no momento os estudos, por ter uma perspectiva mais sindical e também devido às demandas de cuidados com o filho. A fala de H1 retrata também a esfera reprodutiva das atividades de cuidado sendo uns dos obstáculos para se pensar na possibilidade de progressão vertical na esfera produtiva. H2 demonstra uma disponibilidade se houvesse o convite de assumir algum cargo ou função de gestão e também se houvesse uma autonomia técnica e política nas decisões. M1 ressalta seu desinteresse em assumir um cargo de gestão por não ter essa “ambição” e estar satisfeita na situação profissional atual que se encontra.

Para uma análise mais apurada referente em como se organiza e se estrutura as oportunidades e possíveis impedimentos na ascensão profissional, em função do gênero nessa estrutura institucional pesquisada, é necessário uma investigação mais aprofundada que nessa pesquisa não será possível abarcar, mas optou-se em abordar alguns fatos e observações para auxiliar com pesquisas futuras sobre o tema. As profissionais M2 e M3 foram as únicas da(o)s entrevistadas que tiveram experiências em cargos de gestão. M2 assumiu um cargo de gestão no trabalho anterior e M3 atualmente é chefe do setor em que trabalha.

Foi uma das maiores experiências, melhores e piores experiências da minha vida, melhor porque eu aprendi muito, muita coisa que eu criticava enquanto técnica, eu só fui entender quando eu estava na gestão. Entendi como que funciona, aí eu vi que não era bem do jeito que eu pensava, e ao mesmo tempo eu falo que foi uma das piores porque como eu estava no município pequeno, a perseguição política era muita e aí eu tive dificuldade de lidar com isso, porque o meu cargo apesar de ser político, eu não estava lá por política, estava lá por competência técnica, eu fui convidada porque eu tinha competência técnica, eu não era um cargo político, eu não era uma pessoa

que participou da campanha... então quando vinha as perseguições políticas isso me incomodava demais, demais... eu dei graças a Deus que eu sair antes de ter o período eleitoral. Eu acho que eu não ia dar conta do período eleitoral. Mas agregou muito para mim, sabe, foi muito bom, eu saí de lá outra pessoa. (ENTREVISTADA M2).

M2 fala dos desafios em ser gestora em município pequeno devido as relações políticas existentes. Questionou-se se ela percebia algum tratamento diferente por ser mulher:

Eu não sei, a questão de ser mulher não, até porque no município onde eu estava na gestão, a gente tinha uma prefeita ela era mulher, então a gente...eles já tinham essa experiência com a figura feminina ocupando espaços de gestão, eu tive mais preconceito pela idade, que achavam que eu era nova demais para ocupar aquele cargo. Então eu tinha servidores que eram submetidos a mim, que me faltavam com respeito, que tentavam fazer coisas do jeito que queriam, não respeitavam a minha orientação por eu ser mais nova que eles, por eles serem concursados e eu ser um cargo em comissão. Então na gestão lá por ser mulher por ser mulher eu não lembro de ter passado por nenhuma situação dessa não. (ENTREVISTADA M2).

M2 relata que não percebia, no município que atuava como gestora, nenhuma diferenciação de tratamento em relação ao seu gênero. A entrevistada acredita que, devido a gestão municipal ser ocupada por uma chefe do executivo mulher, as/os servidores/servidoras já possuíam experiências “da figura feminina ocupando espaços de gestão”, mas que sentia um preconceito geracional. Diferente de M3 que relata que percebia essa diferença de gênero por ser uma gestora mulher.

Estou aqui fechada dentro do quarto e menino tá correndo ali de fora, e é assim. São demandas que um homem não teria né?! São demandas que um homem não teria. Vamos dizer assim, eu tenho que... eu tenho que fazer tudo, eu tenho que ser boa em tudo, eu tenho que dar conta de tudo. (ENTREVISTADA M3).

Em relação as questões ascensão/ progressão vertical na carreira profissional nas relações sociais de sexo, Lima (2013) traz o conceito de teto de vidro. Esse conceito, a partir da década de 80, foi metaforicamente utilizado para retratar o obstáculo invisível, mas concreto, que priva as mulheres de ascenderem profissionalmente na hierarquia organizacional, mediante dois aspectos: a

cristalinidade do vidro, a não existência de barreiras formais/legais que impossibilitem ou dificultam a participação de mulheres em cargos e posições de poder; e a posição do teto, que simboliza o bloqueio para ascensão das mulheres, o teto de vidro mesmo que seja transparente é forte o necessário para impedir avanços na carreira devido a seu gênero (LIMA, 2013, p. 885; STEIL, 1997).

Referente as relações entre os profissionais que trabalham no setor com as/os profissionais de Serviço Social; H2, M1, M2 e M3 disseram não perceberem nenhuma diferenciação por parte de seus pares referente às relações de gênero. H1 disse que percebe uma diferenciação da forma que são consideradas as flexibilizações e acolhimento no trabalho em relação a necessidade de resolução de demandas externas de atividades reprodutivas como a de cuidado.

Há uma compreensão progressista predominante no meio de trabalho de que as mulheres [colegas] de fato precisam de maiores flexibilizações ou tenham mais peso em relação às suas solicitações de horários, por exemplo. Isto faz com que eu encontre uma dificuldade a mais de apresentar propostas de horários, baseado em minhas funções familiares. Parte-se do pressuposto de que eu [homem] sou e devo ser mais solícito ao trabalho ou que meu trabalho familiar não seja tão importante quanto da minha esposa. Enfim, considera-se a minha pessoa e compreensões sobre minha pessoa e não o contexto geral. [...] geralmente, por exemplo, se espera mais que as mulheres peçam licença para cuidar da saúde do filho mas não se espera talvez que o pai possa fazer isso também, levar o filho no médico. [...]. Então, nesse ponto que existe uma questão de gênero, também, no sentido de que o homem ele precisa ser mais solícito para trabalho e a mulher se compreende mais que ela se afaste mais em função das questões da família. [...] e realmente a demanda é grande né para as mulheres servidoras, existe uma demanda maior inegavelmente, mas, ao mesmo tempo, pode acabar que isso acaba apagando né, um pouco uma possibilidade, que...incipiente né, a verdade é essa, mas na possibilidade de muitos homens também fazerem seus acompanhamentos e isso sempre ser de certa forma levado numa boa né. Então tem um pouco disso sim, eu noto uma certa tendência mais para o lado feminino das servidoras, mas que eu compreendo também, eu acho que tem uma característica política nisso também, afinal de contas é uma busca de espaço mesmo. As mulheres têm essa luta cotidiana muito forte, uma vida muito mais pesada em relação as tarefas, de vida doméstica, trabalhos domésticos, de familiares, é muito mais atividade mesmo.

[...] eu sinto, eu sinto, por exemplo, até mesmo com chefias, tanto atuais quanto anteriores, parece que esperam não as mesmas demandas né, flui muito fácil uma mulher falar assim “olha eu vou acompanhar minha filha amanhã, que hoje que ela tá com febre” e tudo mais, mas parece que quando o homem vai falar isso, e aí é aquela coisa da relação mesmo histórica, [...], então eu vou falar “eu vou levar [nome do filho] lá, que ele tá com febre tudo mais...” parece ... soa assim como, acho que.. “Por quê? Não tem uma outra pessoa? ” Às vezes fica nisso, “não tem outra pessoa para poder levar lá? ” Falando assim mais diretamente “a esposa não pode levar? ”. (ENTREVISTADO H1).

De acordo com Bruschini e Ricoldi (2012), apesar de que vem acontecendo atualmente uma maior dedicação dos homens à família e aos filhos, as instituições e sociedade ainda não se sensibilizaram e prepararam para essa transformação, e a criação de estratégias de conciliação do trabalho com a família para os homens e mulheres. Dessa forma, é necessário que as instituições e seus profissionais percebam as modificações nas dinâmicas do trabalho produtivo e reprodutivo e nas relações entre os sexos e repensem as políticas e ações destinadas para a(o)s trabalhadoras/res com responsabilidades familiares, de modo geral e não somente “mãe trabalhadora”.

O trabalho reprodutivo se refere aos mecanismos de subsistência que o trabalhador e a trabalhadora requer para prover a (re)produção da sua força de trabalho e das condições de vida de seus dependentes, como as atividades domésticas, atividades de cuidado, saúde, alimentação, dentre outros.

Existem duas dimensões que dizem respeito ao processo de (re)produção da força de trabalho. “Por um lado, o processo de (re)produção da força de trabalho está relacionado à reprodução das forças de trabalho já existentes. Por outro lado, está relacionado também à produção de novas forças de trabalho.” Nesse sentido, o valor da força de trabalho se inclui também o valor das mercadorias demandadas à manutenção das condições de vida das filhas e filhos das trabalhadoras e trabalhadores, que serão as futuras forças de trabalho (SOUZA, 2020, p. 43-44). Assim, compreende-se que o processo de reprodução da força de trabalho está relacionado tanto ao trabalho indispensável para a produção das condições de vida do(a)s atuais portadore(a)s da força de trabalho quanto as futuras forças de trabalho que sucederão as que serão retiradas (SOUZA, 2020).

É na destinação “automática” que ocorre nas relações sociais, de se vincular o trabalho reprodutivo como trabalho da mulher, reforça a divisão social do trabalho por sexo e naturaliza um processo que é social e histórico, reforçando a opressão de gênero. As tarefas de manutenção física são também delegadas de forma remunerada – que também é realizado quase que exclusivamente por mulheres. De acordo com Guillaumin (2014) se comparar o número de horas remuneradas e não

remuneradas, destinadas a essas tarefas que são, na grande maioria dos casos, realizadas fora do âmbito salarial.

A sociedade reproduz historicamente a naturalização deste processo, reforçando a responsabilidade do âmbito doméstico a mulher devido a sua capacidade de ser mãe, como se fosse natural que a mulher se destine aos afazeres domésticos e o cuidado e a socialização do(a)s filho(a)s, como extensiva naturalização sua capacidade de gerar e dar à luz. Esta construção social dificulta distinguir a “natureza daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais”, pois em diferentes culturas e tempos históricos houve uma diversidade de costumes e papéis sociais destinados aos homens e mulheres. “A identidade social é, portanto, socialmente construída”. (SAFFIOTI; BONGIOVANI, 1997, p. 10-11). A(o)s participantes da pesquisa trouxeram algumas falas que apresentam essa naturalização de papéis.

[...] eu acho que a mulher é mais atenta para algumas questões que o homem deixa passar, talvez mais alerta assim, não sei...é uma questão que demanda da nossa profissão e aí às vezes alguns homens ... eles deixam passar mesmo...não se atentam para essas questões. [...]. Eu acho que mulher consegue fazer mais coisa, consegue dar mais agilidade em alguns processos, os homens retardam um pouco...é mais nesse sentido assim. Ah acho que é por uma questão de personalidade mesmo, de jeito de ser mesmo, não é nem uma questão particular mesmo, vou até dizer que acho que é funcionamento do cérebro mesmo, sei lá...Eu acho que a mulher é mais agitada, sei lá. (ENTREVISTADA M2).

Mulher tem umas características, que é um pró e contra ao mesmo tempo, que gosta de resolver muita coisa ao mesmo tempo, é muito proativa, eu acredito que a mulher bem mais. Homem trabalha por etapas. Ou seja, a mulher consegue se envolver com muito mais coisas ao mesmo tempo. Só que eu acredito que isso pode atrapalhar a mulher, no sentido de ter foco e trabalhar, assim poderia trabalhar melhor com a situação se ela tivesse foco naquilo, naquele momento e se a cabeça dela não tivesse preocupada com várias outras situações que ela tá envolvida. Já o homem, ele tem essas etapas, ele foca em um aqui e quando acaba essa, esse serviço, pula para outro. Só que assim, ao contrário da mulher, o homem pode achar um equilíbrio melhor nessa situação também, no sentido de se envolver com mais situações, mas buscando esse equilíbrio, para não perder o foco, para ele conseguir trabalhar direito em todas as situações que ele tá envolvido. É a característica específica, penso eu, como regra feminina, esse caso de se envolver com várias situações, independente se é na profissão, se é na vida particular, em casa, independente qual seja, a mulher gosta de se envolver com muita coisa ao mesmo tempo e homem tem uma necessidade de cumprir etapas, isso como regra, existem as exceções, é lógico. (ENTREVISTADO H2).

A fala do entrevistado H1 levanta algumas questões importantes de serem discutidas, como essa “característica intrínseca da mulher” de lidar com várias questões ao mesmo tempo e o homem de trabalhar por etapas. “A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”. (SAFFIOTI; BONGIOVANI, 1997, p. 8). Um fato interessante que ocorreu durante a entrevista, foi ao perguntar o entrevistado H2 se ele acreditava que essas características distintas entre homens e mulheres era natural ou uma construção social.

É uma característica mesmo que é assim da mulher...eu nunca pensei sobre isso... mas realmente eu acho que tenho uma tendência de acreditar que a mulher já nasce com isso e o homem também já nasce com aquela característica dele, eu tenho essa tendência de acreditar nisso. Ser construído...talvez poderia ser naquele, no sentido de que... nesta fase em que homens saíam para trabalhar fora, e mulheres trabalhavam em casa... e ficaria como se a mulher não fizesse nada e somente o homem trabalhasse, só que a mulher abarcava um monte de várias outras situações que o homem não se julgava sua responsabilidade, porque ele já saía para trabalhar fora talvez, essa característica da mulher tenha sido construída nesse contexto. Eu estou pensando nisso agora, nunca tinha pensado nisso não. (ENTREVISTADO H1).

No início da sua fala, H2 trouxe a crença na naturalização desses atributos, externando que nunca havia pensado a respeito e ao longo da conversa iniciou um processo de reflexão sobre a possibilidade de ser construído socialmente. Nota-se que as regras sociais estão tão imbricadas no cotidiano e nos costumes que muitas vezes são reproduzidas automaticamente e mascaram a realidade, por isso, é necessário sempre questionar e refletir sobre as relações sociais, sobretudo, as de sexo, raça e classe. O processo de transformação de uma consciência crítica passa pela interiorização das relações vividas na sociedade por cada indivíduo através de sua superação particular, deslocam-se de certas visões de mundo para outras e a partir de certas manifestações particulares pode-se construir uma consciência coletiva crítica (IASI, 2007).

Perguntou-se as/aos entrevistad(a)os sobre as divisões das tarefas domésticas em seu domicílio. As entrevistadas M1 e M2 relatam que como moram sozinhas, as tarefas domésticas não representam uma sobrecarga que interferem em seu cotidiano profissional, M1 disse que esporadicamente contrata uma diarista para

realizar essas tarefas. Porém, elas pontuam que sofrem ou já sofreram situações de preconceitos por morarem sozinhas e não terem filhos.

[...] eu fui conversar com uma amiga minha, lá do Campus, e ela falou que ela vive também sozinha, ela mora sozinha é solteira não tem filho sabe. Um dia eu conversando com ela falei assim “nossa o pessoal aqui da cidade acha um absurdo sabe”, quando cheguei me perguntaram assim, “Oi, tá tudo bem?” “E aí você mora aqui?” “Você mora aonde?” “Aí eu falo onde que eu moro tudo né, aí eles vão conversando daí a pouco eles perguntam “você é casada?” “Não” “e você mora sozinha?” “moro”, “mas você tem namorado né?” “você tem filho?” “não”, “Você não tem filho?” [ênfase]. Então, assim, eles acham absurdo uma mulher morar sozinha, solteira, já meia idade né e não ter filhos. Eles acham que todo mundo tem que ter filho, você tem que ser pelo menos separada de alguém sabe, o preconceito é muito grande em relação a você ser solteira sem filhos. É engraçado né.... Aí eu conversando com uma amiga minha que tem a mesma situação que eu, aí ela falou que chegou aqui, que eles fizeram as mesmas perguntas para ela. [...]. Todo mundo que te conhece pergunta, “mas não tem filho?” Isso é como se a gente fosse... eu tava conversando com essa menina e tem outra também, estão na mesma situação agora, e ela falando que ela se sente um ET [risos]. Nossa é a mesma coisa também (risos) eu me sinto um ET...de não ter filhos. Para eles a mulher que não tem filhos é como se fosse um... nada sabe. [...]. Mas é engraçado, uma pressão muito grande sabe, tem que ter filho, tem que ser mãe. [...]. Então hoje em dia, essa pergunta não é muito pertinente não, mas antes era em todo lugar que eu ia, eles perguntavam, [...], como se a mulher só tivesse valor se ela tivesse filhos né, se não é aquela árvore seca lá da Bíblia [risos]. Entrevistada M1

Eu já percebi situações principalmente quando eu mudei para casa sozinha e eu vivenciei situações de preconceito por eu ser mulher. Uma pessoa ficou espantada por eu instalar um chuveiro, a pessoa ficou espantada porque eu dirijo na BR, então algumas situações assim eu já vivenciei.... Não no espaço de trabalho, mas fora dele. Um exemplo responde que eu tive, quando eu mudei para cá e eu fiz a instalação do chuveiro na minha casa e um dia eu tava com problema no encanamento e eu chamei o dono da casa para ir lá olhar, e ele ficou assustado[ênfase] porque eu tinha instalado o chuveiro. E ele chegou a verbalizar tipo assim “foi você que instalou?” Ele me perguntou três vezes se era eu que tinha instalado. Eu falei que sim, e ele falou assim “é menina, até que pra ...” aí ele calou a boca, “até que você sabe fazer direitinho” ele falou assim “até que pra...” parou, pensou “até que você sabe fazer direitinho” então para mim ficou implícito que o que ele quis dizer que “até pra uma mulher, até que você fez o direitinho”, para mim ficou muito claro. [...]. Eu já fui casada né. E quando eu mudei para cá eu estava casada e eu acho que a figura masculina na minha casa fez diferença na vizinhança. E agora que ele não está, eu sinto que... dá uma impressão de uma desproteção diante da vizinhança, o que eu sinto, diante da vizinhança, é a sensação que eu tenho de fragilidade, às vezes, como se eu precisasse ter uma figura masculina para poder me estabelecer, para poder ser quem eu sou...e não é assim, para mim eu não tenho problema nenhum com isso, nunca tive, até porque eu fui criada só eu e minha mãe, então não é um problema. Mas eu percebo que na sociedade, ao meu redor ali, isso faz diferença. (ENTREVISTADA M2).

Diferencia-se três elementos na ideologia naturalista: o primeiro corresponde ao “estatuto de coisa, que exprime as relações sociais de fato; os apropriados, sendo

propriedades naturais, são elementos materializados no próprio pensamento”; o segundo se refere ao que se nomeia pensamento de ordem, “sendo as coisas como elas são, isto é, alguns grupos (ou um grupo) apropriando-se de outros (ou de um outro), isso faz funcionar corretamente o mundo”, necessitando, dessa forma, que as coisas continuem como sempre estiveram para impedir que aconteça uma “desordem e a ruína dos valores verdadeiros e das prioridades eternas”. O terceiro elemento, assevera que o estatuto de um grupo social é planejado a partir do interior da matéria viva, a ideia de “determinismo endógeno”, “um ‘natural’ programado a partir do interior: o instinto, o sangue, a química, o corpo etc. não de um único indivíduo, mas de uma classe em seu conjunto, da qual cada indivíduo é tão-somente um fragmento”. Assim, foi construída a concepção de que as práticas sociais de um grupo social, de uma classe, são “naturais”, que são desagregadas das relações sociais, que elas preexistem em qualquer momento histórico, independentes das situações concretas determinadas (GUILLAUMIN, 2014, p. 73).

Nessa perspectiva, que se percebe na fala das entrevistadas M1 e M2 que a sociedade ao considerar que algumas mulheres não estão dentro do que se considera a “ordem natural” que a mulher “deve” seguir, existe ali um “desajuste social”, a “ruína dos valores” determinados.

Em relação a divisão de tarefas, H1 relata que há divisões entre ele e sua esposa e que nessa divisão a sua esposa faz as tarefas domésticas, organização da casa, e ele fica com o cuidado com o filho e as compras de supermercado.

A gente conta também com uma diarista, para uma parte mais... o grosso assim, na questão da limpeza e organização, mas assim uma coisinha ou outra, cozinha assim, limpar a cozinha eu faço à noite, quando dá também né, quando não dá, ninguém faz. [risos] Aí fica aí um rolo danado aí né [risos] o que acontece é o seguinte ela fica mais à vontade por exemplo de fazer coisas domésticas e eu vou ficar mais com [nome do filho], então mais ou menos assim. [...] então eu fico com [nome do filho] e aí eu tento conciliar essa questão de ir no Supermercado, aí eu faço a compra e tal. Enfim, então tem essa questão também, mas no ponto de vista das tarefas de casa, de organização da casa ela acaba ficando com mais. Mas essa questão da organização, pelo menos, vamos dizer assim, não da quantidade né, mas do ponto de vista da função que estabelecida é basicamente... é tranquilo essa situação de eu ficar mais com [nome do filho] e ela ficar mais com a casa nessas questões né. (ENTREVISTADO H1).

Sobre os cuidados com o filho, foi perguntado a H1 como era organizado esse cuidado.

[...] em relação a preparar o lanche da escola... O lanche da escola ela faz também sabe, (...) ela organiza essa parte, é...essa questão de levar e buscar o filho, a gente meio que tem vez ... muitas vezes na pandemia eu levei e busquei, mas muitas vezes já não dava para conciliar com outra atividade, aí um leva e o outro busca...mas assim...normalmente foi algo mais equilibrado. Mas ela acaba fazendo de fato... de colocar o uniforme ... para levar para dormir.... eu até já falei para ela...assim já é uma questão de gosto mesmo né...oh eu falo para ela “oh, deixa eu levar e tal...” aí ela prefere levar para dormir, aí acaba fazendo um ritualzinho e tal né.. e há um momento como eu disse, muitas vezes em relação a trabalho como eu fiquei boa parte a noite trabalhando, então acabava que ... como se fosse nossa reunião aqui agora né, nossa entrevista, eu ficava um tempo a mais no trabalho e ela levava ele para dormir mesmo. Então assim tem essas questões aí, de manhã eu acabava ficando um pouco mais com ele né, fazendo atividades, piscina, quadra, esse tipo de coisa ...mas essa questão da roupa, uniforme, organização do material, de fato ela que assume essa tarefa mais mesmo. Até a comida dele, a comida dele... vou dizer assim a minha comida eu faço mesmo na parte da noite né, mas numa parte ela acaba fazendo a mais, por exemplo a parte das carnes né... O resto, omelete, lavar louças, essas coisas, eu. Mas assim ela faz um.. cozinha as carnes que serve para 2,3 dias. E aí já é uma adiantando nessa parte que eu não faço, que eu não faço né... mas sem dúvidas as atividades ...para falar real mesmo... as atividades domésticas ela acaba fazendo mais. Na verdade, eu contribuo, mas, assim, não é a mesma forma como ela, não é uns 50/50 não viu [risos]. (ENTREVISTADO H1).

H2 diz que não há divisão de tarefas, que faz quando há disponibilidade para fazer. As esposas dos dois entrevistados também possuem vínculo de trabalho remunerado.

Não existe a divisão, eu vejo a demanda e eu pego e faço, se eu tô com aquela possibilidade no momento, se eu não tô com a possibilidade eu não vejo nenhum problema em empurrar demanda doméstica para depois. [risos] Entretanto, você conhece o caso da mulher né?! Como ela sempre adianta os fatos quase não sobra demanda para eu pegar posteriormente, mas às vezes acontece. É basicamente isso, essa é a nossa discussão de divisão de tarefas, ela fala que eu não ajudo em casa e eu falo para ela eu ajudo se você deixar algo para eu fazer. Eu peço a ela para descansar fica mais tranquila, se envolver menos com alguma coisa, que em dado momento eu vou pegar e fazer, só que a ansiedade dela não permite, não dá conta de esperar. Aí é isso. (ENTREVISTADO H2).

O entrevistado H2 relata que não vê problemas em deixar as atividades domésticas para depois, mas que a esposa não “dá conta de esperar” e acaba realizando as atividades. Ele traz essa característica como uma explicação que seria uma

peculiaridade das mulheres, quando fala “Você conhece o caso da mulher né?!”. Contrapõem-se a essa afirmação de que é inerente a mulher “querer” fazer as atividades domésticas, além da ideologia de naturalização de processos socioculturais já exposto nesta pesquisa, a fala da entrevistada M2 quando se pergunta sobre a organização das tarefas domésticas da sua residência.

Sou eu mesmo, não tem outro jeito. [risos] Não tem outro jeito, não dá para escapar, eu tento... não é uma prioridade para mim não, eu faço na medida que eu tenho tempo, na medida que me dá vontade. Se eu estiver cansada eu deixo pra lá, assim eu vou vivendo. [risos] (...) eu largo a casa para poder fazer qualquer outra coisa. [risos] Para sair, para fazer qualquer outra coisa, não me prende não, nunca me prendeu na verdade. (ENTREVISTADA M2).

A entrevistada M3 também falou sobre a organização e planejamento das tarefas em sua casa entre ela e seu marido, que também possui trabalho remunerado.

Eu faço muito mais, mas muito [ênfase], mas ele ajuda. Mas ele não é aquele tipo que não faz nada, ele ajuda. Principalmente em relação aos cuidados com o [nome do filho]... e comida também. Ele cozinha bem, eu não gosto de fazer comida. [risos] Mas assim, na dinâmica da casa, nas férias, quando não tem ajudante eu faço tudo, mas ele me ajuda muito em relação ao [nome do filho]. Poderia ser mais equilibrado, mas ele me ajuda, eu não posso mentir e falar que ele não faz nada porque isso seria mentira mesmo. Poderia ser bem mais, bem [ênfase] mais,...[risos]. (ENTREVISTADA M3).

M3 ressalta que possui uma maior responsabilidade das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, e menciona a participação do marido como uma ajuda, o que pode inferir uma concepção que essas atividades são responsabilidades da mulher e que o homem pode “colaborar” ou não com elas, reforçando, dessa forma a cultura tradicional patriarcal, que podem indicar uma concepção equivocada de que:

1) é uma atribuição feminina (portanto, os homens não o encabeçam, mas tão somente “ajudam” a realizá-lo); e 2) essa forma “periférica” que a “ajuda” masculina assume significa que essas tarefas estão entre o que sobra para ser feito (quando as mulheres não dão conta) ou o que os homens gostam ou preferem fazer. Assim, a participação dos homens no trabalho doméstico, quando há mulheres na família disponíveis para executá-lo, consubstancia-se nesse auxílio periférico e não obrigatório. (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012, p. 263).

Nota-se uma participação maior dos homens nas atividades domésticas, sobretudo no cuidado com os filhos, em comparação a momentos históricos anteriores, porém ainda percebe que se mantém a imputação da responsabilidade e uma maior sobrecarga da mulher nas atividades domésticas, mesmo que ela possua atividade remunerada na esfera produtiva. Assim, compreende-se que a divisão sexual do trabalho e a opressão da mulher não estão vinculadas a origem natural, pois passou por alterações no decorrer da história e em diferentes culturas. Nesse sentido, ressalta-se que apreendemos as relações sociais e os seus processos históricos e sociais para se desvendar as relações de opressão e exploração que estão arraigadas nos modos de produção e reprodução social (SOUZA, 2020, p. 47).

As entrevistas foram realizadas durante o período da pandemia COVID-19, que foi oficializada no Brasil em março de 2020 a partir da confirmação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que o mundo enfrentava uma situação pandêmica. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2022 e os *campi* estavam passando pelo processo de transição do trabalho remoto para o retorno do trabalho presencial, após a vacinação de grande parte da população e a redução dos casos no país.

Com base em Melo e Morandi (2021), a pandemia tem e teve implicações nas diversas dimensões da vida das pessoas, além da saúde. Anteriormente a disponibilização da vacinação, os principais métodos disponíveis, comprovados cientificamente, para o combate a pandemia foi o distanciamento social e a proteção individual. Produziram efeitos econômicos e sociais como o fechamento temporário ou permanente de empresas, agravamento do desemprego, redução da renda, aumento da pobreza e o acirramento das desigualdades, dentre elas a de gênero.

O fechamento de creches e escolas e o isolamento social fizeram com que recaísse totalmente sobre as famílias as tarefas de cuidados, incluindo as tarefas domésticas, os cuidados dispensados às pessoas de alguma forma dependentes, acrescido do auxílio às crianças em aprendizado à distância. Como cultural e socialmente as tarefas de cuidado são vistas como trabalho feminino, as mulheres foram mais sacrificadas com o acúmulo de tarefas. Por causa da impossibilidade de utilizar as redes de apoio (creches, escolas, centros de atenção especializados, avós e outros membros da família e vizinhos/as) para a terceirização das tarefas de cuidado, para muitas famílias a opção “natural” foi a mulher acumular mais essas tarefas ou mesmo “optar” por abandonar o emprego.

Isso, além de representar um retrocesso em relação às conquistas das mulheres ao longo do tempo, mostra que a desigualdade estava apenas camuflada, em parte visível no número de horas a mais gastas pelas mulheres com o trabalho não remunerado (21,4 horas semanais) em relação aos homens (11horassemanais). Durante a pandemia, quando as pessoas na família tiveram que assumir novas tarefas e ficaram sobrecarregadas, a resposta continuou a ser que a mulher assumisse seu posto no comando e gerenciamento da casa, fazendo o necessário para a manutenção do nível de bem-estar social de seus membros. (MELO; MORANDI, 2021, p. 107).

A realidade exigida pela pandemia para as mulheres, sem nenhum planejamento anterior, trouxe à inexistência de demarcação da jornada de trabalho e de compensação do trabalho excedente. Essa sobreposição de jornadas, ocorreu também em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo, a falta de divisão casa-trabalho com demandas inconciliáveis e simultâneas, contribuiu para a precarização do trabalho feminino. A ampliação da desigualdade na divisão do trabalho reprodutivo com as mudanças ocorridas pela COVID-19, evidenciou-se ainda mais esse fenômeno (GUIMARÃES; DAOU, 2021). Diante disso, buscou-se averiguar no campo empírico da presente pesquisa as percepções da(o)s entrevistada(o)s diante das demandas ocasionadas pela pandemia de COVID-19.

Meu pai tem 84 anos, minha mãe tem 74. Aí eu gosto muito de ficar lá com eles também, nos finais de semana... agora nesta pandemia mesmo, enquanto eu tô em trabalho remoto, eu fico mais lá do que aqui. Então assim, é cuidando nessa questão de médico né, levando o médico quando adoecer...Nossa, em 2020 eles adoeceram muito, aí eu tive que ir para o hospital, ficar com eles e alguns cuidados com família também né, e sobrinhos, irmãos, a gente dá mais atenção para eles ... apesar da distância. (ENTREVISTADA M1).

[...] eu achei que eu trabalhei muito mais na pandemia do que presencialmente. Aumentou um pouco as minhas despesas em casa, mas só isso assim...o isolamento me deixou muito cansada, mentalmente cansada também... pela quantidade de trabalho, pelo fato de não sair de casa, impedida de ir aos lugares, de ter o lazer, de fazer as coisas que eu gosto. (ENTREVISTADA M2).

Então, na pandemia minha organização foi o seguinte, eu trabalhava no presencial no período da manhã, porque minha ajudante estava em casa, e trabalhava em casa tarde e noite. Só que eu tinha a ajuda da minha filha mais velha. Ou as vezes do [nome do marido], quando ele estava... ele não parou tanto né, mas tinha dias que ele estava em casa. E aí a gente foi se organizando... mas foi muito cansativo, bem[ênfase] cansativo porque eu tinha presencial e ainda tinha o online, com reuniões muito extensas, muito cansativa... [...]. É bem pesado na pandemia principalmente, bem pesada, bastante [ênfase]. Aí o povo me pergunta muito “Como você dá conta? ” “Como é que você dá conta? ” Aí eu falo assim “eu não sei, só dou. ” Vou levando, tento fazer o melhor que eu posso, mas igual eu te falei, o dia que

eu não consegui fazer o melhor também tá tudo certo, eu não me cobro, eu não adoeço por isso. (ENTREVISTADA M3)

A comodidade de trabalhar em casa é muito boa, mas para quem curte ver pessoas, trabalhar com pessoas, estar com pessoas... é algo que não ajuda também. (ENTREVISTADO H1).

A nossa rotina, tá sim mudando aí né, mas vamos falar a maior parte do tempo na pandemia. De manhã, de manhãzinha eu faço exercícios físicos, até coloquei no formulário, e aí a [nome da esposa] já trabalha remotamente, ela começa a trabalhar um pouco depois né, eu saio um pouquinho antes dela levantar. Assim, o [nome do filho] acorda logo em seguida, ela fica com ele, faz a vitamina, as coisas para ele alimentar e começa a trabalhar. Aí eu volto e ele, ele, assim, boa parte da tarde ele vai para a aula, aí dependendo do fluxo de trabalho, eu já começo também fazer alguma coisa, um e-mail tal de manhã ali. A [nome da esposa] acaba ficando nessa parte do almoço, eu fico com a parte de compras, supermercado, organização financeira... A gente conta também com uma diarista, para uma parte mais, o grosso assim, na questão da limpeza e organização. Mas assim, uma coisinha ou outra, limpar a cozinha eu faço à noite, quando dá também né, quando não dá, ninguém faz. [risos] Aí fica aí um rolo danado aí né [risos] E aí eu fico mais... o que acontece é o seguinte ela fica mais à vontade por exemplo de fazer coisas domésticas e eu vou ficar mais com [nome do filho]. Então, eu fico com [nome do filho] e aí eu tento conciliar essa questão de ir no supermercado aí eu faço a compra e tal, enfim, então tem essa questão também. Mas no ponto de vista das tarefas de casa, de organização da casa ela acaba ficando com mais, mas essa questão da organização, pelo menos, vamos dizer assim, não da quantidade né, que às vezes não para a gente fazer exatamente igual mas do ponto de vista da função que é estabelecida é basicamente tranquilo essa situação de eu ficar mais com [nome do filho] e ela ficar mais com a casa nessas questões né. [...] A pandemia foi assim, à noite, final da tarde, aí eu já pego e começa a trabalhar e vou até mais tarde. Eu resolvi fazer assim, por essa questão de concentração, a dificuldade que foi conciliar, agora eu posso falar aqui que ele tá dormindo [risos], com [nome do filho]. [...] mas sem dúvidas as atividades ...para falar real mesmo... as atividades domésticas ela acaba fazendo mais. Na verdade eu contribuo mas assim não é a mesma forma como ela, não é uns 50/50 não viu [risos] (ENTREVISTADO H2).

A entrevistada M1, durante o período de trabalho remoto exerceu atividades de cuidado com seus pais idosos e também com seu sobrinhos e irmãos. M2 relata sobre o aumento do seu cansaço e também das suas despesas domésticas, afirma que trabalhou muito durante a pandemia. A entrevistada M3 disse que parte do trabalho reprodutivo foi distribuído em certa medida com uma ajudante, a filha mais velha e, às vezes, com o marido, relata que durante esse período também se sentiu muito cansada porque estava trabalhando tanto presencialmente como remotamente. H1 não apresentou dificuldades em relação ao trabalho reprodutivo durante a pandemia. H2 discorre sobre a organização familiar na distribuição de tarefas, das suas responsabilidades e da sua esposa no trabalho reprodutivo, porém, admite que, apesar de haver uma certa divisão das tarefas, a sua esposa

acaba executando a maior parte das atividades domésticas. Ele também ressalta que apesar de ter tido uma dificuldade de conciliação das atividades de cuidado do filho com o trabalho remoto, houve benefícios como a redução da exposição ao vírus e o acompanhamento mais de perto do desenvolvimento do filho.

Teve um impacto, mas assim eu vou tentar ser bem honesto em relação a isso né, porque na ocasião, no início da pandemia, no decorrer da pandemia, a gente teve a oportunidade, eu não falo isso como benesse, mas é uma oportunidade de fazer um trabalho remoto. E assim por mais que tive essa dificuldade né, de tentar conciliar tudo, dificuldade de concentração, muitas vezes ir dormir até mais tarde acordar cedo demais, eu particularmente vi muitos benefícios né, primeiro deles é a parte da gente não está exposto todos os dias né, pegando no ônibus ou indo de carro junto com os colegas, a gente não está exposta todos os dias ao vírus, isso por si só eu acho que deve contar bastante. Outra questão foi o fato da gente tá próximo da família né. E aí principalmente com [nome do filho] foram 2 anos, para a gente dois anos é pouco né, mais para um menino 5 anos praticamente é quase a metade da vida dele né. E início da vida dele, com seis meses, já tinha que levar ele para creche. Pode ser um pouco o inverso, tem gente que consegue levar o filho para escola depois de um tempo né, cinco anos de idade, 6 anos... Nosso caso a gente não pôde aproveitar ele naquele início, e acabou ficando o dia todo lá na creche. (ENTREVISTADO H2).

A assimetria nas divisões das tarefas referentes ao trabalho reprodutivo, é um fenômeno histórico e não pode ser atribuída a uma análise simplista, isolada e superficial de que seria somente “uma má vontade” dos homens em contribuir nessas tarefas. “Isto porque o fato de alguns homens dividirem as tarefas do trabalho reprodutivo não altera a realidade dessa forma de trabalho ser atribuída quase que exclusivamente às mulheres.” (GUIMARÃES; DAOU, 2021, p. 113). No entanto, é importante destacar que a conscientização e ação individual dos homens contribui positivamente na busca por igualdade de gênero.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho, como já descrito na Introdução, é contribuir para as discussões acadêmicas sobre a divisão sexual do trabalho na EPT e no Serviço Social por meio da compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre profissionais com a função de assistente social em instituições da RFEPECT.

Esse objetivo foi acompanhado por perguntas que nortearam a investigação, tais como: como as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho se desenvolveram historicamente na formação e atuação na profissão de Serviço Social? Quais os perfis socioeconômico-culturais dos/as assistentes sociais atualmente em serviço nas Instituições Federais de EPT? Como a divisão sexual do trabalho se materializa nas relações sociais entre os sexos nesses espaços e nessa profissão específica, e como são vivenciadas pelos/as profissionais de Serviço Social? Essas perguntas foram contempladas no desenvolvimento desta pesquisa e são sintetizadas neste capítulo, de acordo com os dados levantados durante a investigação.

A profissão de Serviço Social foi historicamente considerada como uma profissão feminina, que na sua origem buscava-se mulheres da elite para exercer essa profissão, para qual era necessário possuir “atributos naturais” para a atuação profissional como a “bondade”, “docilidade” e a “compaixão”. Foi a partir da década de 70 com a aproximação da categoria profissional às teorias marxistas, que iniciou o rompimento com essa perspectiva conservadora e naturalizante. Porém, percebe-se que de acordo com a pesquisa apresentada a profissão ainda é, a partir da divisão do trabalho entre os sexos, socialmente desvalorizada e vista com um viés conservador da “moça boazinha” como descritos pelos sujeitos e sujeitas da pesquisa.

Na análise dos dados não houve a intenção de esgotar a compreensão sobre cada assunto abordado, mas trazer alguns apontamentos que poderão ser aprofundados em pesquisas futuras.

Os perfis da(o)s profissionais de Serviço Social da Instituição de EPT, demonstram que apesar de ser majoritariamente mulheres ocupando o cargo de Serviço Social, o percentual masculino ainda é maior que o panorama nacional dos Institutos Federais de EPT. Em relação a raça/cor/etnia dos profissionais da instituição pesquisada, o percentual pequeno de profissionais negros (preta(o)s e parda(o)s na instituição pesquisada não reflete a diversidade da população brasileira atual, que possui em sua grande maioria a população negra. É preciso ampliar políticas que corrijam essas desigualdades e tornem esses espaços profissionais mais diversos e representativos.

Sobre a análise da qualificação profissional na relação entre os sexos, as mulheres que participaram da pesquisa possuem nível de escolaridade mais elevado que homens, refletindo a tendência nacional de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens.

Constatou-se também, as grandes diferenças a respeito da ocupação do tempo fora do trabalho, em que a maioria massiva das mulheres entrevistadas executam tarefas domésticas e estudam durante esse tempo e os homens fazem atividades físicas e de lazer. Podendo apontar uma dificuldade das mulheres para utilizar o seu tempo no cuidado da saúde física e a prática de lazer devido às responsabilidades domésticas e profissionais.

Todas as mulheres afirmaram executar todas as tarefas domésticas, diferentemente dos homens que o percentual variou entre 33% e 67%. Os apontamentos apresentados na pesquisa, elucidam que, de fato, o trabalho doméstico é fundamental na compreensão da divisão sexual do trabalho.

Em relação a escolhas da(o)s profissionais pela profissão, os entrevistados homens relataram sobre as percepções de terceiros que ressaltavam que possuíam “características” diferenciadas e postas como necessárias para ser Assistente Social. Em contraponto não houve essa mesma influência dessas percepções na escolha do curso para as entrevistadas mulheres. Podendo sinalizar uma escolha implícita e naturalizada na construção social dos papéis predeterminados como mulher, fazendo a optar, por exemplo, por cursos das áreas que possuem uma maior participação feminina, em detrimento de cursos de áreas como exatas, que há uma maior participação masculina, como explicado pela teoria do labirinto de cristal. Isso

pode ser inferido também quando toda(o)s profissionais relatam que quando cursaram a graduação de Serviço Social a grande maioria eram de mulheres, possuindo poucos homens no curso.

As sujeitas e sujeitos da pesquisa disseram não terem tido na grade curricular obrigatória do curso disciplinas destinadas especificamente para os estudos de teorias feministas. Evidenciando-se também um desafio para a categoria profissional de trazer para a formação profissional a perspectiva feminista em consonância com as recomendações da ABEPSS, buscando a “emancipação humana” e a desconstrução social das práticas conservadoras e patriarcais hegemônicas.

Em relação a participação feminina na educação profissional, nota-se que as mulheres progressivamente ampliaram a sua participação e conquistaram novos espaços que eram ocupados exclusivamente por homens. Porém, apesar das conquistas femininas na educação profissional técnica, percebe-se ainda a manutenção de espaços e papéis determinados como feminino de acordo com o evidenciado no campo de pesquisa. Nesse sentido, destaca-se que a(o) Assistente Social que tem como objeto de intervenção as diversas expressões da questão social, possuem uma função essencial, em conjunto com outra(o)s profissionais da educação, que é a desnaturalização de construções sociais pré-determinadas pela sociedade machista, racista e classista.

Foi também corroborado no campo de pesquisa pelas/pelos profissionais entrevistada(o)s a particularidade do público usuário do Serviço Social, que, também, é predominantemente feminino. É importante ressaltar que, apesar de ainda na categoria profissional, de acordo com autoras da área, ocorrer historicamente a responsabilização e culpabilização equivocada das mulheres usuárias por parte das profissionais, não se percebeu essa prática no campo de pesquisa com base nas falas da(o)s entrevistada(o)s. No entanto. De acordo com os relatos da(o)s entrevistad(a)os, ainda há uma construção social no interior da sociedade e da família como a mãe que possui a responsabilidade pelos cuidados do(a)s filho(a)s, nesse sentido, que se constata um maior comparecimento das responsáveis femininas nos atendimentos.

Confirmou-se através do campo de pesquisa, a construção social que o Serviço Social ainda sofre em relação a estereótipos sociais e estigmas sobre a profissão

por ser considerada socialmente uma profissão feminina, enfrentando uma subalternidade e desprestígio social. A discussão referente a divisão sexual do trabalho, os movimentos feministas e o Serviço Social não se refere somente às usuárias, mas também a nós, mulheres profissionais do Serviço Social que também enfrentam e resistem dentro dessas relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias.

Ao mesmo tempo, constatou também, por meio do estudo empírico, que os(as) profissionais de Serviço Social possuem uma atuação política mais efetiva que outras profissões na instituição pesquisada, assumindo um compromisso ético-político com a classe trabalhadora e na defesa dos direitos e liberdades. Porém, nessas esferas políticas que a(o)s profissionais participam, apesar de terem tido alguns avanços nas lutas feministas, evidenciou-se que as formas de opressão e exploração refletem também na construção coletiva das organizações de trabalhadoras e trabalhadores e que é necessário ainda muita resistência e luta para a superação das desigualdades de gênero.

A pesquisa demonstrou, também, mesmo que os homens estejam participando mais ativamente das atividades de reprodução social, estamos distantes ainda de uma transformação estrutural da divisão sexual do trabalho. É preciso uma mudança substancial na dinâmica da sociedade e das instituições, no intuito de acabar com as desigualdades de gênero, ampliar e repensar as políticas e ações destinadas para a(o)s trabalhadoras/res com responsabilidades reprodutivas.

No modo de produção capitalista e sua finalidade de produzir sempre mais-valia, dissocia as atividades de produção e reprodução, e esta última é tida como não passível de valor. O trabalho reprodutivo é determinado como responsabilidade e vocação natural feminina. A Divisão Sexual do Trabalho na ótica do capital busca uma hierarquização dos trabalhos e o alijamento da reprodução como um trabalho inferior e que não produz mais-valor.

E a partir da pesquisa de campo, nota-se que devido as mudanças ocorridas no período de pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades referentes a divisão sexual do trabalho, quando se exigiu das mulheres ainda mais a sobreposição de jornadas do trabalho produtivo e reprodutivo, contribuindo para o agravamento da precarização do trabalho feminino. Ressalta-se, assim, a necessidade da vinculação

da luta feminista pelos direitos das mulheres e a valorização do trabalho reprodutivo, bem como também a valorização das profissões consideradas femininas e extensivas às atividades domésticas e práticas do cuidado. É imprescindível contestar a hierarquização das explorações, dominações, opressões e ao conservadorismo presentes no sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Deliberações da Assembleia da ABEPSS no XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social do GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** - ENPESS. Natal-RN, 2014.

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O serviço social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação.** 2017. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. *In:* SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs). **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo.** Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre divisão sexual do trabalho. *In:* **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social.** Marlene Teixeira. Maria Elaene Rodrigues Alves (Organizadoras) – Brasília: Editorial Abaré, 2015.

BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 12, n. 02, p. 263-284, 1997.

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na Educação Profissional de nível médio: uma análise dos dados do Censo Escolar – 2001 a 2006.** 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, p. 259-287, 2012.

CARRIAS, Eleazar Venâncio. **Relações de gênero, subjetividade e construção/constituição de identidades: um caso na educação profissional e tecnológica.** 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CARVALHO, Nivaldo Moreira. **Ensino médio integrado, representações de gênero e perspectivas profissionais: um estudo com jovens dos cursos de**

agropecuária e agroindústria em Guanambi/BA. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução: José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2000.

ClAVATTA, Maria. A Historicidade da Pesquisa em Educação: desafios teórico-metodológicos em trabalho e educação. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016.

CISNE, Mirla. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. In: **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social**. Marlene Teixeira. Maria Elaeene Rodrigues Alves (Organizadoras). Brasília: Editorial Abaré, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M dos. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília – DF, 2012.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira. **O Patriarcado Desvendado: Teorias de Três Feministas Materialistas: Colette Guillaumin, Paolo Tabet, Nicole-Claude Mathieu**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIAS, Marly de Jesus. A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no serviço social e na medicina. In: **Trabalhadoras: análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Yannoulas, Silvia Cristina (Coord.) – Brasília: Editorial Abaré, 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e Desconstrução: anotações para um possível percurso. In: DUARTE, Constância Lima (orgs) et al. **Gênero e Representação: teoria, história e crítica**. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

FREITAS, Danielle Gross de. **Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974)**. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Dimensões Teóricas-Metodológicas da Produção do Conhecimento na Educação Profissional. *In: MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas***. Natal: IFRN, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. Demografia e Feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. *In: Neuma Aguiar (org). **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres***. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUILLAUMIN, Colete. Prática do Poder e Ideia de Natureza. *In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira. **O Patriarcado Desvendado: teorias de Três Feministas Materialistas: Colete Guillaumin, Paolo Tabet, Nicole-Claude Mathieu***. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

GUIMARÃES, Ailton Vitor. **Educação, Lazer, e trabalho nas escolas de EPT**. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018.

GUIMARÃES, Sandra Sueley Moreira Lurine; DAOU, Saada Zouhair. A Divisão Sexual do Trabalho, Trabalho Reprodutivo e as Assimetrias de Gênero na Pandemia da Covid-19. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 110-133, 2021.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 595-609, 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social**. Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil - 2.ed.** – Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua: sobre os rendimentos de todas as fontes 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos. **Cadernos Pagu**, Curitiba, v. 1, n. 61, p. p. 1-18, 2021.

JORGE, Maria Aparecida Sanches Silva. **Trabalho na construção civil no Brasil: feminização, segmentação e consubstancialidade**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

KERGOAT, Danièle. "O cuidado e as imbricações das relações sociais". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org). **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Daniele. O silogismo da constituição do sujeito sexuado feminino. O caso das operárias especializadas. In: KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018. p. 115-126.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, p. 883-903, 2013.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina**. 2005. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)**. 2015. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital, Volume II**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 105-125, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHEZ, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n. 9, jul/set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. Estado. **Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez: 2011.

MULLER, Rita de Cássia Flores. Gênero e Sexualidade no Caderno de Pesquisa (FCC). In: **Movimentos Sociais, educação e sexualidades**. Organizadoras: Miriam Pillar Grossi *et al.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PAULO NETTO, José. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo. Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 17, n. 50, p. 87-132, 1996.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez: 2007.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Leila Algranti (org.) **“A prática Feminista e o Conceito de Gênero”**. Textos Didáticos, nº 48. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015.

RICHARTZ, Terezinha. **Conceituando Gênero e Patriarcado**. Emapbook, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **O Poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. **Revista Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)**: por uma outra política educacional. 5. ed. rev.e ampliada. – Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.

SOUZA, Marília Duarte de. **“Ser Trabalhadora Produtiva é antes um azar”**: a expansão da exploração capitalista sobre o trabalho reprodutivo. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, v.32, n.3, p.62-69, jul./ago./set. 1997.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. **Relações sociais de gênero e precarização do trabalho**: um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio - ocupacionais das/os assistentes sociais na política de Assistência Social. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Divisão sexual do trabalho, tempo e gênero: as mulheres e o Serviço Social. In: **Feminismo e gênero**: desafios para o Serviço Social. Marlene Teixeira. Maria Elaene Rodrigues Alves (Orgs.). Brasília: Editorial Abaré, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço social da PUC/SP. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1984.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade críticos. São Paulo: Cortez Ed., 1992.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: _____, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em ____ de _____ de 20__.

Prezada e prezado participante,

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa intitulada **O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: uma discussão à luz da Divisão Sexual do Trabalho**. Este convite se deve ao fato de você ter **participado da primeira etapa da pesquisa, ter se voluntariado para participar da segunda etapa e ser Assistente Social em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT)**, o que seria muito útil para o andamento da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa é **Myrrna Lorena Figueredo Almeida**, RG MG 14.328.317, na condição de **mestranda em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG**.

A pesquisa tem por objetivo contribuir para as discussões acadêmicas sobre a divisão sexual do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Serviço Social por meio da compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre profissionais com a função de assistente social em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT). **A pesquisa justifica-se** pela ausência de pesquisa nesse tema na educação tecnológica e pela necessidade de refletir sobre as determinações e principais implicações da divisão do trabalho entre os sexos na profissão de Serviço Social na RFEPT. Por fim, **a pesquisa empírica possui duas etapas**: a primeira etapa sendo uma investigação geral sobre os perfis socioeconômico e cultural dos sujeitos da pesquisa através de questionário online e a segunda etapa será entrevistas semiestruturadas para melhor compreender a realidade pesquisada.

Ao participar desta entrevista, você irá contribuir para a compreensão das relações sociais de sexo/gênero que se desenvolvem entre profissionais com a função de assistente social em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT).

A participação na pesquisa é voluntária e **não causa riscos/danos na dimensão material**, sendo que o acesso à sala de videoconferência para a entrevista semiestruturada será feito pelo mesmo dispositivos utilizados na etapa 1. **Em uma dimensão imaterial**, a pesquisa pode estimular possibilidades de pensamentos sobre sua trajetória profissional. Pelo desenvolvimento da **pesquisa no ambiente virtual**, existe a possibilidade de danos ocasionados pela exposição a tela, pela manipulação de tecnologias digitais e um baixo risco de exposição de dados.

Como medidas mitigatórias para possíveis danos imateriais, além dos direitos garantidos pela legislação brasileira e prevista nas Resoluções CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, será disponibilizado aos participantes mediante solicitação ao pesquisador uma relação de profissionais para o atendimento psicológico com o intuito de sanar os riscos e desconfortos. A escolha da ferramenta para a pesquisa em ambiente virtual buscou a garantia de maior segurança dos dados mesmo reconhecendo que, na condição de pesquisador, existem

limitações para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação no sistema escolhido. De forma geral, **o grau de risco** apresentado na resposta da pesquisa é baixo.

A pesquisa fornecerá para você o benefício direto de pensar a sua trajetória profissional, refletir sobre as relações sociais de sexo/gênero vivenciadas para superar (caso seja aplicável) condições desiguais no trabalho. **De forma indireta**, os benefícios desta pesquisa se estende a contribuir na compreensão da divisão sexual do trabalho na profissão de Serviço Social, que possui na sua história a feminização como marca constitutiva.

Como participante de uma pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você é portador de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Assim, lhe é garantido:

1. A observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo;
1. A plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza;
2. A plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário;
3. O acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável;
4. O acesso aos resultados da pesquisa;
5. O ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável;
6. A indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
7. O acesso a este Termo. Este documento é aceito por você ao responder o e-mail convite para participar da segunda etapa da pesquisa, sendo que ao realizar o agendamento da entrevista você receberá uma cópia deste TCLE. Faz-se importante armazenar este documento eletrônico que receberá e se o perder, poderá ainda solicitar uma cópia ao pesquisador responsável.

Qualquer dúvida ou necessidade – nesse momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida ao pesquisador, por E-mail: myrnnalorena@gmail.com, Telefone: +55 (38) 991851491, pessoalmente (resguardado os protocolos de segurança impostos pela pandemia) ou via postal para Rua Duque de Caxias, 126, apt. 102, Nova Suíça – Belo Horizonte/MG.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br/>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, nº 5855 - Campus Gameleira; E-mail: cep@cefetmg.br Telefone: +55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras das 12h às 16h e às quintas-feiras das 12h às 16h.

Se optar por participar da pesquisa, você concorda com o consentimento apresentado neste Termo de forma livre e esclarecida e, neste caso, será considerada anuência quando responder o e-mail convite de participação a segunda etapa.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, de forma livre e esclarecida, declaro que aceito participar da pesquisa como estabelecido neste TERMO.

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20__

Se quiser receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, _____ no _____ espaço _____ a seguir: _____

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E VOZ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ

Eu, (preencher com o nome completo do participante da pesquisa), de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada **Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: uma discussão à luz da Divisão Sexual do Trabalho**, após ter ciência e entendimento quanto aos (i) riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e (ii) métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da gravação, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora Myrnnna Lorena Figueredo Almeida capture(m) gravação de voz de minha pessoa para fins EXCLUSIVOS da referida pesquisa científica e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado. Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico-tecnológico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

A gravações de voz ficarão sob a propriedade e a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Terão acesso aos arquivos a pesquisadora responsável e, eventualmente, sua orientadora **Dra. Raquel Quirino**.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso do(s) pesquisador(es) citados em garantir-me que:

1. a transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. a minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação científica das informações geradas pela pesquisa;
4. a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;

5. os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) responsável(véis) pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;
6. a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação ao(à) pesquisador(a) responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Valido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, ____ de _____, ____
Local e data

Nome completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do pesquisador responsável